

SIMONE ZÁRATE

***SANTO ANDRÉ CIDADE FUTURO – ESTA CIDADE É SHOW:
verso e reverso das políticas culturais***

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Ciência da Informação da Escola
de Comunicações e Artes, Área
de Concentração Cultura e
Informação, Linha de Pesquisa
Apropriação Social da
Informação, para obtenção do
Título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marco
Antonio de Almeida

**ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

São Paulo

2011

TERMOS DE APROVAÇÃO

Nome do Autor: Simone Zárate

Título: Santo André Cidade Futuro - esta cidade é show: verso e reverso das políticas culturais

Aprovada em _____ de _____ de _____

Presidente da Banca:

Prof. Dr. _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Marco Antonio de Almeida: pela oportunidade, confiança e orientação.

Adriana Mortara, Giulia Grippa, Lucia Maciel Barbosa de Oliveira, Maria Christina Barbosa de Almeida, Maria Helena Pires Martins, Marilda Lopes, Máximo Di Felice e Marta Arretche: pela mediação.

Altair José Moreira, Dalila Teles Veras, Gilmar Santana e Silvia Regina Costa: pelas informações e horas de entrevistas.

Luciana Zorzato: pelas longas conversas de sempre e pela ajuda dos últimos dias.

Sidnei Piochi, Silvia Helena Passarelli, Tânia Helena Garcia e Vânia Cristina Ribeiro: pela atenção e informações.

Elaine Pereira: pela atenção e dedicação.

Todas as outras pessoas que de alguma maneira me acompanharam neste processo.

RESUMO

Trata-se da relação das políticas públicas de cultura com um modelo de intervenção urbana, denominado planejamento estratégico de cidades globais, a partir de análise comparativa entre as políticas culturais de duas gestões do Partido dos Trabalhadores na cidade de Santo André-SP (1989-1992/1997-2000). Enquanto na primeira gestão a política cultural possibilitava a apropriação da informação através de uma rede de fluxos formada a partir dos programas implantados em toda a cidade, a prática da segunda gestão foi marcada nos bairros pela difusão de eventos que reproduziam manifestações já em circulação nos meios massivos de comunicação, e na área central pela difusão de manifestações alternativas. Ao mesmo tempo, a segunda gestão do PT em Santo André aderiu ao planejamento estratégico de cidades globais que faz uso de ações culturais para promover a cidade interna e externamente. A análise foi realizada a partir de documentos, legislação, materiais publicitários, matérias de jornais e revistas, entrevistas, depoimentos, programas, projetos e ações, considerando a heterogeneidade e a fragmentação das cidades e foi permeada por fatores relevantes para a teoria *Multiple Streams* de formação de agenda governamental e pelas dimensões de abrangência das políticas culturais.

Palavras-chave: <Políticas Culturais> <Mediação Cultural> <Informação> <Gestão Cultural> <Planejamento Estratégico de Cidades Globais>

ABSTRACT

This research is about the relationship between the public culture policies and a model of urban intervention (which is nominated strategic planning for global cities) from the comparative analysis of the cultural policies of two government of the Labors Party in Santo Andre city - Sao Paulo - Brazil (1989-1992/1997-2000). While the political culture in the first government made possible the knowledge appropriation through a network built in cultural programs settled at all corners of the city, in the second government the adopted practice focused the periferic areas through the diffusion of mass culture events and the central areas by the presentations of alternative manifestations. At the same time, the second government of the Labors Party in Santo Andre joined to the strategic planning of the global cities that makes use of cultural actions to city promotion, internal and externally. The analysis was made considering documents, legislation, publicity, newspaper and magazines articles, interviews, testimonies, programs, projects and actions, taking into consideration the heterogeneity and the fragmentation of the cities. The analysis also was crossed by relevant items for the theory of Multiple Streams (agenda-setting) and by the dimensions of the approach of cultural policies.

Keywords: <Cultural Policy> <Cultural Mediation> <Information> <Cultural Management> <Strategic Planning for Global Cities>

LISTA DE ABREVIATURAS

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CC - Centro Comunitário

CEAR - Centro Educativo, Assistencial e Recreativo

COMDEPHAAPASA - Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Paisagístico de Santo André

CPC - Centro Popular de Cultura

EMIA - Escola Municipal de Iniciação Artística

ELT - Escola Livre de Teatro

FATEA - Faculdades Integradas Teresa D'Ávila

OP - Orçamento Participativo

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Pré-Urb - Programa de Urbanização de Favelas

PT - Partido dos Trabalhadores

SAC - Serviço de Ação Cultural

SCASA - Sociedade de Cultura Artística de Santo André

SCEL - Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

SEPRO - Serviço de Programação Especial

UN-HABITAT - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Legislação.....	45
Quadro 2 - Momentos do sistema cultural na gestão 1989-1992.....	47
Quadro 3 - Estrutura do Departamento de Cultura em 1992 e 1997.....	63
Quadro 4 - Principais projetos de 1997-1998: descrição e perfil de público.....	69
Quadro 5 - Descrição das funções do Agente Cultural - 1990.....	101
Quadro 6 - Proposta de perfil para o Agente Cultural das EMIA's - 1997.....	102
Quadro 7 - Proposta de perfil para o Agente Cultural da Casa do Olhar - 1997.....	102
Quadro 8 - Proposta de perfil para o Agente Cultural da Gerência de Ação e Difusão Cultural -1997.....	103
Figura 1.1 - Projeto <i>André de Sapato Novo</i>	49
Figura 1.2 - Projeto <i>Sertão Som</i>	49
Figura 1.3 - Projeto <i>Rock'n Rua</i>	49
Figura 2 - Logotipo dos Centros Comunitários	54
Figura 3.1 - Programação cultural nos Centros Comunitários.....	55
Figura 3.2 - Programação cultural nos Centros Comunitários.....	55
Figura 3.3 - Programação cultural nos Centros Comunitários.....	55
Figura 4.1 - Agenda da Cidade, abril de 2000.....	73
Figura 4.2 - Agenda da Cidade, dezembro de 1999.....	73
Figura 4.3 - Agenda da Cidade, dezembro de 1999.....	73
Figura 5 - Atuação permanente do Departamento de Cultura em 1992.....	75
Figura 6 - Atuação permanente do Departamento de Cultura em 2000.....	76
Figura 7 - Rua Cel. Oliveira Lima	79

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Relatório do GT Identidade Cultural - I Conferência Santo André 2020.....	126
Anexo 2 - Relatório geral de metas GT Identidade Cultural - II Conferência Santo André 2020	132
Anexo 3 - Principais ações do governo em andamento.....	134

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 POLÍTICAS CULTURAIS: USOS, APROPRIAÇÕES, MEDIAÇÕES...	16
1.1 Cultura e políticas culturais	16
1.2 Usos da cultura e planejamento estratégico de cidades.....	21
1.2.1 Planejamento estratégico de cidades.....	24
1.3 Políticas culturais e informação no espaço urbano	27
1.3.1 A importância da mediação cultural.....	29
2 POLÍTICAS CULTURAIS EM SANTO ANDRÉ.....	33
2.1 Departamento de Cultura: da institucionalização ao fortalecimento.....	33
2.2 Verso das políticas culturais: o direito à cidade	39
2.3 Reverso das políticas culturais: esta cidade é show.....	57
3 SANTO ANDRÉ CIDADE FUTURO E POLÍTICAS CULTURAIS.....	77
3.1 Espaço de fabricação do consenso.....	77
3.2 Outros mecanismos de participação.....	89
3.3 Agentes ou burocratas?.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS.....	110
BIBLIOGRAFIA.....	111
ANEXOS.....	126

INTRODUÇÃO

A análise das políticas culturais e suas relações com a mediação e circulação da informação nos apresentam um desafio. Campo de estudo e prática recente, as políticas culturais envolvem desde instituições (governo, ONGs, associações) a aparatos infraestruturais e agentes humanos (gestores, técnicos, usuários), em diversos níveis. Podemos considerar três níveis de mediação: um nível macro, referente à formulação mais ampla das políticas; um nível intermediário, relacionado aos arranjos institucionais locais; e, finalmente, um nível micro, que envolveria propriamente os usuários/beneficiários dessas redes e programas e sua interação com os mesmos. Um aspecto suplementar que torna essa discussão ainda mais complexa é o deslocamento do termo "cultura" para o campo da economia e sua reapropriação no âmbito da formulação de políticas públicas de cultura em todos os níveis (do nacional ao local).

George Yúdice (2004) problematiza a utilização do termo cultura no mundo contemporâneo na medida em que ela passa a ser considerada como um recurso. Cultura como recurso, nesse caso, não se limitaria ao simples papel de mercadoria. No atual contexto, os recursos culturais, assim como os naturais, não comportam uma exploração pura e simples. Mais do que isso, o que se deve buscar é o gerenciamento, a conservação, o acesso, a distribuição e o investimento em cultura. Yúdice enxerga na arte e na cultura um potencial para estimular o crescimento econômico e melhorar as condições sociais de determinadas comunidades. É a economia cultural valendo-se da cultura como recurso para outros fins.

Nesse sentido, torna-se necessário um aparato de mediação das informações (envolvendo recursos físicos e humanos) cada vez mais amplo e sofisticado para gerenciar as políticas culturais. Assim, para melhor compreender e avaliar alguns aspectos desses processos socioculturais será analisado aqui um caso específico, o das gestões petistas no município de Santo André entre 1989-1992 e entre 1997-2000. Mais especificamente ainda, o objeto deste trabalho são as políticas públicas de cultura e sua relação com um modelo de intervenção urbana denominado planejamento estratégico de cidades globais.

As políticas de democratização cultural têm origem na política cultural francesa implantada em 1959 pelo recém-criado Ministério de Questões Culturais e propunha a popularização da cultura erudita. Este modelo foi reproduzido em vários países e somente em 1982 a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (MONDIACULT), realizada pela UNESCO no México, definiu o conceito de democracia cultural, já refletindo sobre as transformações sociais iniciadas na segunda metade do século 20. Segundo a declaração do México, a democracia cultural

supone la más amplia participación del individuo y la sociedad en el proceso de creación de bienes culturales, en la toma de decisiones que conciernen a la vida cultural y en la difusión y disfrute de la misma (UNESCO, 1982).

Passados alguns anos, em meados dos 90, as consequências das transformações sociais e econômicas ocasionadas pela intensificação da globalização tornavam urgente a necessidade da ampliação dos temas tratados pelas políticas culturais, ainda frequentemente limitadas às fronteiras do patrimônio e das belas artes. O fim das monoidentidades, a fragmentação da sociedade, os meios de comunicação de massa, as novas tecnologias e a participação

popular figuravam entre os temas que deveriam integrar a reflexão no momento da elaboração, implantação e avaliação de políticas culturais que se quisessem contemporâneas. Novamente tais temas integravam as reflexões da UNESCO, tendo sido abordados no relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, *Nossa Diversidade Criadora*, publicado em 1997.

No mesmo período, era patente a crise causada pelo processo de desindustrialização das cidades, do qual fazia parte o desemprego e a degradação urbana e ambiental. Dado tal cenário, vários administradores latinoamericanos aderiram ao planejamento estratégico de cidades globais com o apoio de consultorias internacionais objetivando inserir a cidade no mercado global e desta forma atrair investimentos privados.

A cidade de Santo André-SP foi palco de incisiva atuação pública-cultural no início dos anos 1990, sob administração do Partido dos Trabalhadores, cujos projetos tornaram-se referência nacional. Calcadas no direito à cidade, base do programa de governo 1989-1992, foram implantadas políticas de cidadania em todas as esferas, tais como a recuperação do uso de ruas e praças, apropriação dos equipamentos públicos, urbanização de favelas e orçamento participado (embrião do Orçamento Participativo); o processo de democratização cultural foi fortalecido com o aumento qualitativo e quantitativo da oferta cultural, ao mesmo tempo em que foram dados os primeiros passos rumo à democracia cultural através de projetos de descentralização de ações e de poder de decisão. A vitória de Newton Brandão nas eleições de 1992, político tradicional do Partido Trabalhista Brasileiro que já havia administrado a cidade por duas vezes, interrompeu o projeto petista para a cidade até 1996, quando Celso Daniel, do PT, foi eleito novamente.

Administrando a cidade em outro contexto social e econômico, em plena crise de desindustrialização, a administração municipal optou por aderir ao planejamento estratégico de cidades globais, que enfatiza a promoção cultural para o público externo, como atrativo; e para o público interno, como fator de coesão social. No entanto, paralelamente à implantação do planejamento estratégico de cidades em Santo André, o que percebemos foi a instrumentalização da cultura a fim de proporcionar visibilidade às ações do governo em detrimento de ações equitativas, consistentes e potencializadoras de cidadania crítica conforme ocorrido durante a primeira gestão.

A fim de compreender a dinâmica que ocasionou a mudança de direção na política cultural do PT em Santo André, realizamos uma análise comparativa entre as conjunturas e as ações culturais aplicadas durante as duas gestões do partido na cidade (1989-1992/1997-2000). A análise foi realizada a partir de documentos, legislação, materiais publicitários, matérias de jornais e revistas, entrevistas, depoimentos, programas, projetos e ações, considerando a heterogeneidade e a fragmentação das cidades e foi permeada por fatores relevantes para a teoria *Multiple Streams* de formação de agenda (CAPELLA, 1997; KINGDON, 2006) e pelas dimensões analíticas sugeridas por RUBIM (2007a) ao propor uma cartografia de abrangência das políticas culturais.

O processo das políticas públicas é dividido pelas etapas de formação da agenda, formulação da política, implantação e avaliação, cujas dinâmicas são movimentadas por atores públicos - políticos, assessores, servidores públicos, etc. - e privados - imprensa, acadêmicos, consultores, empresários, sindicatos, etc. Como integrante das ações de um governo, as políticas culturais estão incluídas em tal processo; priorizar a política cultural nas ações de um

governo significa que alguma questão referente à área foi percebida como um problema e inserida na agenda, que é composta por uma “lista de temas que são alvo de atenção por parte das autoridades em um dado momento” (KINGDON, 2006, p.225). A inserção e retirada de questões na agenda governamental conformam um jogo de interesses, poderes e subjetividades composto, segundo o modelo *Multiple Streams* (CAPELLA, 1997; KINGDON, 2006), por três fluxos independentes que se encontram em determinado momento. O primeiro fluxo diz respeito a como questões (uma situação percebida, mas que não desperta necessariamente uma ação) se transformam em problemas, despertando a atenção dos tomadores de decisão. O segundo fluxo diz respeito às idéias advindas de comunidades - compostas por atores “visíveis” (autoridades políticas, legisladores, partidos políticos) que possuem maior poder de inserção de problemas na agenda e por atores “invisíveis” (acadêmicos, pesquisadores, funcionários públicos) - que geram alternativas, propostas e soluções. O terceiro fluxo trata da dimensão política, composta pelo “humor nacional”, grupos de pressão e mudanças no governo. O momento no qual os três fluxos se encontram é denominado *policy windows* e é provocado pelos denominados “empreendedores de políticas”, negociadores persistentes que possuem conexões políticas e estão sempre atentos às possibilidades de aberturas das janelas de oportunidades (*policy windows*).

Ao propor uma cartografia de abrangência das políticas culturais, RUBIM (2007a) considera como inerentes algumas dimensões analíticas, a saber: 1- Definição e determinação da noção de política acionada; 2- Definição de cultura intrínseca a qualquer política cultural; 3- Formulações e ações condensadas em planos, programas e projetos, suas articulações e contradições; 4- Objetivos e metas, transparentes ou não; 5- Delimitação e caracterização

dos atores estatais e não estatais; 6- Elucidação dos públicos pretendidos; 7- Instrumentos, meios e recursos acionados: humanos, legais, materiais, financeiros; 8- Momentos do sistema cultural: criação, invenção e inovação; difusão, divulgação e transmissão; circulação, intercâmbios, trocas, cooperação; análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa, reflexão; fruição, consumo e públicos; conservação e preservação; organização, legislação, gestão e produção da cultura; 9- Interfaces pretendidas e acionadas com outras áreas; 10- Combinação entre as dimensões anteriores.

Iniciando o estudo, o primeiro capítulo traz um breve recorrido da noção de cultura e de políticas culturais, bem como do conceito de planejamento estratégico de cidades globais - referido no texto como planejamento estratégico de cidades - e de alguns usos da cultura na contemporaneidade; em seguida tece algumas considerações sobre políticas culturais e informação nas cidades, ressaltando a importância da mediação cultural para a apropriação e processamento da informação como fator primordial para a transformação cultural, social e política.

O segundo capítulo apresenta o desenvolvimento cultural de Santo André e um breve histórico da institucionalização da cultura na cidade. Em seguida apresenta as concepções, conjunturas e programas desenvolvidos pelo Departamento de Cultura nas duas gestões do PT, enfatizando suas diferenças e considerando o modelo *Multiple Streams* de formação de agenda e as dimensões analíticas propostas por RUBIM (2007a).

O terceiro capítulo relata a prática e as implicações do novo modo petista de governar e do planejamento estratégico de cidades nas relações internas e externas da Secretaria de Cultura e nos mecanismos de

participação cultural, bem como o lugar ocupado pela mediação cultural durante a segunda gestão e suas conseqüências.

É importante esclarecer que não pretendemos julgar a necessidade ou a importância do planejamento estratégico de cidades para Santo André, mas detectar as possíveis interferências deste na prática das políticas culturais.

1. POLÍTICAS CULTURAIS: USOS, APROPRIAÇÕES, MEDIAÇÕES

1.1 Cultura e políticas culturais

O estudo da cultura ocasionou diversas linhas de pensamento que variam de acordo com os autores e contextos em tentativas de definição de um conceito de cultura universalmente aceito. De acordo com CHAUÍ (2006), a partir do final do século 17, com o advento do Iluminismo, cultura passou a ter duas significações: 1) o processo interior dos indivíduos educados intelectual e artisticamente, o campo das "humanidades", culto x inculto; 2) o conjunto dos modos de vida de uma sociedade, o campo das formas simbólicas (trabalho, religião, linguagem, ciências e artes). O antropocentrismo, fruto do projeto moderno, contribuiu para a autonomia da esfera cultural, especialmente em relação à religião, enquanto a divisão social de classes produziu a distinção entre culto e inculto: "a arte erudita ou de elite passou a ser constituída por produções e criações das belas-artes consumidas por um público de letrados, isto é, pessoas com bom grau de escolaridade, bom gosto e consumidoras de arte" (CHAUÍ, 2006. p.12-13).

A autonomia da esfera cultural começou a sofrer um deslocamento nas primeiras décadas do século 20 quando, segundo RIFKIN (2000), o novo capitalismo orientado ao consumo se apropriou da arte para vender um novo estilo de vida, introduzindo significado cultural a produtos comerciais, e a arte produzida localmente passou a competir com as artes da geração eletrônica (cinema e rádio). Ainda que outras revoluções comunicativas - escrita e imprensa - tenham interferido diretamente na produção simbólica, foi a partir da segunda Revolução Industrial, com a invenção da

eletricidade, que se inicia o cruzamento em dimensão massiva entre modos de vida, artes e humanidades e produção/consumo.

Os efeitos da segunda Revolução Industrial nas artes foram debatidos pela Escola de Frankfurt em meados do século 20, dando origem a expressão *indústria cultural*, a partir da qual Max Horkheimer e Theodor W. Adorno criticaram a produção seriada de bens culturais, a degradação da cultura em indústria de diversão, a dessublimação e a mercantilização da arte. Foi com o advento da indústria cultural que a apropriação da arte pelo capitalismo se consolidou e se solidificou atuando não apenas na circulação, mas também na produção cultural. É importante recordar que na atualidade o termo *indústria cultural* é relacionado àquelas

(...)que reproducen a escala industrial, utilizan como materia prima creaciones protegidas por derechos de autor y producen bienes y servicios culturales fijados sobre soportes tangibles o electrónicos. En cada uno de los subsectores que constituyen estas industrias culturales existen desde pequeñas empresas hasta grandes conglomerados (MINISTÉRIO DE CULTURA DE COLOMBIA e CONVENIO ANDRÉS BELLO, 2003, p.21).

Também nas primeiras décadas do século 20 ocorre uma politização da cultura: “com o declínio da religiosidade como eixo de legitimação da política, a cultura passa a ser uma fonte significativa desta legitimidade” (do Estado-Nação) (RODRIGUES,1990)¹. Trata-se da construção de identidades nacionais, da construção de uma cultura única e coletiva, do uso da cultura para imprimir unidade aos territórios nacionais.

Segundo EAGLETON (2003), a partir dos anos 60 do século 20, cultura passou a significar a afirmação de uma identidade específica (nacional, sexual, religiosa) ao invés da transcendência desta, transformando o consenso em terreno

¹ RODRIGUES, A.D. citado por RUBIM, A.A.C. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, G.M.(Org.). Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007. (Coleção Cult 1). p. 142.

de conflitos e dando início à culturalização da política e do entendimento da cultura como espaço da diferença². Também nesse período as fronteiras entre culturas eruditas, populares e massivas esfumaram-se, se transformando no que GARCÍA CANCLINI (1997) definiu como “culturas híbridas”. As transformações ocasionadas pelas novas tecnologias de comunicação e de transporte e, posteriormente, pela abertura dos Estados ao comércio exterior, possibilitaram uma veloz movimentação às pessoas, às idéias e às trocas culturais, resultando na incorporação de elementos da cultura erudita, de massa e popular, uns nos outros. Ao mesmo tempo, a noção de identidades foi deslocada e suas propriedades fixas e rígidas foram substituídas pela flexibilidade, flutuação e mutação. Em tal contexto o caráter central e transversal da cultura é evidenciado, bem como a lembrança da cultura como espaço da diferença.

A cultura passou a ter espaço mais definido no conjunto de políticas públicas a partir da segunda metade do século 20³. Segundo Bolán, as políticas culturais como políticas públicas se desenvolveram paralelamente ao estado moderno, porém, a percepção de política cultural como articuladora de diversas ações antes realizadas isoladamente teve início após a Segunda Guerra Mundial, destacando-se a

² “Tradicionalmente, cultura era uma maneira pela qual podíamos submergir nossos particularismos mesquinhos em algum meio mais espaçoso e completamente inclusivo. Como forma de um sujeito universal ela designava aqueles valores que compartilhávamos simplesmente em virtude de nossa humanidade comum. Se a cultura como as artes era importante, era porque destilava esses valores em uma forma convenientemente portátil. Ao ler ou ver ou escutar, nós deixávamos em suspenso nossos eus empíricos, com todas as suas contingências sociais, sexuais e étnicas, e dessa forma nos tornávamos nós mesmos sujeitos universais. O ponto de vista da alta cultura, como o do Todo-Poderoso, era a visão a partir de toda a parte e de lugar nenhum” (EAGLETON, 2003, p.16)

³ É importante ressaltar que em 1937, Mário de Andrade colocou em prática, através da Prefeitura de São Paulo, uma proposta de política cultural pioneira no Brasil, que partia de um conceito amplo de cultura, que incluía esportes, turismo, culinária, entre outras, com as diversas ações articuladas e subsidiadas por diagnósticos da cidade e de sua população.

criação do Ministério de Assuntos Culturais da França como marco institucional, reforçado pela atuação da UNESCO que, em 1967, formulou uma das primeiras definições de política cultural:

(...) la suma total de los usos, acciones o ambitos de acciones de una sociedad, dirigidas a la satisfacción de ciertas necesidades culturales a través de la óptima utilización de todos los recursos materiales y humanos disponibles a una sociedad determinada en un momento dado (BOLÁN, 2003)

A partir de então diversas definições de políticas culturais foram concebidas por pesquisadores e instituições, sendo a mais utilizada:

(...) conjunto de intervenciones realizadas por el Estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtner consenso para un tipo de orden o de transformación social⁴ (GARCÍA CANCLINI, 1987, p.26)

Partindo da definição acima e de acordo com RUBIM (2007b), “falar em políticas culturais implica, dentre outros requisitos em, pelo menos: intervenções conjuntas e sistemáticas, atores coletivos e metas” (p.13). Porém, dada a incipiência da cultura como política pública e da complexidade que lhe é inerente, raros são os governos que implementam políticas públicas de cultura considerando os requisitos apontados. Não obstante, cultura ainda é sinônimo de *status* e ninguém é contra, seja tendo como referência o conceito estético de cultura, sinônimo de aptidões artísticas e intelectuais ou o conceito antropológico, onde tudo é cultura. Segundo MILANESI (1997), a construção de centros de cultura no Brasil durante os anos 80 advém da demanda de

⁴ Em 2001, o autor reconheceu a necessidade de ampliação do conceito, considerando “el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad” (GARCÍA CANCLINI, 2005, P.65); e em palestra realizada em 2008, também considerando as transformações sociais e políticas ocorridas nas últimas décadas, Germán Rey propõe a substituição do termo “satisfação das necessidades culturais” por “dinamismos (tensões e conflitos) que a sociedade propõe ao Estado e às organizações sociais” (REY, 2008, p.68).

segmentos intelectualizados da cidade ou mesmo de iniciativa dos prefeitos, vendo nisso uma obra que de alguma forma teria significado para a população, fosse para "dar livros aos estudantes pobres ou transmitir *urbi et orbi* a excelência do nível da população local" (p.15). Em artigo sobre a necessária capacitação de profissionais que atuam nos órgãos públicos de cultura, DURAND (1996) argumenta que a área cultural é "vítima de voluntarismo amadorístico de duas personagens bem características" (p.8), a mulher do prefeito ou um artista ou intelectual de prestígio; no caso da mulher, por uma visão de cultura como virtude do universo feminino e no caso do artista ou intelectual "para 'dar brilho' a uma equipe de governo ou impor-se perante a 'comunidade artística'" (p.8). O autor prossegue considerando que a condição de mulher do prefeito ou de artista/intelectual de prestígio não significa que não possam ser bons dirigentes, o problema é o motivo pelo qual o nome foi escolhido.

As primeiras ações sistemáticas em âmbito federal em direção à institucionalização da cultura datam da década de 1930, a partir da criação do Ministério de Educação e Saúde durante o governo de Getúlio Vargas, especificamente a partir da gestão de Gustavo Capanema (1937- 1945) com a criação do Instituto Nacional do Livro, do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico, do Serviço Nacional de Teatro, entre outros. Porém, a área cultural só conquistou um Ministério exclusivo em 1985, transformado em Secretaria vinculada diretamente à Presidência da República em 1990 (governo Collor), situação revertida em 1992 (governo Itamar Franco).

Segundo o Perfil dos Municípios Brasileiros - Cultura 2006, apenas 4,2% dos municípios possuía secretária exclusiva de cultura; 2,6% possuíam Fundação Pública; em 6,1 % o setor cultural era subordinado diretamente à chefia do

Executivo; em 12,6%, subordinado a outra secretaria; 72% dos municípios possuíam secretaria de cultura em conjunto com outras políticas; e 2,4% não possuía nenhuma estrutura específica para a área:

Na verdade, quando a cultura está em conjunto com outras políticas setoriais – geralmente com a educação – ela é considerada de forma marginal, assim como acontece quando ela se resume a um departamento. Isso significa dizer que no primeiro caso, quando tem-se uma secretaria municipal em conjunto com outras políticas, o fato de ela ser nominalmente considerada como Secretaria pode significar que o poder público percebe apenas seu potencial de “distinção”, o que de qualquer maneira indica sua valorização do ponto de vista da gestão municipal. Quando vinculada diretamente à chefia do executivo (6,1%), a cultura é vista, geralmente, como uma área produtora de eventos que beneficiem a imagem da gestão em pauta (IBGE, 2007).

A localização das políticas culturais dentro do conjunto de políticas públicas⁵, entendendo-as como ações ou inações de um governo visando ao interesse público, depende de uma dinâmica não linear de elaboração, priorização e consolidação de propostas nas diversas etapas⁶: trata-se de um jogo de interesses, poderes, valores, influências e subjetividades do qual fazem parte diversos e distintos atores em todos ou em alguns momentos, dependendo das circunstâncias.

1.2 Usos da cultura e planejamento estratégico de cidades

A instrumentalização da cultura para as mais diversas finalidades foi assunto de discussões ocorridas em fóruns, seminários e conferências sobre políticas culturais

⁵ “Política pública é o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade. Quando decisões coletivas são tomadas, elas se convertem em algo a ser compartilhado, isto é, em uma política comum” (RODRIGUES, 2010, p.13)

⁶ Preparação da decisão política, formação da agenda, formulação da política, implantação, monitoramento e avaliação.

durante as últimas décadas. George Yúdice discute o tema no livro "A conveniência da cultura" (2004), no qual expõe diversos usos da cultura e propõe a aceitação da cultura como recurso como uma condição da pós-modernidade.

No entanto, o recurso simbólico já servia de instrumento à invenção das tradições (HOBSEBWM, 1984)⁷, base da construção das identidades nacionais e dos patriotismos na modernidade. No Brasil, a partir da articulação de políticas educacionais e culturais, censura, propaganda, meios massivos de comunicação - na época o rádio - intelectuais, artistas e invenção de tradições, o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) buscou unificar as diferenças do povo brasileiro tentando imprimir no imaginário da população uma imagem positiva e moderna através da manipulação de manifestações populares, como o samba, e da construção de símbolos identitários através da atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- SPHAN⁸. Da mesma forma, através da criação de organismos culturais e de planos de atuação, como o Conselho Federal de Cultura e o primeiro Plano Nacional de Cultura (1975), o período ditatorial também se utilizou das políticas culturais objetivando garantir a integração nacional e o reforço à identidade cultural. Os períodos autoritários - Estado Novo e Ditadura Militar -

⁷ Hobsbawm indica a classificação das tradições inventadas em três categorias superpostas: "a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade, e; c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento" (HOBSEBWM, 1984, p. 17)

⁸ Durante o Estado Novo, compositores que exaltavam a preguiça e a malandragem do povo brasileiro eram censurados, enquanto compositores que exaltavam o trabalho eram cooptados e incentivados; também nesse período, surge o "samba exaltação", cujo ícone é Ary Barroso, compositor que exaltava as belezas naturais, o clima e o povo brasileiro (CALDAS, 2005, p. 38-40). A partir da criação do SPHAN, em 1937, edificações e monumentos coloniais e barrocos foram tombados, em uma escolha de símbolos que deveriam integrar a memória nacional, no caso, celebrando a "tradição luso-brasileira, o bandeirantismo e a bravura do povo paulista em detrimento das diversas influências imigratórias e étnicas" (CURY, 2002, p.28).

objetivavam a instrumentalização da cultura submetendo-a aos seus interesses: anulando seu caráter crítico e buscando a legitimação da ditadura ao mesmo tempo em que imprimiam no imaginário a idéia de identidade nacional (RUBIM, 2007). Atingindo ou não seus objetivos, o conjunto de dispositivos de poder, construção, transmissão e preservação de memórias compartilhadas interferem no imaginário coletivo, criando a ilusão de identidade (MENEZES, 2008).

Mas é no período denominado *nova era do capitalismo cultural* (RIFKIN, 2000), que a cultura alcança a centralidade dos processos sociais e passa a ser utilizada como recurso para diversas finalidades. Para YÚDICE (2004), o princípio da cultura como recurso para a economia, bem como seu uso como estratégia de permanência pelos atores da esfera cultural põem fim ao seu caráter transcendental, a exemplo de investimentos realizados por instituições financeiras internacionais que escolhem os projetos a serem incentivados de acordo com o retorno que os mesmos possibilitem, dentre os quais, incentivos fiscais, publicidade e criação de ambiente mais seguro para outros investimentos.

(...) "a cultura pela cultura", seja lá o que isso represente, nunca receberá fomentos a não ser que possa oferecer uma forma indireta de retorno (SANTANA, 1999 citado por YÚDICE, 2004, p. 32).

Da mesma forma, isto é, por sua utilidade, a cultura fundamenta planos de turismo e melhora a qualidade de vida das populações fixas ou flutuantes, criando empregos e ambientes urbanos renovados e agradáveis. Ao mesmo tempo em que o poder não necessita mais da mediação feita pela cultura entre nação e estado, a nova economia, baseada na comercialização de estilos de vida e experiências desloca a cultura tornando-a central à economia (YÚDICE, 2004).

1.2.1 *Planejamento estratégico de cidades*

O planejamento urbano advém da situação precária em que se encontravam as cidades no final do século 19: crescimento desordenado, aumento da população, insuficiência de saneamento básico e conseqüente proliferação de doenças. No Brasil, o Rio de Janeiro é um dos exemplos do urbanismo higienista a partir de intervenção no centro velho da cidade, que teve como principais ações a demolição de cortiços e remoção da população para outras áreas, o alargamento das ruas, obras de saneamento e campanhas de vacinação. Uma preocupação basicamente de sanitaristas.

Um século depois, no final dos anos 1990, o planejamento estratégico de cidades surge no contexto da globalização. Tendo como referência a cidade de Barcelona, o modelo foi disseminado no Brasil e na América Latina por agências de cooperação e instituições multilaterais (BIRD, PNUD, UN-HABITAT), e por consultores internacionais, destacando-se Manuel de Forn e Jordi Borja. As premissas deste modelo de planejamento estão presentes em publicação encomendada pela Agência Habitat das Nações Unidas, de autoria de Jordi Borja e Manuel Castells⁹.

Segundo tal modelo, a abertura de mercados, o enfraquecimento do estado, as novas tecnologias de comunicação e transporte, a urbanização generalizada, as atividades econômicas dominantes concentradas em conglomerados interconectados - mas com modelo de produção flexível (empresas-rede) - exigem das cidades uma série de condições para que as mesmas possam competir no mercado global, no sentido da obtenção de maiores investimentos

⁹ Local y Global: la gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: Santillana, 1997.

privados. Por atuarem em rede, as empresas escolhem as melhores cidades para suas instalações no que diz respeito à conectividade (comunicação, telecomunicação e sistemas de informação nos âmbitos regional, nacional e global); inovação (recursos humanos adequados, institutos de pesquisa e qualidade de vida); e flexibilidade institucional (capacidade interna e autonomia externa das instituições locais para negociar a articulação da cidade com empresas e instituições em âmbito supra-local).

De ahí que la nueva frontera de la gestión urbana consista en situar a cada ciudad en condiciones de afrontar la competición global de la que depende el bien-estar de sus ciudadanos (BORJA e CASTELLS, 1997, p. 32).

Criado na Universidade de Harvard para aplicação no setor privado, o planejamento estratégico define pontos fortes e fracos do ambiente interno e do ambiente externo à organização, buscando elaborar estratégias de competitividade que transformem as ameaças em oportunidades (ambiente externo). A metodologia de planejamento estratégico transferida para o planejamento urbano enxerga, então, a cidade como uma empresa. De acordo com VAINNER (2001), não foi a primeira vez em que as cidades foram tratadas como empresas, considerando que o urbanismo modernista tomou por base a racionalidade, funcionalidade, regularidade e produção estandardizada, características do *taylorismo*. Ainda segundo o autor, o conceito de cidade-empresa utilizado por este novo modelo de planejamento estratégico urbano indica a transformação das cidades em agentes econômicos, cujas decisões são tomadas “a partir de informações e expectativas geradas no e pelo mercado” (p. 85).

Segundo Borja e Castells,

(...)el plan define el concepto de futuro de un territorio y las líneas de actuación clave para la

consecución de sus objetivos con el fin de propiciar la acción conjunta y coordinada de todos los agentes institucionales, económicos y sociales del territorio, conseguir la adhesión colectiva de la población a un proyecto de futuro sentido como próprio y asegurar la proyección externa sistemática y eficaz del concepto de futuro del territorio en los mbitos extraterriolales para la consecución de sus objetivos (BORJA e CASTELLS, 1997, p. 166)

Para que o plano de futuro tenha alguma possibilidade de êxito são necessárias várias condições, dentre as quais: vocação expansiva da cidade; existência de atores urbanos que aceitem articulação; sensação generalizada de crise de crescimento; e existência de liderança local. Estas condições iniciais se desdobram em várias outras, como a construção do patriotismo de cidades e a necessidade de consenso, questões que serão abordadas no capítulo 3.

O papel das ações culturais no planejamento estratégico de cidades é primordial em vários aspectos: construção do patriotismo de cidades, a partir da criação ou revelação de marcos identitários e orgulho cívico; potencialidade para a criação de consensos; visibilidade interna e externa que pode gerar para a cidade; instauração de ambientes criativos a partir da revitalização de patrimônios históricos e/ou áreas degradadas e da exploração das culturas locais que segundo Castells, dão vida ao local¹⁰. Não por acaso, algumas das ações recomendadas no planejamento estratégico de cidades são a realização de grandes eventos, a revitalização de áreas centrais e a instalação de equipamentos âncora, a exemplo do Museu Guggenheim em Bilbao.

¹⁰ "En torno a esto se permitió la ampliación de usos a locales comerciales, a bares, restaurantes, por lo que se há generado una extraordinária actividad urbana em la que, junto al trabajo de innovación, se desarrolla el tejido social a través de bares, restaurantes, encuentros em la calle, etc., que da vida a este lugar. Em este momento se está convirtiendo después de la indústria financiera, em la segunda indústria más dinámica de la ciudad de San Francisco" (CASTELLS, 2001, p.219).

Essa instrumentalização da cultura pelo planejamento estratégico de cidades sofreu inúmeras críticas por deslocar o papel das políticas públicas de cultura para benefício do mercado através da espetacularização e da tentativa de criação de consensos e patriotismos. Centrando sua atuação nas condições necessárias para o sucesso do planejamento, pouco espaço resta para as funções de origem das políticas culturais: desenvolvimento simbólico, satisfação das necessidades - ou dinamismos - culturais da população e transformação social.

1.3 Políticas culturais e informação no espaço urbano

Nascido da industrialização, o espaço urbano sofreu modificações nas relações sociais a partir de novos modos de percepção, de linguagens, de produção e distribuição das informações através da fotografia e do cinema, e nas novas formas de ver a cidade, do e no interior das locomotivas, dos automóveis e dos bondes. Para DI FELICE (2009), o espaço urbano que se concretiza com a Revolução Industrial "é um ambiente comunicativo, onde predominam as percepções visuais e fluxos de imagens" (p.129).

O multifacetado espaço urbano potencializou o encontro entre tradicional e contemporâneo, entre popular, erudito e massivo, e entre suas fusões. De acordo com GARCÍA CANCLINI (2008), até meados do século 20 as cidades eram definidas a partir de sua configuração física; hoje é sabido que a caracterização das cidades depende também dos processos culturais e imaginários de seus habitantes, pelas experimentações de interações sociais. Na era da informação, planejadas estrategicamente para serem cidades do conhecimento, acabam por se transformarem em cidades do espetáculo. Considerando essa tendência, o autor sustenta que

as cidades, especialmente as megalópoles, são na verdade cidades do desconhecimento e que a conversão das mesmas em espetáculo as associa ao predomínio do *marketing*, visto que raramente as intervenções espetaculares são capazes de penetrar a vida cotidiana e resolver as contradições e desigualdades do desenvolvimento.

A cidade da fragmentação e dos fluxos contribuiu para o aumento do consumo cultural doméstico, através da televisão e do rádio - meios ainda mais populares do que a internet - e conseqüente diminuição de frequência dos espaços culturais consagrados e comunitários - teatro, cinema, festivais, festas comunitárias (BARBERO, 2002). Esse deslocamento do consumo cultural resultou na dominação cultural pelo mercado. Diante deste cenário de hegemonia do mercado, cabe à comunicação e à cultura fazer o que o mercado não pode: sedimentar tradições, criar vínculos societários e engendrar inovação social (BARBERO, 2003).

Por outro lado, o protagonismo das cidades na era da informação e o desejo ou necessidade de administradores públicos para que o objeto de seu trabalho se torne global, localiza a dimensão cultural em alguns eixos estratégicos: 1) a competitividade econômica relacionada com a pesquisa, a difusão do conhecimento, a qualidade de vida e a criatividade; 2) a marca cultural da cidade, relacionada aos grandes eventos, ao *design*, ao espetáculo; 3) os modos de articulação social relacionados à governança e ao planejamento urbano (KÖSTER, 2007):

Las ciudades deben resolver los problemas urbanos que impone la nueva economía global recurriendo a la política cultural, a la promoción turística y a la reinención del *city marketing* para regenerar las bases económicas de los núcleos urbanos (KÖSTER, 2007, p. 76).

No contexto de desindustrialização e de queda de arrecadação municipal em que as cidades se encontram,

difícilmente a política cultural e mesmo a política urbana poderá atender aos interesses do mercado e da população ao mesmo tempo. Resta saber qual a opção menos prejudicial à sociedade. Considerando que a informação, como “um instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo” (BARRETO, 1994, p.3-4), quando aceita e assimilada se transforma em conhecimento, acreditamos ser essa a batalha cabível para as políticas culturais urbanas, especialmente nas condições colocadas por Barbero e Canclini: cidades do desconhecimento e consumo cultural dominado pelo mercado.

1.3.1 A importância da mediação cultural

Para que a informação seja aceita e assimilada, não basta colocá-la a disposição das pessoas sem um necessário processo de comunicação e de mediação. O paradigma da democratização cultural, surgido na França quando da criação do Ministério da Cultura, em 1959, demonstrou que a apropriação de uma obra de cultura não se dá por osmose. O projeto francês objetivava a aproximação da população às grandes obras da humanidade e para tanto implantou Casas de Cultura em todo o país. No entanto, a pesquisa sobre frequência de públicos em museus de arte realizada por Pierre Bourdieu em 1964-1965 detectou que as desigualdades no acesso à cultura¹¹ estavam relacionadas, principalmente, ao sistema

¹¹ “O acesso cultural distribui-se em: 1- **Acesso físico:** possibilidade de contato direto com ou de exposição a uma unidade ou modo cultural (existência de um cinema na cidade, de um laboratório de revelação cinematográfica no país, de uma biblioteca, etc.); 2- **Acesso econômico:** possibilidade econômica de produzir ou consumir um produto cultural; 3- **Acesso intelectual:** possibilidade de uso ou apropriação efetiva do produto cultural, isto é, possibilidade de apreender um produto cultural em todas as suas dimensões e de transformá-lo em matéria prima para a elaboração de interpretações da vida e do mundo; o uso cultural deixa, no indivíduo, uma marca, um resto, enquanto o consumo cultural caracteriza-se pela mera exposição passageira ao produto cultural, sem que sobre, desse ato, nenhum resíduo na pessoa” (TEIXEIRA COELHO, 1997, p.36).

educacional e à herança familiar (BOURDIEU e DARBEL, 2003). Segundo CAILLET (2008), a mediação cultural na França foi resultado das dificuldades encontradas para a democratização da cultura no sentido de ampliação do acesso social.

Mediação Cultural: (...) processos de diferente natureza cuja meta é promover a aproximação entre indivíduos ou coletividades e obras de cultura e arte. (...) com o objetivo de facilitar a compreensão da obra, seu conhecimento sensível e intelectual - com o que se desenvolvem apreciadores ou espectadores, na busca da formação de públicos para a cultura - ou de iniciar esses indivíduos e coletividades na prática efetiva de uma determinada atividade cultural (TEIXEIRA COELHO, 1997, p.248).

Atualmente, o paradigma da Democratização Cultural cedeu lugar ao da Democracia Cultural, cujo pressuposto, segundo a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais realizada em 1982 pela UNESCO, supõe a ampla participação do indivíduo e da sociedade nos processos de criação e decisões relativos à vida cultural.

Essa mudança de paradigma, que inclui os "saberes, fazeres e quereres" da população, nos leva à necessidade de alguma mediação cujo processo inclua a escuta dos habitantes e a análise do entorno no qual o projeto, seja qual for, esteja inserido, considerando a heterogeneidade e fragmentação da cidade; da mesma forma, indica uma atuação além de cultural, mas também social e política visto que a informação mediada qualifica-se como "forma e substância, como estruturas significantes com a competência de gerar conhecimento para o indivíduo e seu grupo" (BARRETO, 1994, p.3); e, que a capacidade de processar informação, transformando-a em conhecimento, é geradora de cidadania crítica, ampliando espaços de autonomia e participação primordiais para o pleno exercício da cidadania no mundo globalizado (HOPENHAYN, 2007).

Buscando uma definição de mediação estética, a partir da análise de quatro definições de mediação cultural - Bernard Lamizet, Jean Caune, Louis Quéré e Antoine Hennion -, DAVALLON (2007) reuniu os componentes em comum, presentes nas obras dos três primeiros autores: 1) a intersubjetividade, a linguagem e o político; 2) a comunicação social é um produto da mediação; e acrescenta um terceiro componente emprestado da obra de Antonie Hennion: 3) "a mediação constrói-se em torno de um ponto de fuga - chamado exterioridade, neutro, negativo, conforme os casos - que intervém no processo de comunicação sem que aqueles que participam possam ter controle sobre ele" (p.14). Ainda no plano da mediação estética, MONTESQUIEU (2009), ao refletir sobre o gosto em verbete escrito para a *Encyclopedié* organizada por D'Alembert e Diderot, afirma que o gosto pode ser natural ou adquirido e que uma das formas para o exercício do gosto é a multiplicação das coisas a ver: ver um grande número de objetos, ampliar a visão, estar em vários lugares, percorrer mais espaços - ampliar a esfera de presença do ser. Esta deveria ser a meta de uma política cultural na visão de TEIXEIRA COELHO (2009), que também recorda, lembrando Wittgenstein, que "o gosto aperta e solta parafusos, mas não constrói um novo *equipamento*" (p. 102).

As observações de HOPENHAYN (2007), DAVALLON (2007) e MONTESQUIEU (2009) nos remetem à definição de *ação cultural de criação* de TEIXEIRA COELHO (1989). Segundo o autor, são dois os tipos básicos de ação cultural: ação cultural de serviços e ação cultural de criação, sendo que a primeira se concentra nas obras de arte, nos produtos e instituições culturais e a segunda, na mediação como ponte para novos horizontes das pessoas envolvidas. Este segundo modo de ação cultural, denominado ação cultural de criação ou ação sociocultural, tende a

provocar as consciências para que se apossem de si mesmas e criem as condições para a totalização, no sentido dialético do termo, de um novo tipo de vida derivado do enfrentamento aberto das tensões e conflitos surgidos na prática social concreta (TEIXEIRA COELHO, 1989, p.42).

O resultado da ação cultural nunca é previsível e o papel do agente cultural é fazer disparar o gatilho de um processo sem controle. A ação cultural, modalidade de mediação, "serve ao indivíduo, sensibilizando-o para a criação e dando-lhe as armas para repelir a dominação cultural" (TEIXEIRA COELHO, 1989, p.67); serve ao coletivo, oferecendo acesso; serve ao artista criando públicos e aproximando-o do coletivo; "e serve à própria arte, ou cultura, criando, por tudo isso, condições para sua revitalização e atualização" (p.68).

Sob o prisma de VELHO (2001) o mediador não apenas transita entre vários universos, realidades, experiências e estilos de vida, mas exerce a mediação entre os diferentes grupos e domínios sociais, estabelecendo um processo de interações e intercâmbios socioculturais, resultando no cruzamento e flexibilização de fronteiras e possibilitando a transformação de padrões tradicionais de relacionamento. Portanto, o mediador é um agente de transformação.

Dessa forma, entendemos que um projeto de intervenção no presente e no futuro de uma cidade e de seus habitantes, por melhores intenções que tenha, ao prescindir da mediação cultural diminui a probabilidade e/ou potencialidade de transformação cultural, social e política.

2. POLÍTICAS CULTURAIS EM SANTO ANDRÉ

2.1 Departamento de Cultura: da institucionalização ao fortalecimento

Em 1910, nos arredores da estação ferroviária de São Bernardo da Borda do Campo, foi criado o distrito de Santo André: Santo André urbana nasceu da ferrovia e se organizou ao redor dela. Até os anos 1930, ainda distrito de São Bernardo, foi povoada por migrantes - italianos em sua maioria - mas também acolheu portugueses, espanhóis, alemães, romenos, japoneses. O Distrito se tornou município em 1938 e com o desenvolvimento industrial nos anos 1930 e 1940 atraiu gente do interior do estado de São Paulo, bem como de outros estados do país.

Santo André é ferrovia, é industrial, é subúrbio de São Paulo; linha tênue entre o rural e o urbano.

A consciência de uma realidade espacial intermediária entre a cidade e o campo, liminar e híbrida e sem sentido porque indefinida, se manifesta na categoria subúrbio e, por meio desta, na estética dos significados de um mundo feito de extremos e desencontros. Subúrbio é parte de uma concepção de vida estamentalmente ordenadora das diferenças, das desigualdades, da multiplicada variedade das formas. Despolariza a sociedade de extremos e revela uma mentalidade que reconhece nuances no real da paisagem e introduz um sistema classificatório desse real por meio de adornos e de detalhamento das diferenciações que começavam a ser reconhecidas em praticamente tudo: subúrbio designa a identidade específica de uma realidade espacial e social entre a roça e a cidade, o produzir e o mandar, o trabalhar e o desfrutar (MARTINS, 2008, p. 45).

A partir da década de 1950, fatores como o crescimento, a diversificação e a segmentação da população, - demandando por mais informação - resultaram na ampliação da

rede educacional, incluindo a implantação de Universidades¹². A classe média, recém consolidada, passou a organizar associações artísticas a exemplo da Sociedade Amigos do Livro (1942); Sociedade de Belas Artes (1951); Clube da Poesia (1952); Câmara Clube (1952); Sociedade Amigos da Música (1953) e Sociedade de Cultura Artística (1953). As associações artísticas desenvolviam suas atividades com o apoio da prefeitura, na forma de subvenções ou de ações em parceria. Duas iniciativas envolvendo o poder público e as Associações merecem destaque: a construção do primeiro teatro da cidade pela Sociedade de Cultura Artística¹³ e a criação da Biblioteca Pública Municipal e do Departamento de Educação e Cultura impulsionadas pela Sociedade Amigos do Livro.

O Departamento de Educação e Cultura foi criado pela Lei 929/1954¹⁴, subordinado à Secretaria de Assuntos Jurídicos, Internos e Culturais. Era subdividido em Ensino Profissional, Ensino Primário, e Biblioteca e Discoteca Pública. A Biblioteca Pública havia sido criada pela Lei 732/1952¹⁵ e ainda considerando a escassez de documentação e testemunhos sobre as origens do projeto e sobre as diretrizes adotadas pela rede de Bibliotecas, é perceptível a influência do projeto da Divisão de Bibliotecas desenvolvido na década de 1930 por Mario de Andrade para o Departamento de Cultura de São Paulo, bem como influências da política nacional

¹² Segundo Martins (2008), "a grande luta dos trabalhadores do subúrbio no último meio século foi muito mais por cultura e educação do que por salário" (p.54).

¹³ A Sociedade de Cultura Artística de Santo André - SCASA tinha por objetivo principal a consolidação do teatro amador na cidade e em 1960, sem sede, comprou um pavilhão de alumínio que dois anos depois foi instalado em terreno cedido em comodato, local conhecido como Teatro de Alumínio. Segundo SILVA (1991), a inauguração do Teatro de Alumínio pode ser considerada um marco divisório, "foi o resultado final de uma geração de amadores que, por mais de quinze anos, manteve em atividade o teatro de Santo André" (p.26).

¹⁴ SANTO ANDRÉ. Lei nº 929, de 27 de setembro de 1954. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1954.

¹⁵ SANTO ANDRÉ. Lei nº 732, de 20 de outubro de 1952. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1952.

praticada pelo Instituto Nacional do Livro, esta já na década de 1970.

A Divisão de Bibliotecas de São Paulo era composta pela Biblioteca Pública Municipal, Biblioteca Infantil, Bibliotecas Circulantes e Bibliotecas Populares; havia ainda uma Biblioteca Ambulante, instalada em um caminhão, que percorria os bairros. Em São Paulo, um dispositivo legal previa a obrigatoriedade de editores e empresas de jornais e revistas enviarem à biblioteca ao menos um exemplar de obras comercializadas. A Biblioteca Pública Municipal de Santo André foi inaugurada em abril de 1954, oferecendo um setor de consulta e um setor infantil. Posteriormente, em 1956, houve a implantação da Biblioteca Circulante; em 1961, a Biblioteca Volante (ônibus que percorria os bairros); em 1968, a Biblioteca Distrital; e em 1978 a implantação da rede de Bibliotecas Ramais, localizadas em bairros periféricos, e da Biblioteca de Periódicos. O Decreto Municipal 2.169/1963 isentava do Imposto de Indústria e Profissões, empresas de livros que fornecessem à Biblioteca Municipal "10 (dez) exemplares de cada obra impressa no ano anterior ao da concessão do favor fiscal, bem como uma assinatura permanente, enquanto durar a isenção dos jornais e revistas editados"¹⁶.

Somente em 1957 o Departamento de Educação e Cultura se desprende da Secretaria de Assuntos Jurídicos¹⁷ e passa a ser subordinado diretamente ao gabinete do prefeito. Dentre as atividades culturais realizadas de sua criação até 1963, ocasião em que se transformou em Secretaria, destacam-se a promoção de concursos carnavalescos com premiação em

¹⁶ SANTO ANDRÉ. Decreto nº 2.169, de 23 de janeiro de 1963. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1963.

¹⁷ SANTO ANDRÉ. Lei nº 1.197, de 02 de janeiro de 1957. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1957.

dinheiro (1957)¹⁸ e posterior subvenção às Escolas de Samba (1961)¹⁹, e o Concurso de Artes Plásticas (1960)²⁰ em parceria com a Sociedade de Belas Artes. Além das atividades da Biblioteca e de alguns concursos artísticos, a atuação do poder público no sistema cultural do município se dava através de intervenções indiretas redistributivas, por meio de subvenções. Em 1959 o Departamento de Educação e Cultura subvencionava 75 entidades educacionais, assistenciais, esportivas e culturais²¹, dentre as quais: Sociedade de Belas Artes, Conservatório Musical de Santo André, Conservatório Musical Santa Cecília, Sociedade de Cultura Artística, Sociedade Amigos do Livro, Sociedade Amigos da Música, Câmara Clube, Sociedade Cultural ABC.

Na década de 1960, a promoção cultural na cidade também girava em torno do Centro Popular de Cultura (CPC) do Sindicato dos Metalúrgicos, onde aconteciam atividades teatrais, musicais e exibições de filmes. O público do CPC era composto por operários, profissionais liberais e universitários. Com o golpe militar em abril de 1964 o CPC fechou suas portas, no entanto, deixou influências principalmente nos universitários que passaram a organizar grupos de teatro amador. Em 1966 tiveram início as obras de construção do Centro Cívico, cujo projeto incluía edificações para o Poder Legislativo, Poder Executivo e Centro Cultural - composto por Auditório, Teatro, Salão de Exposições e Biblioteca -, sinalizando a preocupação do poder público com a ampliação da intervenção direta através da provisão de bens e serviços culturais na cidade.

¹⁸ SANTO ANDRÉ. Lei nº 1.208, de 02 de março de 1957. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1957.

¹⁹ SANTO ANDRÉ. Lei nº 1.643, de 12 de fevereiro de 1961. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1961.

²⁰ SANTO ANDRÉ. Lei nº 1.633, de 24 de dezembro de 1960. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1960.

²¹ SANTO ANDRÉ. Lei nº 1.522, de 15 de dezembro de 1959. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1959.

O Centro Cultural destina-se ao povo de Santo André. Ele deve funcionar como um multiplicador de cultura do município. Sendo mais da metade da população de Santo André constituída por jovens, o Centro Cultural será o domínio da mocidade (...). Enfim, a vida cultural de Santo André encontra finalmente uma sede. Uma sede aberta a todos, onde se trabalhará com a intenção primeira de propiciar e facilitar o contato dos jovens com todas as manifestações artísticas (SILVA, 2001, p. 16).

Contando com equipamentos próprios, a Secretaria de Educação e Cultura passou a promover o Salão de Arte Contemporânea (1969), Feiras do Livro, Festivais de Teatro Amador, Festival de Musica Andreense, Ciclos de Cinema e oficinas teatrais. Em parceria com a prefeitura, na década de 1970, o Grupo de Teatro da Cidade propunha

(...) a descentralização teatral - com o primeiro elenco regional permanente; a democratização da cultura - um teatro popular, entendendo-se como tal um teatro para maior número de espectadores; e uma nova maneira de fazer teatro - teatro visto como espaço público (SILVA, 1991, p. 47).

Também nesse período, a prefeitura passou a promover cursos de música, dança clássica e moderna, ginástica e artesanato no Parque Regional Integração Utinga, localizado no 2º Subdistrito²².

A construção dos CEARs (Centros Educacionais, Assistenciais e Recreativos) teve início em 1977. Estes equipamentos foram construídos nos bairros periféricos e contavam com escola de educação infantil, quadras esportivas, piscinas e bibliotecas. Eram administrados por Conselhos Comunitários e ofereciam, além do serviço de educação infantil, cursos de artesanato, corte e costura, pintura em

²² Santo André é dividida em Distrito Sede, composto pelo 1º e 2º Subdistritos, Distrito Capuava e Distrito Paranapiacaba. O Distrito Paranapiacaba é localizado em área de mananciais; O 1º Subdistrito é separado do 2º Subdistrito e do Distrito Capuava pela ferrovia, barreira também simbólica, pois o núcleo urbano começou a se formar a partir da ferrovia no lado do 1º Subdistrito, enquanto o 2º Subdistrito foi ocupado por migrantes vindos do interior do Estado ou de outras cidades. Ainda na atualidade os moradores mais velhos se referem ao 2º Subdistrito como "o lado de lá".

tecido e em cerâmica, datilografia e enfermaria. Com a mudança da gestão municipal, em 1983, os administradores dos CEARs passaram a ser indicados pelo prefeito e alguns dos espaços acabaram se transformando em clubes particulares.

Em 1982, já em época de abertura política, o ex-Secretário de Cultura Miller de Paiva sugeriu a criação de Conselhos Populares de Cultura com a finalidade de assessorar, propor, executar e fiscalizar os projetos culturais desenvolvidos pelo poder público²³. A partir de 1983, o poder público municipal iniciou discussões públicas sobre as políticas culturais e em 1984 os gestores públicos elaboraram um documento composto por um diagnóstico cultural e algumas propostas a serem discutidas com os produtores culturais da cidade. Dentre as propostas estão a promoção da preservação do patrimônio; o estímulo ao crescimento qualitativo da produção cultural e à formação de público; a manutenção dos eventos permanentes; a implantação do Museu; e a manutenção do Salão de Exposições. Também era preocupante o fato de que a grande maioria dos movimentos culturais da cidade, por uma razão ou outra, extinguíram-se ou enfraqueceram-se ao ponto de total dependência de subsídios do poder público. Em relação à estrutura pública, o documento reclama o pouco investimento em um quadro funcional especializado, resultando em uma defasagem entre a demanda de atividades e a capacidade funcional da Secretaria. Várias propostas surgiram dos encontros entre poder público e produtores culturais, a exemplo da criação do Conselho de Cultura²⁴ e da criação de um Fundo Pró-Cultura, ambos

²³ MILLER propõe Centros Populares de Cultura. Diário do Grande ABC. Santo André, SP, 21 dez. 1982.

²⁴ Em 1966 foi criado o primeiro Conselho de Cultura de Santo André, desativado em 1974. Segundo o Decreto 2.809/1965, o Conselho era composto pelo Secretário de Educação e Cultura e um representante do Departamento de Educação e Cultura (presidente e secretário, respectivamente) e nove membros de reconhecida trajetória educacional e cultural. De caráter consultivo, suas atribuições eram: "organizar conferência, espetáculos de

concretizados posteriormente, durante a primeira e a segunda gestão do PT na cidade.

2.2. Verso das políticas culturais do PT: o direito à cidade (1989-1992)

"para a realidade coletiva e interativa da cidade, a única idéia de identidade passível de ser aceita é a da identidade como conjunto vazio, sem conteúdo - sem conteúdo, isto é, além daquele que resulta da inscrição ocasional de diversos conteúdos" (TEIXEIRA COELHO, 2005, p.222).

Em 1988, o Partido dos Trabalhadores venceu as eleições em um número significativo de municípios. Das sete cidades que compõem a região do ABC, passou a administrar três: São Bernardo do Campo, Diadema e Santo André, esta última com 600.000 habitantes. O país estava em processo de redemocratização e a Constituição Federal promulgada em 1988 dava autonomia político-administrativa aos municípios, ocasionando a ampliação de atribuições e responsabilidades na prestação de serviços públicos, inclusive relativos à cultura: proteger, apoiar, promover e garantir, conforme artigos 5, 23, 24, 210, 215 e 216 da Constituição Federal (CUNHA FILHO, 2010).

O projeto político para Santo André, bem como para outros municípios administrados pelo PT, objetivava a

arte, exposições artísticas, e outras, de caráter educacional e cultural; promover a realização de seminários e palestras para divulgação de assuntos educativos e culturais; apresentar ao Prefeito sugestões e planos para campanhas culturais; promover a realização de programas especiais, de cunho educativo e cultural, para os estudantes dos vários graus; cooperar com as entidades culturais do Município a fim de que elas possam bem cumprir suas finalidades; sugerir medidas para a proteção de monumentos e documentos de valor histórico e artístico; opinar sobre a qualidade artística de estátuas, bustos e monumentos a serem erguidos em logradouros públicos; opinar sobre os nomes a serem dados a logradouros públicos; propor a realização de certames literários; elaborar e aprovar o seu regimento Interno" (SANTO ANDRÉ. Decreto nº 2.809, de 09 de junho de 1965. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1965.).

luta pela hegemonia²⁵ e a quebra da tradição local, portanto, a ruptura com as práticas até então dominantes era certa, passava pela mudança cultural em sentido amplo, e uma proposta de política identitária, ainda que repleta de boas intenções, não excluiria as manifestações artísticas e culturais de suas prioridades.

Em última instância, o que confere sentido ao município é sua identidade própria, fundada na tradição local e em signos distintivos de sua territorialidade, cuja maior expressão é a comunidade. (...) Do ângulo de quem pretende participar da implementação de um novo projeto de município, é fundamental, portanto, atuar sobre essa identidade local. Trata-se de captar seus componentes nucleares, de modo a resgata-los, ora aprofundando, ora redefinido seu sentido, no rumo da produção de um imaginário que realce os valores dos direitos e da cidadania (DANIEL, 1992, p.3).

A proposta do Partido dos Trabalhadores para as administrações municipais, o perfil do prefeito eleito²⁶ em Santo André e o clima de redemocratização pelo qual o país passava - propício para a "abertura das comportas" da criação e fruição das manifestações culturais represadas no período da ditadura militar - imprimiam uma dimensão política favorável à inserção da política cultural na agenda governamental. A política cultural da antiga administração foi caracterizada como a política da ausência e os diversos atores envolvidos na questão cultural da cidade (artistas e intelectuais, e em especial, grupos de teatro sediados na cidade) ansiavam por iniciativas públicas de democratização do uso dos espaços culturais e ações sistemáticas de formação e difusão cultural. Além disso, o partido possuía um acúmulo

²⁵ O conceito gramsciano de hegemonia considera a mesma como a "criação da vontade coletiva para uma nova direção política e também a reforma intelectual e moral para uma nova direção cultural. (...) é sinônimo de cultura em sentido amplo e sobretudo de cultura em sociedade de classes" (CHAUÍ, 2006, p.21)

²⁶ Celso Daniel era de família tradicional da cidade e professor da Fundação Getúlio Vargas.

de discussões sobre a área cultural: desde sua fundação, a questão da cultura enquanto política pública era discutida nacionalmente por intelectuais - dentre os quais Marilena Chauí, Antonio Candido e Lélia Abramo - que produziram documentos alertando sobre a relevância das políticas culturais para as gestões petistas. Ainda em que pesem críticas da própria comunidade cultural petista à ausência de entendimento da importância das políticas culturais no decorrer das administrações municipais (BITTAR, 1992), os debates e propostas realizados ao longo dos anos por estas comunidades influenciaram o lugar da cultura na formação das agendas governamentais das primeiras gestões municipais do PT.

A atenção à cultura nunca havia sido explícita em programas governamentais, o que já configurava tal iniciativa diferenciada. Partindo de uma concepção ampla de cultura, na qual, "o Partido dos Trabalhadores parte do princípio de que a realidade cultural de um povo se reflete nas suas atividades cotidianas e nas suas diferentes formas de organização"²⁷, e tendo como diretrizes a garantia de liberdade de expressão, o reconhecimento da prática artística como trabalho cultural e o bem cultural como valor gerado, a viabilização de recursos materiais diretos e indiretos e a democratização da gestão, o fundamento da política cultural era o de uma política de ação cultural, entendida como "o conjunto de estratégias e procedimentos que visam o estímulo das vivências e manifestações culturais de uma determinada população tendo como modelo a noção de Cultura como processo"²⁸. O conceito de ação cultural adotado em Santo André foi fundamentado a partir da leitura dos livros "O que é Ação Cultural" e "Usos da Cultura", ambos de Teixeira

²⁷ PROGRAMA DE GOVERNO 1989: Cultura. [198?]. Não paginado.

²⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Princípios de uma política de ação cultural. [19??]. Não paginado.

Coelho, bem como de especialização oferecida pela ECA/USP, sob supervisão do mesmo, cursada pela ex-chefe do Serviço de Ação Cultural²⁹. Tal conceito diferencia ação cultural de animação e de fabricação: segundo TEIXEIRA COELHO (1986), a animação cultural objetiva "levar as pessoas a esquecer as 'agras do cotidiano'" (p.99), deixando-as em um estado apropriado para o trabalho do dia seguinte; caracteriza-se por festinhas, brincadeiras e outras atividades prazerosas que não levem ao questionamento nem à crítica; a fabricação cultural possui "começo definido e fim previsível" (p. 100), caracteriza-se pela transmissão de conhecimentos específicos visando a formação de uma opinião também específica; a ação cultural não possui finalidades específicas, é feita *com* e não *para*, "é uma aposta conjunta" (p.100) de descoberta, "um processo de criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas ou grupos inventem seus próprios fins" (TEIXEIRA COELHO, 1997, p.33).

Com as ações inseridas na diretriz "inversão de prioridades", o Departamento de Cultura contou com recursos orçamentários da ordem de 3,2% do orçamento municipal (FRATESCHI e MOREIRA, 1993, p.66), o que possibilitou, dentre outros investimentos, a contratação de 53 agentes e assistentes culturais por meio de concurso público para atuarem na implantação de programas e projetos.

No início da gestão do PT, em 1989, o Departamento de Cultura da então Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, contava com a Seção de Difusão Cultural, Seção de Bibliotecas e Seção de Administração de Teatros e Auditórios. A primeira alteração estrutural³⁰ criou a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, subdividindo o Departamento de Cultura em Divisão de Difusão Cultural e

²⁹ Informação concedida por email pela ex-chefe do Serviço de Ação Cultural, Tânia Helena Garcia, em 30 de abril de 2011.

³⁰ SANTO ANDRÉ. Lei nº 6.510, de 15 de maio de 1989. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1989.

Divisão de Formação Cultural. Também em 1989 foram criados os cargos de Agente Cultural e Assistente Cultural. O cargo de Agente Cultural tinha como descrição sumária: "participar do planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades regulares e pontuais do Departamento de Cultura, e realização de sua produção executiva, com base no conhecimento da produção cultural e das expectativas da população"³¹; e o cargo de Assistente Cultural tinha como descrição sumária: "formulação, acompanhamento e avaliação de programas, projetos e eventos culturais, e acompanhamento do trabalho de campo dos agentes culturais"³².

Após a realização de concurso público, os primeiros Agentes e Assistentes Culturais foram contratados no segundo semestre de 1989. Segundo depoimentos desses funcionários, inicialmente não havia programas nem projetos, mas algumas diretrizes, como a co-gestão de espaços públicos. Em março de 1990, a partir de reforma administrativa, as competências da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes foram modificadas: em relação à área cultural, até este momento cabia ao Departamento de Cultura: "desenvolvimento de atividades culturais junto à população do Município, através da promoção de concursos artísticos, exposições de arte, peças teatrais, mostras de vídeo e cinema etc."³³; e a partir de março de 1990, "À Secretaria de Educação, Cultura e Esportes compete: (...) III - planejar, orientar, coordenar e executar a difusão cultural, ampliação e manutenção do acervo das bibliotecas e do museu, preservação da memória do Município"³⁴ e o Departamento de Cultura foi estruturado em: Serviço de Teatros e Auditórios; Serviço de Bibliotecas;

³¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Relatório do plano de carreiras, 1997.

³² Idem.

³³ SANTO ANDRÉ. Lei nº 6.396, de 30 de dezembro de 1987. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1987.

³⁴ SANTO ANDRÉ. Lei nº 6.608, de 12 de março de 1990. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1990.

Serviço de Programação Especial; Serviço de Ação Cultural; Serviço de Preservação da Memória; e Serviço de Oficinas e Escolas Municipais de Iniciação Artística. Além dos serviços instituídos por lei, foram implantados um Núcleo de Artes Plásticas, um Núcleo de Vídeo, uma Escola de Teatro e, posteriormente, o Cine-Teatro Carlos Gomes, a Casa do Olhar e a Casa da Palavra. Com a estrutura do Departamento de Cultura mais organizada, os Agentes e Assistentes Culturais passaram a exercer suas funções nos diversos serviços e projetos, bem como em programas denominados matriciais, a exemplo do Pré-Urb, programa de urbanização de favelas, cuja proposta era a de construir uma cultura cidadã que antecederesse a urbanização e a legalização das moradias.

Também data de 1990 a Lei Orgânica Municipal que "garantirá a todos, observada a legislação federal e estadual, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura, apoiará e incentivará a valorização e difusão de suas manifestações"³⁵; a Lei de criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural, Artístico e Paisagístico - COMDEPHAAPASA³⁶; e a Lei que instituiu o Fundo de Cultura de Santo André³⁷. Até então, exceto a destinação de subvenções, a criação de alguns equipamentos e da própria Secretaria, a legislação existente dizia respeito à difusão cultural, como pode ser observado no Quadro 1.

³⁵ SANTO ANDRÉ. Lei Orgânica do Município, de 02 de abril de 1990. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1990.

³⁶ SANTO ANDRÉ. Lei 6.673, de 17 de agosto de 1990. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1990.

³⁷ SANTO ANDRÉ. Lei nº 6.663, de 28 de junho de 1990. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1990.

Quadro 1- Legislação

Lei	Objeto	Data
Lei 732	Cria a Biblioteca Municipal	20/10/1952
Lei 929	Cria o Departamento de Educação e Cultura subordinado à Secretaria de Assuntos Jurídicos, Internos e Culturais	27/09/1954
Lei 1.197	Subordina o Departamento de Educação e Cultura ao Gabinete do Prefeito	02/01/1957
Lei 1.974	Cria a Secretaria de Educação e Cultura	13/03/1963
Decreto 2.809	Cria o Conselho Municipal de Cultura	09/06/1965
Lei 2.990	Autoriza a realização do Salão de Arte Contemporânea	04/06/1968
Lei 3.939	Cria a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	13/11/1972
Lei 4.869	Autoriza a realização do Festival Andreense de Música Popular Brasileira	02/07/1975
Lei 5.692	Autoriza a realização do Festival de Música Sertaneja	22/04/1980
Lei 5.723	Autoriza a realização do concurso Jovens Escritores do ABC	11/07/1980
Lei 5.816	Autoriza a realização do Festival de Teatro Amador - FETASA	29/04/1981
Lei 5.942	Cria o Museu de Santo André	03/08/1982
Lei 5.935	Autoriza a promoção de festejos carnavalescos	13/07/1982
Lei 6.381	Cria a Orquestra Sinfônica Jovem	08/12/1987
Lei 6.396	Cria a Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo; o Departamento de Cultura passa a ser composto pela Seção de Difusão Cultural, Seção de Bibliotecas e Seção de Teatros e Auditórios	30/12/1987
Lei 6.510	Cria a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; o Departamento de Cultura passa a ser composto pela Divisão de Formação Cultural e Divisão de Difusão Cultural	15/05/1989
Lei 6.608	Estabelece competências à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e reorganiza o Departamento de Cultura	12/03/1990
Lei 6.673	Cria o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico e Paisagístico de Santo André (COMDEPHAAPASA)	17/08/1990
Lei 6.663	Cria o Fundo de Cultura de Santo André	28/06/1990
Lei 6.670	Autoriza a realização da Mostra de Vídeo	06/07/1990

Fonte: Câmara Municipal de Santo André

Apesar de contar com recursos financeiros, físicos e humanos suficientes ao que se propunha, a implementação da política cultural não ocorreu sem dificuldades devido a divergências de interesses de grupos do PT com voz na administração (VISCOVINI, 2005). No Departamento de Cultura, um dos grupos defendia a auto-gestão

dos equipamentos culturais, enquanto o prefeito considerava que o processo de co-gestão mais eficiente, visto que ainda não havia participação ativa da população³⁸; o mesmo grupo também defendia a realização da ação cultural descentralizada a partir da descoberta das “culturas” da cidade, o que demandaria um lento processo e não proporcionaria visibilidade. Tais divergências acabaram por ocasionar a substituição da titular da Secretaria, Sonia Kruppa, no final do segundo ano da gestão (1990)³⁹, tendo assumido a pasta o então Diretor do Departamento de Cultura, Celso Frateschi.

Durante os quatros anos de gestão, vários momentos do sistema cultural⁴⁰ passaram a ser contemplados através da implantação de projetos até então inexistentes, bem como pela concretização de propostas de governos anteriores, a exemplo do Fundo de Cultura, da regularização das atividades do Museu de Santo André⁴¹ e da descentralização cultural⁴² (Quadro 2). Porém, o diferencial da política cultural do PT foi impresso pelo Serviço de Ação Cultural, considerando que articulava diversos momentos do sistema cultural com ampla abrangência geográfica, respeitando as características sociais de cada bairro e/ou

³⁸ As gestões municipais do PT 1989-1992 configuram o primeiro período marcante na trajetória da participação popular nos governos petistas, denominado “choque com a realidade”, ocasião em que “a formulação partidária estava muito aquém da complexidade de questões que estavam colocadas, pois era baseada num profundo formalismo”. O debate sobre as formas de participação popular originaram a “idéia de partilha de poder surgiu como contraposição à idéia de delegação de poder absoluto à comunidade”. (PONTUAL, 1999, p.62-63).

³⁹ Esta foi a segunda substituição do titular da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes: no final do primeiro ano de gestão, a então titular da Secretaria, Marilena Nakano, deixou o governo por divergências relativas ao orçamento (VISCOVINI, 2005).

⁴⁰ Segundo RUBIM (2007a), são momentos do sistema cultural: criação, invenção e inovação; difusão, divulgação e transmissão; circulação, intercâmbios, trocas, cooperação; análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa, reflexão; fruição, consumo e públicos; conservação e preservação; organização, legislação, gestão e produção da cultura

⁴¹ CULTURA de Sto. André poderá ter 93 milhões. Diário do Grande ABC. Santo André, SP, 14 dez. 1983.

⁴² COM Capuzzo, novo impulso à cultura em Sto. André. Diário do Grande ABC. Santo André, SP, 23 mar. 1983.

micro-região, ao mesmo tempo em que proporcionava a circulação de manifestações locais.

Quadro 2 – Momentos do sistema cultural na gestão 1989-1992

MOMENTOS DO SISTEMA CULTURAL	PROGRAMAS
Criação, invenção, inovação	Escola Municipal de Iniciação Artística
	Escola Livre de Teatro
	Ação Cultural nos Centros Comunitários
	Casa do Olhar
	Casa da Palavra
Difusão, divulgação e transmissão	Escola Municipal de Iniciação Artística
	Escola Livre de Teatro
	Ação Cultural nos Centros Comunitários
	Casa do Olhar
	Casa da Palavra
	Museu de Santo André
	Rede de Bibliotecas (já existente)
Circulação, intercâmbios, trocas, cooperação	Projetos musicais
	Escola Municipal de Iniciação Artística
	Escola Livre de Teatro
	Ação Cultural nos Centros Comunitários
	Casa do Olhar
Análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa, reflexão	Museu de Santo André
	Escola Livre de Teatro
	Escola Municipal de Iniciação Artística
	Casa do Olhar
	Casa da Palavra
	Produção de documentários
Fruição, consumo e públicos	Rede de Bibliotecas (já existente)
	Programação dos Teatros (já existente)
	Cine Vídeo (já existente)
	Salão de Arte Contemporânea (já existente)
	Orquestra Sinfônica (já existente)
	Calendário de eventos (já existente)
	Projetos musicais
	Festivais Internacionais de Teatro
	Escola Livre de Teatro
	Escola Municipal de Iniciação Artística
	Casa do Olhar
	Casa da Palavra
	Ação Cultural nos Centros Comunitários
	Museu de Santo André
	Perua Eletrônica
Conservação e preservação	Museu de Santo André
Organização, legislação, gestão e produção da cultural	Gabinete do Secretário: Criação do Fundo de Cultura; criação do Conselho de Patrimônio; criação de vagas no quadro funcional e concursos para preenchimento; alterações de organograma.

O Museu de Santo André, de tipologia histórica, havia sido criado por lei em 1987 e, a partir de 1990, foi

instalado em sede própria - proposta em pauta desde 1982⁴³ - no edifício que abrigou o I Grupo Escolar da Cidade. Em ação orquestrada com o GIPEM (Grupo Independente de Pesquisadores da Memória) sediou o I Congresso de História do Grande ABC, atualmente em sua XI Edição. Realizadas pelas equipes do Museu e do Projeto Viva Cidade, as pesquisas sobre a história local proporcionaram registros de um novo olhar sobre os pedaços da cidade: um olhar a partir do cotidiano de quem nela habita.

O Núcleo de Vídeo foi responsável pela implantação da Videoteca Pública, bem como pela produção de documentários referentes a questões ambientais e culturais da Região do ABC, dentre os quais, *História do Teatro no ABC* e *O rio que banha nossa aldeia*. Também era responsável pela *Perua Eletrônica* (Kombi com equipamento audiovisual, que estacionava em locais de grande circulação de pedestres, exibindo vídeos sobre temas de interesse social e convidando os transeuntes a participarem da gravação de outros temas) e pela programação do Cine-Vídeo, realizado semanalmente no Auditório Municipal. Até 1989, as atividades na área audiovisual eram compostas pelo Cine-Clube e pela Mostra de Vídeo.

O Serviço de Programação Especial - SEPRO era responsável pela difusão musical na área central e em alguns bairros, bem como pelo Festival Internacional de Teatro e pelo Calendário de Eventos (Carnaval e Aniversário da Cidade). Nos anos 90, shows ao ar livre com entrada franca eram quase inexistentes e o Serviço de Programação Especial implantou projetos como: *André de Sapato Novo* - apresentações de chorinho e música popular brasileira, em lona de circo instalada na Praça do Carmo, centro da cidade (Figura 1.1); *Santo de Casa* - realizado em um Parque localizado no centro

⁴³ MILLER propõe Centros Populares de Cultura. Diário do Grande ABC. Santo André, SP, 21 dez. 1982.

da cidade e destinado à apresentação de músicos locais; *Sertão Som* - shows de música sertaneja local, regional e nacional realizados em uma praça do bairro Camilópolis (Figura 1.2); *Levanta Poeira* - shows com artistas de projeção nacional, realizados no estacionamento do Paço Municipal; *Rock'n Rua* - realizado no estacionamento do Paço Municipal, contava com apresentações de bandas de garagem da região e bandas nacionais (Figura 1.3).

Figuras 1.1 a 1.3

Projetos André de Sapato Novo, Sertão Som e Rock'n Rua



Fonte: Departamento de Cultura; fotos: Fernando Ferreira

Os projetos de formação cultural eram centrados na Escola Municipal de Iniciação Artística e na Escola Livre de Teatro: definida como "um espaço de experimentação artística aonde a criança e o adolescente através da livre manipulação das linguagens cênica, plástica e musical vão construindo um discurso pessoal"⁴⁴, foi implantada a Escola Municipal de Iniciação Artística - EMIA. Permeada por um processo pedagógico e tendo como referência a EMIA já implantada na cidade de São Paulo, a Escola propunha a iniciação artística para crianças de 5 a 14 anos através de oficinas que funcionavam de forma independente, mas possibilitando projetos de integração de linguagens. A EMIA foi instalada no Parque Regional da Criança, local que

⁴⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Projeto do Centro de Formação Artística. 1991.

abrigava o Centro Cultural Infantil, implantado no governo anterior ao do PT; a Escola Livre de Teatro - ELT, prevista no Programa de Governo, buscava "conseguir a mobilidade de uma oficina cultural sem perder de vista a perspectiva formacional do aluno"⁴⁵ e foi concebida para ser um laboratório, um local de experimentação teatral, tendo se transformado, no decorrer dos anos, em referência nacional.

Em 1990, após vários debates com os produtores culturais da cidade, foi criado o Fundo de Cultura de Santo André que financiava a fundo perdido, através de editais públicos, projetos de produtores culturais da cidade e também poderia ser utilizado para programas do Departamento de Cultura⁴⁶. O Fundo era administrado por um Conselho Diretor composto paritariamente por representantes do poder público e por representantes dos produtores culturais. Nos editais de 1991 e 1992, o Fundo de Cultura financiou sete projetos, todos externos ao Departamento de Cultura, em diferentes linguagens artísticas.

No último ano da gestão, 1992, foram criadas a Casa do Olhar e a Casa da Palavra. Ambas ocupavam casarões localizados na área central da cidade, tombados pelo recém-criado Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico (COMDEPHAAPASA). Estes equipamentos complementavam a atuação pública na área de formação artística: a Casa do Olhar destinada à formação e difusão de artes plásticas, concebida como uma extensão da EMIA e visando alcançar um público iniciado nas artes; e a Casa da Palavra destinada ao aperfeiçoamento da palavra, do idioma, e ao estímulo às aptidões literárias.

⁴⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. O alfabeto pegou fogo: ensino das artes em Santo André. [199?].

⁴⁶ Em acordo com os produtores culturais, o Departamento de Cultura não utilizaria recursos provenientes do Fundo para programas e projetos próprios.

Primeiro cinema da cidade, o Cine-Teatro Carlos Gomes foi construído em 1910; na década de 1980, foi desativado e alugado a uma loja de tecidos e estacionamento; em meados de 1992 foi desapropriado e reconhecido como patrimônio cultural a partir de reivindicações da sociedade, organizada no grupo SOS Carlos Gomes desde a década de 1980. Prevvia-se no local a implantação de um pólo audiovisual.

O acervo da Rede de Bibliotecas foi ampliado e o Teatro Municipal foi novamente inserido no eixo das estréias nacionais, a exemplo do espetáculo "Sonhos de uma noite de verão".

Matriz da política cultural e objetivando a descentralização cultural e a apropriação dos espaços públicos pela população, o Serviço de Ação Cultural - SAC atuava em Centros Comunitários localizados em bairros. Construídos na década de 1970 contavam, em sua maioria, com Escola de Educação Infantil, Biblioteca Ramal, quadras poliesportivas e piscinas, configurando-se em espaços privilegiados para a ação cultural descentralizada⁴⁷. O Serviço de Ação Cultural - SAC foi implantado através da contratação de monitores de teatro, artes plásticas e circo e, posteriormente, os Agentes Culturais concursados iniciaram os mapeamentos culturais dos bairros e/ou micro-regiões. Paralelamente aos mapeamentos foram realizadas pesquisas com os moradores dos bairros por meio de história oral e coleta de fotografias com o apoio do Museu de Santo André e do Projeto Viva Cidade, este último da Coordenadoria de Planejamento da Prefeitura. Durante os primeiros anos da gestão, conforme a definição da política de ação cultural planejada para o Departamento de Cultura, o Serviço de Ação Cultural priorizava a descoberta das "culturas da cidade" e

⁴⁷ Os CCs já haviam sido palco de uma ação independente do poder público, realizada nos anos 80 pelo Grupo Pau D'Arco, objetivando o "desenvolvimento da cultura popular" (PESQUISA cultural a partir da periferia. Diário do Grande ABC. Santo André, SP, 18 mar. 1983.).

dinamização das mesmas, visando à organização autônoma das comunidades (VISCOVINI, 2005); a partir de 1991, tendo Celso Frateschi como titular da Secretaria, houve outro direcionamento ao trabalho desenvolvido nos Centros Comunitários, entendendo que além de agente político transformador, o Agente Cultural era um funcionário da Administração e a aproximação com a população deveria ser realizada a partir da inserção do Agente no cotidiano do bairro, porém, através de mecanismos formais⁴⁸. Nesse sentido, em janeiro de 1991 houve a implantação do *Projeto Verão* nos Centros Comunitários, composto por oficinas de arte, e alguns meses depois foram definidas algumas linhas de ação para os Centros Comunitários, visando à institucionalização dos serviços prestados.

A ocupação dos Centros Comunitários pelo SAC ocasionou algumas dificuldades para os Agentes Culturais, considerando que a maior parte dos espaços contava, há muitos anos, com serviços do Departamento de Educação (escola infantil) e do Departamento de Esportes (quadras esportivas e piscina) e a presença do Agente Cultural, com uma função quase indefinida e com boa parcela de trabalho externo, despertava desconfiança dos outros funcionários. As dirigentes das Escolas de Educação Infantil não achavam que as atividades culturais fossem apropriadas para o espaço até então predominantemente educacional.

O divórcio entre educação e cultura é, no mínimo, paradoxal, considerando a contribuição que uma pode dar à outra em vários sentidos. De acordo com TEIXEIRA COELHO (1989) não haveria oposição entre educação e cultura numa situação ideal, porém, argumenta que:

⁴⁸ No período anterior, o Agente Cultural se inseria no cotidiano propriamente dito, chegando a tornar-se membro da comunidade

a cultura, em suas manifestações radicais (como a arte), procura e viabiliza o êxtase, o sair para fora de si, sair do contexto em que se está para ver outra coisa, para ver melhor, para ver além, para enxergar sobre, acima, por cima, para ver por dentro. A educação (...) tem funcionado como o exato oposto ao *ex-stase*, ao estar fora: ela é o *stase*, o estar, quer dizer, partir daqui para voltar aqui mesmo, permanecer, metaforicamente preparar-se para o que está, para o que existe, integrar-se ao que existe (TEIXEIRA COELHO, 1989, p.28-29).

Para BARBERO (2002), a educação se distancia da cultura ao resistir à desconcentração dos saberes, antes centrados na escola e nos livros, e ao invés de estimular a criatividade, opta muitas vezes por castrá-la ao classificar expressões escritas diferenciadas como anormalidades. Partindo dessas observações podemos compreender melhor a resistência das dirigentes escolares em compartilhar o espaço educativo com atividades que objetivavam estimular a criatividade, além de estimular a população a se apropriar daqueles espaços.

Com a finalidade de mediar os conflitos existentes entre os diversos serviços presentes nos Centros Comunitários, foi criada, em 1991, a Assessoria dos Centros Comunitários, subordinada ao gabinete do Secretário e responsável pela articulação e negociação entre as diversas áreas. O conjunto de ações desenvolvido pelas diversas secretarias municipais transformou os Centros Comunitários em espaços de convivência, fazendo jus à nova denominação: comunitários. Respeitadas as características físicas de cada Centro e sociais de cada bairro, a população tinha livre acesso a atividades constantes, fossem culturais, esportivas, recreativas, de saúde, comunitárias ou educacionais (Figura 2). Além disso, os Centros Comunitários estavam distribuídos pela cidade, o que imprimiu singularidades nas micropolíticas culturais aplicadas nos bairros. Para tanto, grande parte dos recursos do Departamento de Cultura foi aplicada no Serviço de Ação Cultural, que chegou a manter Agentes Culturais em 21

Centros Comunitários que contavam com programação diversa e constante, sinalizando sua importância, afinal, a abrangência da política cultural não pode ser analisada apenas pelo montante de recursos envolvidos, mas também por sua equidade.

Figura 2
Logotipo dos Centros Comunitários



Ainda que parte da programação tivesse origem em escolhas realizadas pelo Departamento de Cultura, a relação de proximidade do Agente Cultural com a população fez com que houvesse um tratamento imparcial dos diversos rótulos das manifestações artísticas resultando em programações construídas em conjunto com as comunidades e que contemplavam manifestações populares, eruditas e também massivas⁴⁹. É importante ressaltar que a formação dos Agentes e Assistentes Culturais, foi fundamentada na Política de Ação Cultural já mencionada e o princípio-chave da ação cultural, de "criar as condições para que as pessoas inventem seus próprios fins" (JEANSON, 1973)⁵⁰ estava internalizado em cada Agente Cultural de Centro Comunitário, o que tornava seus trabalhos únicos. Além da organização de oficinas e eventos, o Agente

⁴⁹ Conforme depoimento de um Agente Cultural [3] de Centro Comunitário, as manifestações "massivas" não eram bem aceitas pelo Departamento de Cultura, mas o Agente Cultural tentava "ter um jogo de cintura respeitando o lado de cima, tanto quanto o de baixo".

⁵⁰ JEANSON, F. citado por TEIXEIRA COELHO. Dicionário crítico de política cultural. São Paulo: Iluminuras, 1997. p.35

Cultural era um mediador, no sentido de “alterar fronteiras, transitando com informações e valores, realizando uma mediação associada à noção de liberdade, na medida em que possibilitava escolhas” (VELHO, 2001, p.27). Dentre as programações encontramos festas juninas, feiras de artesanato, concertos da Orquestra Sinfônica, espetáculos teatrais e musicais de artistas consagrados e de artistas locais nos mais diversos estilos, bailes, ciclos de vídeo, exposições de artes visuais e de fotografias do bairro, folia de reis, festivais de culinária e oficinas artísticas (Figuras 3.1, 3.2, 3.3), proporcionando diversidade de opções e configurando uma política cultural democrática ao não pretender afirmar uma única identidade para a cidade, mas considerar a variedade de demandas e necessidades da população (GARCÍA CANCLINI, 2006).

Figuras 3.1 a 3.3

Programação cultural nos Centros Comunitários



Fonte: Departamento de Cultura; autor não identificado

Apesar de não explicitado em documentos, observando publicações da prefeitura, artigos e entrevistas dos gestores, depoimentos dos agentes culturais e a prática do Direito à Cidade, notamos que os programas implantados

pelo Departamento de Cultura se destinaram a possibilitar, além do acesso à fruição cultural, o acesso à criação e à expressão a quem nunca ou raramente o teve.

Ainda que a noção de cultura fosse enxergada em seu conceito antropológico pelo governo municipal, as ações do Departamento de Cultura eram vistas e foram praticadas a partir do entendimento de cultura enquanto criação, produção e fruição artística que também proporcionava cidadania. A intervenção incisiva nos diversos momentos do sistema cultural - beneficiada pela inserção e manutenção das ações culturais na agenda governamental -, o contexto histórico e os antecedentes da intervenção pública na área, fizeram com que a atuação da primeira gestão do PT em Santo André, em se tratando de políticas culturais, ficasse impressa como um marco na cidade ao possibilitar novos horizontes aos grupos que dela participavam. Não se tratava de saber o que era bom para os outros, nem de dar ao povo o que o povo quer, mas da troca de conhecimentos através de uma ação que abre caminhos, que cria novas possibilidades sem que haja imposição de qual caminho seguir, decisão esta que cabe aos participantes da ação. Traduzida nas ações do Serviço de Ação Cultural, revelou e respeitou a diversidade dos pedaços da cidade, ao invés de construir ou impor uma identidade única, ampliando o acesso à cultura a partir da noção do mesmo como "um desafio de estabelecer vias de diálogo, de encontro entre diferentes, num contexto de diversidades, do que produzir linhas programáticas baseadas na noção de entreter ou levar cultura ao povo" (PORTO, 2007, p.168).

Em 1992 as eleições municipais foram vencidas pelo Partido Trabalhista Brasileiro e a cidade passou a ser administrada pela terceira vez por Newton da Costa Brandão. A

triste tradição⁵¹ da instabilidade ocasionou a interrupção de grande parte dos programas implantados, bem como a extinção de outros.

2.3. Reverso das políticas culturais do PT: esta cidade é show! (1997-2000)

"o Estado não pode acreditar que a identidade de todo indivíduo seja dinâmica. Esse Estado não quer que a identidade de seus súditos seja dinâmica. Para o Estado, a unidade é a norma" (TEIXEIRA COELHO, 2008, p.78).

Durante o período entre a primeira e a segunda gestão do PT em Santo André, o partido acumulou experiências a partir da administração de outros municípios, bem como a partir de conflitos internos, cujas consequências foram as derrotas eleitorais. Em Santo André o partido estava dividido em dois grupos desde 1991, ocasionando a necessidade de eleição interna (prévia) para o futuro candidato a prefeito nas eleições de 1992. A derrota nas eleições municipais acirrou o confronto entre os dois grupos no Diretório Municipal, porém resultou na reflexão sobre "as insuficiências de seu ideário inicial"⁵². Em 1995 Celso Daniel conseguiu a maioria e a hegemonia no Diretório Municipal, fruto de seu trabalho para unificação do partido, e em 1996 foi eleito novamente como prefeito de Santo André.

A cidade passava por um período de desindustrialização, aumento do desemprego e consequente queda da arrecadação municipal, e as diretrizes de governo centravam sua atuação em quatro grandes eixos:

⁵¹ Segundo RUBIM (2007c), três tristes tradições foram produzidas pelo itinerário das políticas culturais no Brasil: ausência, autoritarismo e instabilidade.

⁵² PARTIDO DOS TRABALHADORES. Celso Daniel. Diretório Municipal de Santo André, 2002.

desenvolvimento econômico sustentado, gerador de renda e emprego, em nível municipal e regional; inversão de prioridades na captação e no uso de recursos, com ênfase na prestação de serviços públicos; participação popular, por meio de canais democráticos de relação entre a prefeitura e a comunidade, ao lado do combate ao fisiologismo; modernização administrativa, voltada à prestação de serviços públicos com qualidade e eficiência.⁵³

Considerando a escassez de recursos orçamentários, a orientação do governo em relação à diretriz inversão de prioridades era a de "priorizar no interior da inversão de prioridades"⁵⁴, já que tal diretriz exigia grandes recursos financeiros. As diretrizes deram origem a cinco grandes marcas e desafios objetivando a tradução destes em símbolos perceptíveis à população para, por fim, obter sucesso na disputa pela hegemonia. As marcas estabelecidas foram: desenvolvimento econômico com emprego; participação popular; modernização administrativa; cidade agradável; e educação (priorizada dentro da inversão de prioridades).

Nacionalmente, a discussão da cultura dentro do partido já estava fragilizada, fato que pode ser percebido ao comparar as publicações "O modo petista de governar" (1992) e "Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar" (1999): enquanto na primeira publicação a cultura foi capítulo assinado por intelectuais e secretários de Cultura, o espaço reservado ao tema na segunda publicação foi inserido no balanço sobre a política de comunicação, em artigo assinado por Gilberto Carvalho, na época ocupando o cargo de Coordenador de Comunicação de Santo André. Ainda assim, a presença da cultura na agenda governamental da segunda gestão do PT em Santo André pode ser constatada na reforma administrativa, que desmembrou a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes em Secretaria de

⁵³ DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO: documento para debate. [199?].

⁵⁴ Idem

Educação e Formação Profissional e Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer - SCEL.

A atuação da recém-criada Secretaria estava inserida no eixo Cidade Agradável. A meta estabelecida era:

(...) o direito do cidadão e seu trabalho de criação. Nosso empenho acontece no sentido de viabilizar a representação e a participação da sociedade andreense no fazer cultural e artístico; facilitar a realização de experiências, interações, e visões de mundo pluralistas que desenvolvam novas capacidades criadoras.⁵⁵

E as diretrizes:

afirmação de Santo André enquanto pólo cultural e esportivo; garantia de espaço para a participação dos produtores culturais na implementação e formulação de projetos culturais; criação de formas eficientes de captação de recursos junto à iniciativa privada para projetos de cultura, esporte e lazer, a partir dos mecanismos legais existentes; incentivo aos patrocinadores para que invistam na formação e manutenção de equipes esportivas de modo a recuperar a representatividade do esporte competitivo em Santo André.⁵⁶

A partir de nova reforma administrativa o Departamento de Cultura foi reestruturado e o Serviço de Ação Cultural, matriz da política cultural da gestão 1989-1992, passou a integrar a Gerência de Ação e Difusão Cultural sem, no entanto, retomar o programa de ação cultural nos Centros Comunitários. A atuação da SCEL nos Centros Comunitários ficou sob responsabilidade do recém-criado Departamento de Lazer⁵⁷ e, mesmo tendo como proposta uma ação comunitária⁵⁸ e

⁵⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Gestão 1997-2000: Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer: Propostas para uma cidade agradável, s/d.

⁵⁶ PROGRAMA DE GOVERNO 1997/2000 Celso Daniel Prefeito, 1996.

⁵⁷ Sobre a criação do Departamento de Lazer e os parques recursos destinados ao mesmo: "Inaugura-se no aparato governamental, nesse momento, um departamento de lazer autônomo, que já em sua gênese apresenta uma equação de fundo ambígua. Ao mesmo tempo que valoriza o setor proporcionando-lhe estrutura própria, afirmando sua importância pública, cria um crítico limite prático na medida em que, dada a necessária amplitude de sua área de atuação, não lhe possibilita um espaço de governabilidade para além de uma política de animação sociocultural." (COSTA, 2008, p.79)

um entendimento de lazer como "cultura entendida em seu sentido mais amplo" (MARCELLINO, 1996, p.2), diversas dificuldades de ordem administrativa e financeira tornaram a atuação da SCEL nesses espaços inócua e inviável.

Um dos eixos centrais da Proposta de Governo, da atual Administração é a Cidade Agradável, e os Serviços do Departamento de Lazer, tem significativa contribuição a prestar quanto a esse eixo, na medida em que seus serviços estejam centrados nos valores da democratização cultural, explicitados no documento Aprofundamento do programa de governo 1997/2000, nas áreas de cultura, esporte e lazer: sem deixar de considerar as desigualdades de ordem infra-estrutural procura privilegiar: a- participação popular, b- otimização do uso dos equipamentos específicos e os não específicos, desde que devidamente adaptados, c- minimização das barreiras sócio-culturais (sócio econômicas, físicas, de sexo, faixa etária, estereótipos, violência, etc.), diversificação dos conteúdos, procurando atender aos diferentes interesses no lazer (físico-esportivos, artísticos, manuais, intelectuais, sociais e turísticos), e elevação dos níveis de participação, de conformista para crítico, e superior, nos gêneros da prática, da fruição ou assistência, e do conhecimento.⁵⁹

Já no início de 1998, foram apontadas diversas pendências da atuação planejada pelo Departamento de Lazer nos Centros Comunitários, dentre as quais: "garantir infra-estrutura nos Centros Comunitários; formar agentes multiplicadores na comunidade para garantir grupos autônomos; promover reuniões com a comunidade e com usuários; coordenar oficinas implantadas pelos Departamentos de Cultura, Esporte e Lazer; reformular os Conselhos dos C.Cs"⁶⁰

⁵⁸ A ação comunitária planejada pelo Departamento de Lazer tinha base na proposta de Nelson Carvalho Marcellino, e aproxima-se da ação cultural proposta por Teixeira Coelho. Porém, enquanto a ação cultural é realizada a partir de manifestações artísticas e não possui início nem fim demarcados, não havendo controle sobre seus resultados, a ação comunitária é um processo socioeducativo planejado, realizado a partir de manifestações e fruições artísticas, esportes, brincadeiras.

⁵⁹ RELATÓRIO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LAZER. [199?]. Não paginado.

⁶⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer: Relatório do seminário de avaliação e definição de prioridades 1998, 1998.

Na nova configuração da SCEL o Departamento de Cultura destinou recursos humanos e financeiros para projetos localizados na área central da cidade, em alguns centros de bairros e nas escolas de formação artística, tendo sido priorizadas ações para a consolidação de Santo André como pólo cultural. A proposta de revitalização e ampliação de intervenções culturais no centro da cidade já havia sido expressa na gestão 1989-1991, através do Projeto Centro que continha a proposta de um "corredor cultural"⁶¹. O prefeito Celso Daniel considerava que o centro da cidade era um espaço privilegiado, por seu caráter público, passível de apropriação pela população, especialmente pelos moradores da periferia - considerando que as elites contam com espaços de convivência privados, como clubes, condomínios e *shopping centers* (DANIEL, 1999, p.185).

Durante os dois primeiros anos da gestão 1997-2000, com Celso Frateschi à frente da SCEL, a política cultural procurou fortalecer os processos de formação artística iniciados na gestão anterior do PT (1989-1992), bem como os eventos, tendo como princípio de sua atuação o conceito de cidadania cultural⁶². O termo cidadania cultural, cunhado por Marilena Chauí, orientou a política cultural na ocasião em que a filósofa foi Secretária de Cultura da prefeitura de São Paulo (1989-1992) e tinha por definição "a cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação" (CHAUÍ, 2006, p.67), cujas determinantes eram:

(...) uma definição alargada de cultura, que não a identificasse com as belas-artes, mas a apanhasse em seu miolo antropológico de elaboração coletiva e socialmente diferenciada de símbolos, valores, idéias,

⁶¹ DO Ipiranguinha ao Paço: corredor cultural. Santo André em destaque. Santo André, ano I, n.2, 1989.

⁶² Desde a gestão 1989-1992 do PT em Santo André, Celso Frateschi entendia a cultura como exercício de cidadania, a partir da realização de eventos articulados a projetos de formação. (FRATESCHI muda estratégia e adia nomeação de sucessor na Cultura. Diário do Grande ABC. Santo André, SP, 21 jul.1990.)

objetos, práticas e comportamentos pelos quais uma sociedade, internamente dividida e sob hegemonia de uma classe social, define para si mesma as relações com o espaço, o tempo, a natureza e os humanos; uma definição política da cultura pelo prisma democrático e, portanto, como direito de todos os cidadãos, sem privilégios e sem exclusões; uma definição conceitual da cultura como trabalho da sensibilidade, da imaginação e da inteligência na criação de obras de arte; trabalho de reflexão, da memória e da crítica na criação de obras de pensamento. *Trabalho* no sentido dialético de negação das condições e dos significados imediatos da experiência por meio de práticas e descobertas de novas significações e da abertura do tempo para o novo, cuja primeira expressão é a obra de arte ou a obra de pensamento enraizadas na mudança do que está dado e cristalizado; uma definição dos sujeitos sociais como sujeitos históricos, articulando o trabalho cultural e o trabalho da memória social, particularmente como combate à memória social una, indivisa, linear e contínua, e como afirmação das contradições, das lutas e dos conflitos que constituem a história de uma sociedade (CHAUFÍ, 2006, p. 72).

A Gerência de Ação e Difusão Cultural tinha por objetivo "levar informação para a população através das diversas formas de manifestação artística"⁶³; era responsável pelo Calendário Cultural - basicamente composto pelo Aniversário da Cidade e Desfile de Escolas de Samba; *Música na Praça* - shows mensais de música popular brasileira, música regional e música sertaneja, realizados no centro da cidade e no centro do bairro Camilópolis; *Quintas Musicais* - shows quinzenais de música instrumental, realizados no Saguão do Teatro Municipal; *Parque da Juventude* - shows mensais de rock, rap ou samba, realizados em parque localizado na Vila Luzita; *Sobre Todas as Coisas* - debates mensais no Teatro Municipal sobre "temas que refletem os interesses atuais da sociedade civil"⁶⁴. A Gerência de Formação Cultural era responsável pelas duas unidades da Escola de Iniciação Artística - EMIA⁶⁵, pela Escola Livre de Teatro - ELT⁶⁶ e pela

⁶³ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Gestão 1997-2000: Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer: Propostas para uma cidade agradável. [1997?].

⁶⁴ Idem

⁶⁵ Cursos artísticos para crianças e adolescentes; durante o ano de 1997 foram realizados alguns cursos em dois Centros Comunitários.

Casa do Olhar e da Palavra⁶⁷, e objetivava “criar espaços dinâmicos para a iniciação e a formação artísticas, a reflexão e a troca de experiências com liberdade”⁶⁸. Outra alteração significativa foi a transferência do Núcleo de Vídeo para a Coordenadoria de Comunicação, tendo a Videoteca sido incorporada à Biblioteca Nair Lacerda (biblioteca central) enquanto as exposições, cursos e oficinas de cinema e vídeo foram transferidas para o Cine-Teatro Carlos Gomes. Outros programas como o Museu de Santo André, a Orquestra Sinfônica e a Gerência de Teatros e Auditórios foram mantidos sem alterações estruturais significativas (Quadro 3).

Quadro 3 - Estrutura do Departamento de Cultura 1992 x 1997

1992		1997	
Serviço	Principais projetos	Gerência	Principais projetos
Serviço de Ação Cultural	Oficinas e eventos em Centros Comunitários	Incorporado à Gerência de Ação e Difusão Cultural	-X-
Serviço de Programação Especial	Programação musical e Festivais Internacionais de Teatro; Carnaval; Aniversário da Cidade	Gerência de Ação e Difusão Cultural	Sobre Todas as Coisas; Música na Concha; Parque da Juventude; Música na Chácara; Vila Luzita ao Ar Livre; Carnaval; Aniversário da Cidade
Serviço de Bibliotecas	Administração do acervo da Rede de Bibliotecas; Biblioteca Volante	Gerência de Bibliotecas	Administração do acervo da Rede de Bibliotecas; Videoteca Pública; Sala de Convivência; Despertar para a leitura

continua

⁶⁶ Espaço de pesquisa e experimentação teatral, com foco na formação do ator; em 1997 realizou a I Mostra de Teatro de Rua de Santo André.

⁶⁷ Com funcionamento na sede da Casa da Palavra, a Casa do Olhar e da Palavra objetivava ser um “centro de formação, produção e difusão artística e cultural de caráter múltiplo no campo das letras, música, artes plásticas e audiovisual” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Gestão 1997-2000: Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer: Propostas para uma cidade agradável. [1997?]).

⁶⁸ Idem

continuação

1992		1997	
Serviço	Principais projetos	Gerência	Principais projetos
Serviço de Teatros e Auditórios	Administração do Teatro Municipal, Auditório Municipal, Teatro Conchita de Moraes e Cine-Teatro Carlos Gomes	Gerência de Teatros e Auditórios	Administração do Teatro Municipal, Auditório Municipal, Teatro Conchita de Moraes e Cine-Teatro Carlos Gomes
Serviço de Preservação da Memória	Museu de Santo André	Gerência de Preservação de Memória	Museu de Santo André
Serviço de Oficinas e EMIA's	EMIA Aron Feldman e Escola Livre de Teatro	Gerência de Formação Cultural	EMIA Aron Feldman, EMIA Chácara Pignatari, Casa do Olhar e da Palavra
Casa do Olhar	Exposições, oficinas, seminários e Salão de Arte Contemporânea	Incorporada à Gerência de Formação Cultural	-X-
Casa da Palavra	Oficinas, seminários, debates	Incorporada à Gerência de Formação Cultural	-X-
Núcleo de Vídeo	Perua Eletrônica; produção de documentários; Videoteca Pública; Cine-Vídeo	Ilha de edição transferida para a Assessoria de Comunicação e Videoteca transferida para a Biblioteca Central	-X-
Cine-Teatro Carlos Gomes	Desapropriado no último ano de gestão	Cine-Teatro Carlos Gomes	Exibição de filmes; oficinas de audiovisual e projeto Escola no Cinema
Orquestra Sinfônica	Formação e difusão de música erudita	Orquestra Sinfônica	Formação e difusão de música erudita

Durante os anos de 1997 e 1998, alguns projetos foram redimensionados ou extintos e outros foram criados, a exemplo da Casa do Olhar e da Palavra, dos projetos musicais e da Rede de Bibliotecas: a Casa da Palavra entrou em reforma e a Casa do Olhar voltou a ocupar sua antiga sede, com a proposta de ser "um ponto irradiador das Artes no ABC"⁶⁹; os shows no bairro Camilópolis passaram a ser realizados na Chácara Pignatari e foram criados os projetos *Vila Luzita ao Ar Livre* e *Descentralização Cultural*; o projeto *Sobre Todas*

⁶⁹ CAETANO, Paula. Casa do Olhar: pré-projeto para reocupação inicial. 1998.

as Coisas foi extinto; a Rede de Bibliotecas foi informatizada tendo seu acervo aberto aos consulentes e desenvolvendo projetos de incentivo à leitura nas Bibliotecas Ramais.

A informatização da Rede de Bibliotecas, bem como os projetos *Vila Luzita ao Ar Livre* e *Descentralização Cultural* atendiam demandas do Orçamento Participativo de 1997. O projeto *Vila Luzita ao Ar Livre* era realizado no bairro de maior concentração populacional da cidade e sua principal característica era “a música negra (rap, samba, pagode), manifestações próprias e assimiladas pelo público da periferia”⁷⁰; a idéia inicial do projeto *Descentralização Cultural* era “convocar artistas da região para que apresentem projetos de peças, espetáculos de dança, shows, oficinas e cursos”, mas com o compromisso de estimular a criação de grupos de artistas nos bairros⁷¹.

Ainda no final de 1997 houve um planejamento de atuação do Departamento de Cultura em três “corredores culturais” localizados no centro da cidade (Praça do Carmo, Casa do Olhar e da Palavra, Cine-Teatro Carlos Gomes e Museu de Santo André), nos arredores do Jardim Utinga (EMIA Chácara Pignatari, Praça Rui Barbosa/Escola Livre de Teatro e Praça da Igreja Camilópolis) e na Vila Luzita⁷². Os corredores se localizavam nos arredores e no próprio *Eixo Tamanduatehy*, intervenção urbana cujos antecedentes foram o Seminário Internacional *O Grande ABC na Busca de Soluções* e o projeto *Santo André Cidade Futuro*⁷³. O Seminário *O Grande ABC na Busca de Soluções* foi realizado em maio de 1997 com a

⁷⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Gestão 1997-2000: Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer: Propostas para uma cidade agradável. [1997?].

⁷¹ PROJETO andreense quer cultura na periferia. Diário do Grande ABC. Santo André, SP, 26 mar. 1998, Caderno Cultura e Lazer.

⁷² CULTURA de Sto. André ganha corredores. Diário do Grande ABC. Santo André, SP, 13 nov. 1997, Caderno Cultura e Lazer.

⁷³ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Departamento de Desenvolvimento e Projetos Urbanos. Projeto Eixo Tamanduatehy. Apresentação de Power Point. [s.d.].

finalidade de refletir sobre alternativas de desenvolvimento para a região, vítima da desindustrialização e queda de arrecadações municipais. A partir do Seminário e com a consultoria de Jordi Borja, Andrés Rodrigues Pose e Alain Lipietz foram lançadas as bases do projeto *Santo André Cidade Futuro* em novembro de 1997, "com o propósito de construir coletivamente - isto é, em conjunto com a comunidade andreense - uma imagem de futuro a perseguir"⁷⁴. Inicialmente o projeto *Cidade Futuro* estava centrado na requalificação do *Eixo Tamanduatehy* e no início de 1999 foi estruturado para o planejamento da cidade como um todo. Um dos consultores do projeto - o urbanista Jordi Borja, juntamente com o sociólogo Manuel Castells - produziu um relatório para a gestão de cidades (*Local y Global: la gestión de las ciudades en la era de la información*), sob encomenda da Conferência Habitat 1996 das Nações Unidas. Trata-se do planejamento estratégico para cidades globais, cujo modelo passou a ser utilizado por várias administrações municipais.

O planejamento da atuação do Departamento de Cultura nos corredores culturais localizados no *Eixo Tamanduatehy* apontava para o uso das ações culturais como entretenimento, visibilidade e construção da identidade local, ao invés de uma programação articulada objetivando a construção da cidadania cultural, como propunham os primeiros documentos elaborados pela SCEL. Nesse contexto, no final de 1998 o então Secretário de Cultura, Esporte e Lazer Celso Frateschi, alegando motivos pessoais, deixa o cargo, que foi assumido pelo Diretor do Departamento de Cultura, Altair José Moreira.

No biênio 1999-2000 houve a criação do Conselho Municipal de Cultura, a realização de um censo cultural e a implantação de ações direcionadas ao fomento e fruição da

⁷⁴ DANIEL, Celso. As ações do governo andreense: uma releitura. 1998

dança (criação do Centro de Dança). O projeto de descentralização cultural foi reformulado e transformado na *Caravana Cultural*, passando a acontecer em um caminhão-palco que, aos finais de semana, circulava pelos bairros da cidade com shows musicais (de fácil assimilação para o público da periferia⁷⁵) e espetáculos teatrais. A atuação incisiva nos corredores culturais ocorreu em 2000, especialmente no corredor central, tendo como ponto de partida a "descentralização das atividades; ocupação dos espaços de importância para a cidade; resgate da memória; e valorização do patrimônio e da identidade"⁷⁶. Na ocasião houve a criação de um circuito histórico a ser percorrido a pé composto por diversos edifícios históricos devidamente sinalizados - dentre os quais o Teatro Municipal, o Cine-Teatro Carlos Gomes, a Casa da Palavra, a Casa do Olhar e o Museu de Santo André - e a programação dos equipamentos culturais foi intensificada. Em abril do mesmo ano, houve a primeira edição do *ABC Folia*, a micareta de Santo André, e em dezembro o *Réveillon do Milênio*, cuja principal atração foi o show do grupo de pagode *Só pra Contrariar*.

Ainda que em 1998 a ação descentralizada do Departamento de Cultura tenha sido retomada e apesar da intenção de realização de uma ação comunitária nos bairros a partir da atuação do Departamento de Lazer, não efetivada de acordo com os motivos já expostos, a prática do projeto *Caravana Cultural* evidencia a diferença conceitual na gestão 1997-2000 em relação à gestão 1989-1992. A diferenciação entre os termos descentralização e desconcentração aproxima o primeiro da prática do Serviço de Ação Cultural durante a

⁷⁵ *Toque de Carícia, Nós na Fita, Black Moleque e Deixa Clarear* foram alguns dos grupos locais que compunham a programação musical da *Caravana Cultural*.

⁷⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Santo André: Corredor Cultural. [s.d.]. Não paginado.

primeira gestão do PT e o segundo da prática da Gerência de Ação e Difusão Cultural durante a segunda gestão.

La descentralización es un proceso, un camino de ida y vuelta que estimula y promueve las capacidades locales y se beneficia de las mismas centralmente o más ampliamente. (...) con la combinación de los requerimientos propios y la articulación con los recursos centrales o colectivos. Son políticas, y también son aplicaciones territoriales que permiten el intercambio y facilitan el pluralismo cultural. Así como sucede en otras áreas, en cultura se suele confundir este concepto con el de "desconcentración". No se trata de "llevar cultura a los barrios", como se acostumbraba decir, incluso utilizando la palabra "extensión", cuestionada hace ya tiempo por Paulo Freire. Esa idea denota una visión, por lo menos, centralista y no se propone con nitidez el incentivo de la reflexión y autonomía local, o sea, la apropiación de su simbología y su aporte enriquecedor a los demás. La cultura, dice el antropólogo e investigador paraguayo Ticio Escobar, es una forma de representarse a sí misma una comunidad y ante las demás. (...)Que una orquesta sinfónica o un elenco de teatro recorran los barrios no es descentralización, es desconcentración de esos determinados servicios. El carácter del instrumento o la modalidad de su aplicación no hacen a la política. (...)Estrictamente, ello no es descentralizar. Se transforma en descentralización si se incorpora a las políticas culturales planificadas por los vecinos y la comisión de cultura de cada zona; si tales espectáculos -en los que participan artistas del propio barrio- forman parte de una agenda resuelta por ellos (CARÁMBULA, 2003, p.12).

Em relação aos destinatários do conjunto das políticas do governo - "os trabalhadores qualificados e semi-qualificados (correspondentes à base social original do partido), as classes médias e, em particular, a massa crescente dos setores excluídos (trabalhadores informais, moradores de favelas e habitações precárias, etc.)" ⁷⁷ - as ações do Departamento de Cultura, desde o primeiro ano da gestão 1997-2000, penetraram na "massa crescente dos setores excluídos" apenas por meio dos grandes eventos, considerando o público descrito nos projetos (Quadro 4) e visto que os

⁷⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Gestão 1997-2000: Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer: Propostas para uma cidade agradável. [1997?].

setores excluídos também o são no aspecto educacional, por sua vez relacionado diretamente ao acesso intelectual.

Quadro 4 - Principais projetos: descrição e perfil de público

Projeto	Descrição	Perfil do público
<i>Sobre Todas as Coisas</i>	Fomentar o fluxo e o intercâmbio de informações, através de debates mensais reunindo debatedores com visões diferentes em torno de um mesmo tema. Procura promover temas que reflitam os interesses atuais da sociedade civil.	Estudantes de 2º e 3º graus e demais interessados. Trata-se de um público adulto, selecionado, com alto grau de instrução e formador de opinião por excelência.
<i>Quintas Musicais</i>	Shows quinzenais de música instrumental.	Adultos entre 25 e 55 anos, predominantemente masculinos, apreciadores da música instrumental voltada para o estilo jazzístico. Classe média e média alta, economicamente ativos.
<i>Parque da Juventude</i>	Espaço voltado para o público adolescente com shows de rock, rap, samba e esportes radicais. Prevê a realização de um show mensal com apresentação de bandas regionais e atrações de apelo nacional.	Infanto-juvenil entre 10 e 25 anos
<i>Música na Praça</i>	Shows voltados para a Música Popular Brasileira, música regional e música sertaneja.	<u>Camilópolis:</u> predominantemente popular, feminino (20-60 anos) e masculino (35-70 anos), com grau de instrução entre 1º e 2º graus; <u>Praça do Carmo:</u> múltiplo e diferenciado por ser um espaço de intensa circulação. Predominam adultos em idade economicamente ativa.
<i>Serviços de Formação</i> <i>EMIA Aron Feldman; EMIA Chácara Pignatari; Centro Comunitário Vila Linda*;</i> <i>Centro Comunitário Cata Preta*</i> <i>*Em funcionamento por alguns meses de 1997</i>	Criar espaços dinâmicos para a iniciação e formação artísticas, a reflexão e a troca de experiências com liberdade de criação através da imagem, da cor, do gesto, da palavra e das noções de espaço, volume e luz.	Públicos diferenciados

continua

continuação

Projeto	Descrição	Perfil do público
Escola Livre de Teatro	Espaço de pesquisa e experimentação teatral.	Adultos e adolescentes maiores de 16 anos (estudantes secundaristas, universitários e munícipes em geral)
Casa do Olhar e da Palavra	Centro de formação, produção e difusão artística e cultural de caráter múltiplo no campo das letras, da música e das artes plásticas e audiovisual, privilegiando a expressão contemporânea.	Público interno: frequentadores dos cursos e eventos; entre 20 e 50 anos de ambos os sexos. Público externo: amplo e variado entre gêneros e idades; não participa das atividades do espaço, mas passa por ele [?]
Museu de Santo André	Pesquisa e conserva objetos e documentos relacionados às manifestações culturais da cidade, à questão da migração e imigração.	Bastante amplo, predominando o público escolar de 2º e 3º graus.
Vila Luzita ao Ar livre	A característica básica deste projeto é a música negra (rap, samba, pagode), manifestações próprias e assimiladas pelo público da periferia	Não consta

Fontes: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Relatório de linhas de atuação do Departamento de Cultura; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Gestão 1997-2000: Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer: Propostas para uma cidade agradável.

Dadas as configurações sociais e econômicas do final do século 20, as cidades latinoamericanas foram divididas por barreiras culturais intimidantes e por diferenças de consumo material: a mobilidade dos que viviam em bairros populares foi reduzida, ocasionando o desaparecimento crescente de possibilidades de contato com outros níveis e consumos sociais (SARLO, 2005) e as possibilidades de contato com manifestações artísticas além das disseminadas pelos conglomerados da indústria cultural, ainda eram oferecidas por iniciativa do poder público. Conforme exposto no capítulo 1, segundo TEIXEIRA COELHO (2009), a filosofia de uma política cultural seria “dar a ver, dar a ver mais do que se poderia esperar, dar a ver outra coisa, e outra coisa que não se espera” (p.97). No entanto, apenas “dar a ver” foi premissa da política de democratização cultural, que originalmente visava à

popularização da cultura erudita, vista como legítima em detrimento de práticas e representações “populares”, além de pressupor que o encontro entre obra e público seria suficiente para que houvesse apropriação por parte do último, desconsiderando distinções de formação e de hábitos da população (BOTELHO, 2007). Por outro lado, a premissa da denominada democracia cultural apóia-se na ampliação do capital cultural de uma coletividade no sentido mais amplo desta expressão (TEIXEIRA COELHO, 1997). A ampliação do capital cultural, isto é, dos diversos códigos de deciframento estético, implica não apenas na disponibilidade para ver, mas na possibilidade de experimentar; na capacidade (ou vontade) de enxergar os públicos não apenas como espectadores, mas como atores, situação rara quando o contato se dá por meio de espetáculos esporádicos, especialmente os que reproduzem a produção cultural já em circulação nos meios de comunicação massivos.

No caso abordado, entendemos que por si só a população de menor capital cultural dificilmente se sentiria familiarizada com eventos tais como ciclos de cinema autoral, debates filosóficos ou exposições de arte contemporânea. Para tanto seria necessária uma ação de mediação, especialmente nos bairros⁷⁸, ainda que não fosse a mesma ocorrida na primeira gestão do PT na cidade. Considerando a incipiência dos meios digitais na época, uma estratégia de mediação poderia estar vinculada ao antigo Núcleo de Vídeo (transferido para a Assessoria de Comunicação na gestão 1997-2000) e/ou ao capital humano (existente no quadro funcional ou contratado).

⁷⁸ De acordo com STEINER, citado por SILVERSTONE (2005, p.35), a mediação se aproxima da tradução e se constitui em um processo de confiança, agressão, apropriação e restituição. Entendemos que a confiança é uma conquista que se dá a partir de alguma proximidade, que no caso, poderia ser efetivada a partir de algum programa consistente nos bairros, além da difusão cultural, já que a proximidade facilita o estabelecimento de fluxos de informação.

Altair Moreira, Diretor de Cultura em 1997-1998 e Secretário de Cultura, Esporte e Lazer em 1999-2000, considera que o projeto *Santo André Cidade Futuro* fortaleceu a transversalidade da política cultural ao possibilitar a participação em discussões como a escolha de obras de caráter monumental que seriam instaladas em alguns pontos da cidade, sobre quais eram os marcos identitários da cidade, sobre qual o papel da cultura na preservação, na reformatação e também na reurbanização da cidade⁷⁹. No entanto, a partir de 2000, a difusão de manifestações que pudessem ser assimiladas pelo público da periferia, conforme descrição do projeto *Vila Luzita ao Ar Livre*, evidenciou a mudança na direção da política cultural que ao invés de estimular a cidadania crítica (HOPENHAYN, 2007) e a consequente pluralidade de opiniões, optou por reforçar a passividade da população. Ainda que a Secretaria de Cultura realizasse somente a produção de alguns eventos massivos determinados pelo Gabinete do Prefeito⁸⁰, a estratégia da diversão foi intensificada com a realização do *ABC Folia*, do *Réveillon do Milênio* (Figuras 4.1 a 4.3) e da reformulação do projeto de *Descentralização Cultural*⁸¹. Por outro lado, o centro da cidade foi revitalizado (estava morto?) e obras de arte monumentais - de autoria de artistas locais, porém consagrados - foram instaladas no centro da cidade e no centro de um bairro. Ao contrário da periferia, a programação cultural do centro, composta por debates filosóficos, exposições de arte contemporânea e shows de grupos musicais emergentes na cena da MPB, era acessível a públicos já consumidores e/ou usuários de cultura.

⁷⁹ Entrevista realizada em 13 de julho de 2011 no Instituto Pólis

⁸⁰ Segundo Altair Moreira, a Secretaria de Cultura sempre foi contra o investimento em manifestações massivas difundidas pelos meios de comunicação, porém a realização de tais eventos era uma norma, uma linha determinada pelo Gabinete do Prefeito.

⁸¹ O projeto *Caravana Cultural* era produzido e financiado pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

Figuras 4.1 a 4.3 – Agenda da Cidade

Shows do Mês

Dia 1ª de abril - a partir das 15h
Negritude Junior
 Um dos mais populares grupos de pagode do País inicia as festividades pelo aniversário de Santo André. O show será aberto pelo Grupo Delux Claret. Gratuito.
 Sacolão da Vila Luzita
 Avenida Capitão Mário Toledo de Camargo, 5.252



Dias 7, 8 e 9 de abril - sexta às 19h30, sábado às 16h e domingo às 20h
ABC Folia
 Na comemoração de seu aniversário, Santo André se transformará na capital da alegria. O ABC Folia - a micareta de Santo André - trará à cidade as maiores estrelas do axé music para três dias de pura festa. O superevento, que no seu primeiro ano já é uma das maiores micaretas do Brasil, acontece com toda estrutura para uma festa deste porte: camarotes, arquibancadas, banheiros públicos, postos policiais, postos médicos, barracas, estacionamento, enfim, o aparato necessário para satisfazer o folião de Santo André e região com conforto e segurança. O ABC Folia contará com o desfile de blocos oficiais, blocos alternativos e trilha eletrônica independente para o público.



Fonte: Agenda da Cidade 04/2000

Chuva de estrelas: no céu e no palco.

Reveillon Santo André 2000, com Show do Só Pra Contrariar.

No Sacolão da Vila Luzita
 Show com
 Repórter do Caracol
 Beto Compagnon

Camêrão
 Mestrar com
 Mauricio e Mauri

Agenda Especial Santo André 2000.



Fonte: Agenda da Cidade 12/1999

Os grandes eventos estão só começando.

Dia 18 de Dezembro			Dia 22 de Dezembro		
Horário	Local	Atracção	Horário	Local	Atracção
18h	Praga do Carmo	Atos Plásticos - José Roberto Silva (guitarrista de jazz)	18h	Rua Oliveira Lima	Música - Andréia Teles
19h	Centro Cultural de Praça do Carmo	Música - S.R.C.C. (Música popular e coreana)	19h	Rua Oliveira Lima	Atos Plásticos - José Roberto Silva (guitarrista)
19h30	Praga do Carmo	Esporte - Clima de Karatê	19h30	Rua Oliveira Lima	Desenho - Fátima Pontes Maia, Fábio Alves e Leonardo
20h	Rua Oliveira Lima	Cartoons - Mito e Rarim	20h	Rua Oliveira Lima	Música - Carlos Gomes (Amorim)
20h30	Rua Oliveira Lima	Música - Grupo de Musicalização da UERJ	20h30	Centro Acadêmico de Praça do Carmo	Música - Léo Ruan
21h	Rua Oliveira Lima	Capacem - Grupo Salsa Forte	21h	Praga do Carmo	Música - Orquestra Sinfônica de Santo André (a confirmar)
21h30	Rua Oliveira Lima	Futebol - Bê de Zuluaga	21h30	Rua Oliveira Lima	Tunga - Show Afro
22h	Rua Oliveira Lima	Dança - Lela Santos	22h	Centro Acadêmico de Praça do Carmo	Música - Santo Profanidade
22h30	Rua Oliveira Lima	Música - Laila e Luciano	22h30	Centro Acadêmico de Praça do Carmo	Música - Banda Novíssima Santo André
23h	Rua Oliveira Lima	Música - Nandy e Vandir	23h	Praga do Carmo	Show Sinfônico e Grande Júbilo
23h30	Praga São Carlos de Luzita	Música - Banda Sinfônica de Luzita			
24h	Rua Oliveira Lima	Música - Banda Esplanada			
24h30	Rua Oliveira Lima	Música - Banda Sinfônica			

Fonte: Agenda da Cidade 12/1999

O modelo de planejamento estratégico de cidades globais, matriz do projeto *Santo André Cidade Futuro*, assunto do próximo capítulo, sofreu inúmeras críticas por conter em suas estratégias a construção identitária e o uso de ações culturais e de comunicação, de um lado para estimular o patriotismo de cidades e de outro lado para oferecer serviços de qualidade como atrativos para investidores, visitantes e usuários solventes. Enquanto no biênio 1997-1998 a política cultural objetivava o direito à cidadania cultural, a partir de 1999 passou a fazer parte do *city marketing*, visando a exposição da cidade interna e externamente.

(...)para a perspectiva estratégica, a cultura não se constitui em mediação para a crítica, mas, ao contrário, é o meio de intervenção para construir uma imagem favorável da cidade, uma "buena imagem", que a torne competitiva para disputar o capital internacional (CARVALHO, 2000, p.77).

É necessário esclarecer que não se trata de desmerecer a realização de eventos, considerando que dada a escassez de recursos financeiros e humanos dos órgãos públicos de cultura, os eventos possibilitam um alcance multiplicador tão ou mais importante do que ações fragmentadas (TEIXEIRA COELHO, 1997), mas de localizar as intenções de uma política que interveio desequilibradamente quando analisada a relação entre localização geográfica, perfil socioeconômico da população e perfil de programação, conforme a já citada descrição dos públicos dos projetos e a comparação entre as Figuras 5 e 6.

Figura 5
Atuação permanente do Departamento de Cultura em 1992



Figura 6
Atuação permanente do Departamento de Cultura em 2000



3. SANTO ANDRÉ CIDADE FUTURO E POLÍTICAS CULTURAIS

3.1 Espaço de fabricação do consenso

Em 1997 a Prefeitura de Santo André tornou público o projeto *Santo André Cidade Futuro* visando à recuperação econômica da cidade, na ocasião envolta em um cenário de desindustrialização. Como mencionado no capítulo anterior, o projeto *Santo André Cidade Futuro* teve origem no seminário *O Grande ABC na Busca de Soluções* e inicialmente se limitava ao projeto *Eixo Tamanduatehy*, intervenção urbanística planejada para a recuperação do entorno da via férrea e um dos principais acessos de Santo André à capital, visando à construção de um novo centro da região metropolitana de São Paulo⁸² e baseado nas premissas do modelo de planejamento estratégico de cidades globais.

Conforme mencionado no capítulo 1, o planejamento estratégico de cidades foi disseminado na América Latina por agências de cooperação e instituições multilaterais (BIRD, PNUD, UN-HABITAT) e por consultores internacionais, dentre os quais Jordi Borja, consultor do projeto em Santo André.

Segundo o modelo proposto, a eficácia do planejamento está vinculada a ações construtoras de uma boa imagem interna da cidade, gerando uma cultura cívica e um patriotismo de cidade - a partir de obras e serviços visíveis de caráter monumental ou simbólico, bem como da melhoria da qualidade dos espaços públicos -; e à construção de uma imagem externa forte e positiva, geradora de atratividade para investidores, visitantes e usuários solventes - a partir

⁸² "Por todo seu potencial - atividades culturais e de lazer, empreendimentos no setor terciário e a conseqüente geração de empregos -, o projeto Eixo Tamanduatehy pretende contaminar não só as cidades servidas pela ferrovia e pela avenida, mas toda a região. Em última análise, trata-se de um plano que pretende situar o Grande ABC como uma das principais portas da capital." (AVENIDA dos Estados: o corredor do futuro. Diário do Grande ABC. Santo André, SP, 13 abr.1999, Suplemento especial.)

da oferta de infra-estrutura e serviços⁸³. A comunicação de tais ações culturais/simbólicas é realizada a partir de um instrumento denominado *city marketing*, que busca a promoção da cidade com o uso de campanhas publicitárias e grandes eventos, propagandeando o espetáculo em que se transforma a cidade com a implantação do planejamento estratégico:

Verificamos que muitas vezes os cidadãos - consumidores? - têm uma atitude reverenciadora, complacente e, em última instância, passiva, em relação à cidade. O espaço é transformado em cenário onde tudo é objeto de consumo estético e contemplativo. Nesse sentido, é a cidade que está no centro da cena, a cidade tornada sujeito, que em determinadas circunstâncias transforma os próprios cidadãos em meros figurantes, atores secundários de seu roteiro (SANCHEZ, 1999, p.126).

Uma das críticas a este modelo de planejamento é a ênfase dada à necessidade de consenso, de uma união sem brechas em torno do projeto como se a cidade pudesse existir sem contradições e conflitos. A palavra consenso, segundo WILLIAMS (2007), se transformou em termo político a partir de meados do século 20 e uma política de consenso pode significar "um conjunto existente de opiniões concordantes" ou "uma política que evita ou elude as diferenças ou divisões de opinião numa tentativa de 'consolidar o centro' ou 'chegar a um termo médio'" (p.107-108); ainda segundo o autor, é uma palavra de uso difícil, visto que pode ser interpretada em seu aspecto positivo ou em seu aspecto negativo. É ilusório pensar que no final do século 20 uma cidade de 620.000 habitantes, marcada por movimentos sindicais e artísticos, se tornasse unificada, portanto, o êxito de uma política de consenso no aspecto positivo seria de extrema complexidade especialmente quando o consenso se torna uma necessidade de curto prazo.

⁸³ "el proyecto-ciudad es un proyecto de comunicación y de movilización ciudadana y de promoción interna y externa de la urbe" (BORJA e CASTELLS, 1998, p. 150)

Em 1998, a Escola Livre de Teatro produziu o espetáculo *Nossa Cidade*, posteriormente transformado em peça radiofônica e registrado em CD, que contava a história da cidade segundo seus moradores. A peça radiofônica buscava valorizar o passado e a contribuição dos imigrantes e migrantes de diversas origens ao desenvolvimento do município, mas também convidava a pensar o futuro da cidade, proposta do projeto *Santo André Cidade Futuro*. O trabalho ainda buscava reforçar/imprimir no imaginário dos espectadores a Rua Cel. Oliveira Lima, principal via do comércio central como marco identitário da cidade. Não por acaso, a administração municipal iniciava no mesmo ano uma intervenção na Rua Cel. Oliveira Lima, como parte das obras de revitalização do centro: na intenção de transformá-la em um *shopping* a céu aberto, a rua recebeu uma cobertura planejada pelo arquiteto Decio Tozzi e teve seu calçamento desenhado a partir da obra do artista plástico Luiz Sacilloto, que também teve uma escultura instalada na via.

Figura 7 – Rua Cel. Oliveira Lima



Fontes: Rua Cel. Oliveira Lima: material de divulgação da Prefeitura de Santo André; Escultura: acervo pessoal, foto: Simone Zárate.

A respeito de intervenções dos poderes públicos nos espaços das cidades, ainda que sem referência explícita à Santo André, em julho de 1998, Luiz Roberto Alves, ex-secretário de Educação e Cultura na gestão 1989-1992 do PT em São Bernardo do Campo, publicou em coluna no jornal Diário da Grande ABC:

O que deveria constituir-se de atos de respeito e amor, muitas vezes revela seu contrário. (...) Mercado, turismo, revitalização do centro, fluxo, calçada: pedras de toque de intervenções. Convém ir muito devagar com o andar. Não nos serve a maioria dos exemplos de intervenções, seja Salvador, Sevilha, Olinda ou Buenos Aires. Talvez sejam úteis os modos de organização e participação comunitária, mas via de regra as motivações, os objetivos financeiro-econômicos, os graus de intervenção e os resultados para o todo da cidade diferem muito do modo como criamos esse espaço intermediário entre planalto e mar, especialmente uma grande cidade de 2 milhões de pessoas curtidas pelas culturas do trabalho migrante-imigrante. (...) Calçadas são coisas que se tiram e se põe em vários lugares, dependendo da conjuntura socioeconômica das cidades. Nada disso, portanto, pode constituir-se de chavões e idéias aparentemente modernas. O que se moderniza, muitas vezes, é discurso que engana, ilude. (...) A intervenção será sempre resultado da acumulação da memória, compartilhamento do projeto já em andamento na comunidade e tomada de decisão política. Às vezes, a bondade da população (é melhor alguma coisa do que nada!) leva governantes a revitalizar um espaço em detrimento dos demais, esperando criar um cartão-postal e lugar de lucros. Mas jamais será essa a tendência de cidades plurais, cujas populações exigem cartões-postais perto de si e que colocam a saúde físico-psíquica acima de lucros. O centro deve estar em toda parte. A festa será lugar da memória capaz de juntar segmentos sociais, tempos e espaços, uma totalidade para o corpo e para o espírito. Seria bom reaprender. (ALVES, 1998)

Seguindo as premissas do modelo de planejamento estratégico de cidades, em 1999, a prefeitura de Santo André ampliou o projeto *Santo André Cidade Futuro* - até então restrito às intervenções do *Eixo Tamanduatehy* - para toda a cidade, visando à elaboração de um planejamento municipal para vinte anos. A primeira etapa da segunda fase do projeto constituiu-se a partir da formação de um grupo coordenador e

de grupos temáticos responsáveis pela elaboração de um texto-base que enfatizava a necessidade de participação da sociedade na construção do projeto a partir de sete temas: desenvolvimento econômico, desenvolvimento urbano, qualidade ambiental, educação e pesquisa, inclusão social, reforma do Estado em nível local e identidade cultural.

Os grupos coordenadores dos eixos temáticos foram convidados a participar do projeto em reunião realizada no gabinete do prefeito em agosto de 1999. Para a coordenação do eixo *Identidade Cultural* foram convidados alguns intelectuais da cidade que vinham criticando abertamente a gestão da SCEL nos meios de comunicação locais. Dalila Teles Veras, escritora da cidade e, na ocasião colunista do Diário do Grande ABC, expressou sua preocupação com o curto prazo de três meses indicado para a I Pré-Conferência 2020 a ser realizada em dezembro daquele ano, momento em que seriam discutidas e apresentadas emendas ao texto-base, já alterado por escutas populares realizadas por cada um dos grupos temáticos⁸⁴. As propostas do GT Identidade Cultural apresentadas na I Pré-Conferência Santo André 2020 diziam respeito ao fortalecimento da identidade cultural propondo "estimular manifestações comunitárias que expressem a diversidade cultural que constitui a base da identidade andreense" e "instituir marcos identitários urbanos", o que nos remete à premissa do patriotismo de cidade presente no modelo de planejamento estratégico de cidades proposto por Borja e Castells:

O fortalecimento da identidade cultural tem como objetivo estabelecer uma auto-estima positiva de toda comunidade andreense. O sentimento de pertencer a

⁸⁴ Entre setembro e dezembro de 1999 foram realizadas consultas à população por meio da internet, da distribuição de 100.000 quebra-cabeças com a imagem da cidade e cupom para indicação de propostas para o futuro da cidade, e 99 reuniões com a comunidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Santo André Cidade Futuro Agenda do Milênio. [200?]. CD Rom.).

Santo André será reforçado à medida em que a cidade retome o crescimento, consolidando uma auto-imagem de sucesso na comunidade. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Santo André Cidade Futuro Agenda do Milênio. [200?]. CD Rom.)

Observamos que a importância da identidade está relacionada ao que CASTELLS (2001) denomina identidade de projeto, que é construída por atores sociais visando à redefinição de sua posição na sociedade e à transformação da estrutura dominante, diferente da identidade legitimadora que é subordinada às instituições dominantes. Segundo Celso Daniel, a tradição local é construída a partir de uma história e de um conjunto de símbolos permeados pelos interesses e visões da elite local, geralmente distante da noção do direito à cidade, provocando a necessidade da "produção da história local e de símbolos identitários alternativos, que efetuem o encontro entre identidade local e direito à cidade" (DANIEL, 1999, p. 207). Ocorre que as identidades não são rígidas, mas cada vez mais flexíveis, até mesmo as das cidades - se é que uma cidade pode ter identidade.

(...) o direito à cidade não repousa sobre uma idéia de identidade e não principia por ela. A identidade, na cidade, é uma forma dinâmica, uma ação, não uma fabricação. O primeiro princípio do direito à cidade surge, assim, ao contrário dos discursos insistentes nesse sentido, como uma proposição negativa: ele não é uma identidade, ele não tem a ver com a identidade, ele não deve abrir espaço para uma preocupação preliminar com a identidade (TEIXEIRA COELHO, 2005, p. 223)

A consideração de Teixeira Coelho advém do pensamento de Henri Lefebvre (1969) expresso em "O direito à cidade", onde o autor considera que a primeira forma da cidade repousa no princípio da identidade como uma essência vazia, sem conteúdo. Assim sendo, as políticas culturais deveriam acompanhar a dinâmica cultural da cidade, visando ao equilíbrio do sistema cultural ao invés de tentar imprimir

conteúdos, como é o caso dos marcos identitários, por exemplo. Em relação à questão da identidade cultural, o relatório da I Conferência Santo André 2020, de abril de 2000, demonstra a preocupação do GT relativa ao termo:

Mais que tentar estabelecer uma identidade da cidade em relação ao ponto de vista da cultura, é preciso considerar como os fazeres culturais provocam uma relação intercultural no tecido urbano. (...) Assim, este Grupo de Trabalho buscou refletir as questões que se voltam para as identidades culturais da cidade, visando a construção de um futuro que aponte para a diversidade, pluralidade e alteridade. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Santo André Cidade Futuro Agenda do Milênio. [200?]. CD Rom.)

Segundo Dalila Teles Veras, na ocasião de apresentação do GT Identidade Cultural na I Conferência Santo André 2020, a mesma explicitou que “o próprio conceito identidade cultural foi colocado em questão, termo que acaba remetendo e designando as culturas fechadas”⁸⁵.

De acordo com o calendário do projeto *Santo André Cidade Futuro* e conforme o processo participativo proposto, as diretrizes e metas propostas pelo GT Identidade Cultural sofreram emendas, foram elaboradas e reelaboradas. No entanto, apesar de incorporar sugestões advindas das consultas populares, poucas ações foram praticadas, exceto as que se enquadravam em programas já implantados ou previstos pelo governo atendendo mais aos interesses do mesmo, como podemos observar nos relatórios da I e da II Conferência Santo André 2020 e no relatório das principais ações do governo em andamento (Anexos 1, 2 e 3).

Ainda que a Escola Livre de Teatro tenha sido consolidada como lugar de criação e experimentação, a tônica da participação do Departamento de Cultura no conjunto de ações de governo durante a gestão 1997-2000 ficou marcada pelas intervenções na área central da cidade e mais

⁸⁵ Entrevista concedida em 15 de julho de 2011 na Livraria Espaço Cultural Alpharrabio.

incisivamente pela realização de eventos musicais populares, no sentido de manifestações construídas e amplamente divulgadas pelos meios massivos, a exemplo do pagode, gênero musical muito difundido na época.

Por iniciativa da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, durante o biênio 1999-2000, o Fundo de Cultura financiou projetos como o CD *Santo André Canta* e o livro *História da Literatura em Santo André*. Tais iniciativas, juntamente com a realização do *Censo Cultural de Santo André* buscavam mapear, registrar e divulgar a produção cultural da cidade, de certa forma buscando um contrapeso aos eventos massivos. A pergunta é: porque o projeto de descentralização *Caravana Cultural* não colocou essa produção “descoberta” em circulação? Segundo Moreira, algumas pesquisas e plenárias do OP apontavam uma demanda da população por shows e o projeto atuava em lugares mapeados pelo Departamento de Cultura nos quais não havia equipamentos culturais nem possibilidades de acesso à cultura; a programação da *Caravana Cultural* se constituía em reforço aos artistas locais e poderia ser também vinculada ao resultado do *Censo Cultural*. No entanto, as programações do projeto demonstram que os grupos que passaram pela *Caravana Cultural* se apresentavam em diversos locais da cidade, com predominância do pagode, enquanto o *Censo Cultural* registrou uma diversidade de gêneros, como erudito, funk, jazz, MPB, rap, rock, dentre outros, com razoável abrangência geográfica. Ainda segundo Moreira, a realização de grandes eventos de caráter mais popular foi intensificada a partir de 1999 e - ainda que alguns tenham sido produzidos pela Secretaria de Cultura - eram determinados e financiados pelo Gabinete do Prefeito como forma de divulgar as ações da gestão, porém, reconhece que os

eventos da *Caravana Cultural* tinham como objetivo a diversão⁸⁶.

Entendemos que além de divulgar ações da gestão, ao priorizar e difundir manifestações já contempladas pelos meios de comunicação massivos buscava-se algum controle social⁸⁷, considerando o uso freqüente e consciente de espetáculos para a pacificação, nos remetendo ao uso da cultura para a mobilização da população em torno do projeto de cidade:

Parte do que temos visto nas duas últimas décadas é a tentativa de construir um imaginário físico e social de cidades adequadas para estes propósitos competitivos. A produção de tal imagem urbana também tem consequências políticas e sociais internas: ela ajuda a contrapor o sentimento de alienação e anomia que já há muito tempo Simmel identificou como um aspecto problemático da vida urbana moderna. E faz isso especialmente quando um terreno urbano é aberto, à exposição, à moda e 'auto-apresentação' num ambiente teatral e espetacular: se todos, de *punks* e artistas do rap aos *yuppies* e a alta burguesia, participam na produção da imagem urbana através da produção do espaço social, todos conseguem pelo menos ter alguma sensação de pertencer àquele lugar. A produção orquestrada de uma imagem urbana pode, se bem-sucedida, ajudar também a criar um sentido de solidariedade social, orgulho cívico e lealdade ao lugar e mesmo permitir que a imagem urbana forneça um refúgio mental em um mundo no qual o capitalismo alija cada vez mais o senso de lugar.

O empresariamento urbano (em oposição ao muito mais disfarçado gerenciamento burocrático) lida aqui com a busca da identidade local e, como tal, abre uma gama de mecanismos para o controle social. Pão e circo foi a famosa fórmula romana, que está sendo agora reinventada e revivida, enquanto a ideologia da localidade, de lugar e da comunidade tornam-se

⁸⁶ A esse respeito: "Instalada nos lazes onde representa como um todo a compensação do trabalho, a cultura de consumo desenvolve nos espectadores a passividade da qual ela já é o efeito. Ela representa o setor onde se acelera, mais do que em qualquer outro lugar da nação, o movimento que reduz o número de atuantes e multiplica o dos passivos" (DE CERTEAU, 2010, p.201-202).

⁸⁷ Em entrevista para a Dissertação de Mestrado de Viscovini, Celso Frateschi afirma que na gestão 1997-2000 a cultura passou a ser "concebida como instrumento da política, considerada a serviço de uma idéia geral; tinha a necessidade de envolvimento de uma grande parte da população, não do ponto de vista crítico, mas do ponto de vista da adesão; a cultura passou a ser vista como uma forma de sedução e não de convencimento" (VISCOVINI, 2005, p.86).

centrais para a retórica política da gestão urbana que se concentra na idéia de união como defesa contra um mundo hostil e ameaçador do comércio internacional e da alta competição (HARVEY, 1996, p.60).

Porém, não foi somente a partir do lançamento da segunda fase do projeto *Cidade Futuro*, em 1999, que a política de consenso esteve presente em Santo André. Ainda que o Programa de Governo indicasse a participação popular como um dos eixos centrais, expressando apoio às ações de participação a exemplo de "capacitar o funcionalismo a formular novas metodologias de trabalho que incorporem a participação popular" e "encarar os conflitos não como ameaça, mas como espaços privilegiados de aprendizado"⁸⁸ a prática cotidiana, ao menos da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, escapou muitas vezes de tais indicações.

A segunda gestão do PT foi permeada desde o início pela governabilidade, pelo conjunto de condições para governar, e nesse sentido considerou quatro dimensões de interlocução: a Câmara dos Vereadores; a bancada e o partido; a sociedade organizada: com quem governar; e o conjunto da sociedade: para quem governar⁸⁹. A orientação para a relação com a Câmara de Vereadores era baseada na negociação, resultando em algumas interferências na implementação e desenvolvimento de programas da Secretaria de Cultura, a exemplo de funcionários indicados por vereadores que nem sempre possuíam formação adequada para o trabalho a ser desenvolvido e da cessão de uso do Teatro Municipal para eventos com perfil distinto das diretrizes apontadas para o equipamento; a relação com o partido era aberta ao conflito, porém, decisões estratégicas seriam tomadas em conjunto objetivando a limitação de tais conflitos; a relação com a sociedade organizada objetivava "uma coalizão de forças

⁸⁸ PROGRAMA DE GOVERNO 1997/2000 Celso Daniel Prefeito, 1996, p.29.

⁸⁹ DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO: documento para debate. [199?]. Não paginado.

ampla, polarizada por nossa visão do município e da região, na disputa de hegemonia”⁹⁰; finalmente, a relação com o conjunto da população se daria através da ampliação dos direitos sociais, baseados na implementação de políticas, visando “atingir, de modo igualitário, o conjunto dos moradores e trabalhadores”⁹¹. Essas orientações para a negociação, coalizão e limitação de conflitos eram fruto do desgaste ocorrido na primeira gestão, de disputas internas e partidárias até a derrota eleitoral, mas também eram reflexo de um novo momento político e partidário com a possibilidade de reeleição e com uma perspectiva mais concreta de alcance do poder em âmbito estadual e federal⁹².

As relações na e da Secretaria de Cultura - internas, com os funcionários; e externas, com a sociedade organizada - foram tensas desde os primeiros anos da gestão. A leitura dessas tensões realizada por Altair Moreira é a de que parte da sociedade e alguns funcionários permaneciam com “o retrovisor em 89-92” em um momento em que as circunstâncias não mais permitiam. Em relação aos funcionários, especificamente aos Agentes Culturais mais críticos que trabalharam em Centros Comunitários na primeira gestão, o ano de 1997 foi extremamente conflituoso. Acostumados com autonomia, liberdade e com uma participação ativa na elaboração e na avaliação de projetos, estes funcionários se sentiram desvalorizados considerando que a partir dos primeiros meses da gestão 1997-2000 suas funções se limitavam a serviços burocráticos e administrativos, sem que houvesse a participação e autonomia de outrora. No final de 1997, um grupo de Agentes Culturais solicitou uma reunião com o Diretor do Departamento de Cultura a fim de obter

⁹⁰ Idem

⁹¹ Ibidem

⁹² A interferência das prioridades partidárias na política cultural da gestão 1997-2000 do PT em Santo André foi abordada na dissertação de mestrado de VISCOVINI, 2005.

alguns esclarecimentos sobre o trabalho. Na ocasião, cargos gratificados foram oferecidos a alguns Agentes desarticulando e isolando esse núcleo de conflitos internos⁹³. Em relação à sociedade organizada, a leitura de Moreira é a de que havia um novo dinamismo na sociedade que pouco teria a contribuir, considerando que era baseado em uma troca de interesses, em uma obstinação por projetos pessoais em detrimento de projetos coletivos, enquanto na gestão anterior a participação se dava pela convicção e confiança. Ocorre que uma política cultural que se quer e se autodenomina democrática não é construída apenas por gestores, mas por um conjunto de atores que são “uma variável dinâmica do entorno que vai mudando e evoluindo de acordo com o eixo espaço-tempo-contexto” (MARTINELL SEMPERE, 2000, p.12). A política cultural da primeira gestão do PT possibilitou o amplo exercício da cidadania crítica para o conjunto da população, da qual o conjunto de atores é parte, portanto seria surpreendente se os conflitos não aflorassem, considerando a mudança dos rumos da política cultural já percebida no primeiro ano da gestão 1997-2000.

Ao partirmos do pressuposto de que a mudança da cultura política da população é fruto de um aprendizado contínuo e de uma perenidade de estímulos, a opção do governo em priorizar a atuação da Secretaria de Cultura na área central contribuiu para limitar a participação e, conseqüentemente, os consensos e dissensos em regiões mais

⁹³ Quando essa gestão do PT (1997/2000) entrou, nos primeiros meses, comecei a perceber que a participação dos Agentes Culturais não seria mais a mesma. Começaram a deixar claro de início, mas era uma coisa muito sutil. O Agente Cultural seria um mero burocrata, teria que cuidar de coisas muito pontuais. E não tinha que participar de nada, já estava tudo elaborado. Isto estava acontecendo em todos os serviços do Departamento. A insatisfação era tão grande que um grupo de Agentes Culturais se reuniu para escrever um documento para ser apresentado ao Diretor de Cultura. No dia da reunião com o Diretor algumas pessoas foram premiadas com cargos para que não houvesse grandes conflitos dentro do Departamento e percebi que os Agentes já estavam se posicionando de maneira diferente, não era um grupo coeso, talvez não tenha sido em nenhum momento. (Depoimento de Agente Cultural)

afastadas, que na primeira gestão contavam com programas descentralizados e contínuos, estimulando o imaginário, a poética e também a crítica, e criando “ilhas de desordem, para que se cultive o humano no que ele tem de livre e criativo e que se dê a possibilidade de distinguir o oceano das ilhas, dos continentes, do céu e das estrelas” (FRATESCHI e MOREIRA, 1993, p.64).

3.2 Outros mecanismos de participação

O processo de redemocratização do Brasil, marcado pela promulgação da Constituição de 1988 e refletido em leis orgânicas estaduais e municipais abriu espaço para a participação social nas políticas públicas de diversas áreas através de mecanismos como Conselhos, Câmaras, Conferências e Fóruns dentre outros. Ainda que a formação de Conselhos estivesse presente na Constituição de 1934, dizia respeito a Conselhos com caráter técnico e função de assessoramento, compostos por pessoas especializadas indicadas pela autoridade do Poder Executivo.

A partir de 1988, a construção ou reconstrução dos conselhos nacionais de políticas sociais baseou-se nas críticas ao padrão de relação predominante entre Estado e sociedade no Brasil, que seria marcado pela falta de democratização do processo decisório e à ineficiência da máquina pública. Assim, tais espaços seriam antídotos aos problemas da burocratização, do corporativismo, do patrimonialismo e da captura dos espaços públicos por interesses privados no âmbito das políticas sociais. Distintos arranjos de participação foram instituídos nas diversas áreas das políticas sociais, inserindo, no interior do Executivo, novos espaços institucionais que contam com a presença do governo e da sociedade civil, com atribuições que transitam entre a co-gestão, a deliberação e a organização da agenda política. (SILVA, JACCOUD e BEGHIN, 2005, p.379)

Em Santo André, a criação do Conselho de Cultura estava prevista no Programa de Governo do PT da gestão 1989-

1992 e teve sua necessidade reforçada pela Lei Orgânica Municipal de 1990, porém sua criação somente ocorreu durante a segunda gestão do PT na cidade (1997-2000). No período de 1989-1992, a participação institucionalizada⁹⁴ na área da cultura se dava através do Conselho Gestor do Fundo de Cultura e do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Paisagístico de Santo André - COMDEPHAAPASA. Também ocorreu durante a gestão 1989-1992 a primeira experiência de participação social na destinação dos recursos orçamentários da Prefeitura através de reuniões do então denominado Orçamento Participado (de caráter consultivo), embrião do Orçamento Participativo consolidado alguns anos depois, na gestão 1997-2000.

O relato dos processos ocorridos nos mecanismos de participação cultural formais, bem como a mudança de perfil do Agente Cultural é de extrema importância, pois, somado ao projeto *Santo André Cidade Futuro* e aos programas implantados, complementa a ilustração da postura e do papel da Secretaria de Cultura na segunda gestão do PT na cidade.

Em 1997, o Orçamento Participativo de Santo André era composto por plenárias realizadas em 18 regiões da cidade e por oito plenárias temáticas, dentre as quais a plenária de cultura. Durante os anos de 1997 e 1998 eram realizadas duas rodadas de plenárias regionais e temáticas, sendo a primeira de caráter informativo e a segunda de caráter deliberativo de demandas e eleição de representantes para o Conselho Municipal de Orçamento. Em 1997, a plenária temática Cultura elegeu como conselheiro do tema, Marcelo Viana, militante do movimento hip-hop. A eleição foi polêmica, tendo gerado críticas de artistas consagrados da cidade a exemplo do artista plástico Luiz Sacilotto, que declarou ao jornal *Diário do Grande ABC* que "transferir para a periferia a

⁹⁴ Conforme já mencionado a participação informal ocorria através de escutas da população realizadas pelos Agentes Culturais.

gerência da cultura é ir contra a história. O centro sempre ditou as regras”⁹⁵. O conselheiro eleito em 1997 teve uma postura questionadora e crítica em relação às propostas do governo, enquanto a idéia da Secretaria de Cultura era a de disputar fatias maiores do orçamento em uma sinergia entre governo, sociedade e produtores culturais.

Francisco de Oliveira analisa as experiências e evoluções de processos de Orçamento Participativo:

[...]tendo sido introduzidos no coração do Estado moderno, seu orçamento, os cidadãos estão sendo treinados para desmistificarem os “segredos do Estado” e começam a perceber que o orçamento é, antes de tudo, um mecanismo de poder, e não uma peça técnica. Mas conhecer sua “técnica” é já um elemento de contestação e dissenso: entrar no campo semântico que foi até agora privilégio das classes dominantes e seus funcionários, representa uma possibilidade, uma virtualidade de conhecimento das formas de divisão do excedente social delegado pela sociedade à vigilância e controle do Estado, das formas do conflito social, e da cidade. (OLIVEIRA, 2003)

Segundo o autor, o Orçamento Participativo de Santo André diferia de outras cidades, como o da experiência de Porto Alegre, pelo fato de que em Santo André a administração pública possuía voz e voto, o que aproximava o processo de uma consulta qualificada. Indo além de uma consulta qualificada, em 1998, segundo ano da segunda gestão do PT na cidade, a plenária temática Cultura surpreendeu ao eleger um conselheiro apoiado pelo Departamento de Cultura. Temendo novamente a eleição de um candidato com interesses divergentes e buscando a “sinergia” entre governo, sociedade e produtores culturais - considerando que novos investimentos teriam que disputar o orçamento com as prioridades do OP -, o Departamento de Cultura articulou a vitória de um candidato que convergisse com suas necessidades. Retomando Francisco de Oliveira, é no mínimo paradoxal que um espaço de decisão

⁹⁵ VIANA quer cultura “de ponta” nos bairros. Diário do Grande ABC. Santo André, SP, 29 jul.1997, Caderno Cultura e Lazer.

popular sobre parte do orçamento público seja ocupado pela administração pública, ainda que como estratégia para ampliar seus recursos ou equilibrar eventuais divergências.

As plenárias de cultura sempre tiveram um quórum mínimo para acontecer, era ridículo. Algumas pessoas acreditaram que seria interessante um aluno da Escola Livre de Teatro ser conselheiro do OP e começaram a juntar gente. (...) No dia da plenária, chegaram os ônibus da FATEA para votar no outro candidato, no candidato do Departamento de Cultura. Inclusive, uma das pessoas que estava no grupo sério, encontrou a mãe, que estudava na FATEA, no Saguão do Teatro. Quando ele perguntou o que ela fazia ali, ela respondeu que tinha ido votar, junto com as outras pessoas, em determinado candidato. Não sabia quem era, para que era...Naquele dia a plenária encheu de gente e o candidato do Departamento acabou sendo eleito.
(produtor cultural)

O polêmico episódio trouxe novamente à tona a necessidade de criação do Conselho de Cultura⁹⁶, previsto no Programa de Governo da primeira gestão do PT, na Lei Orgânica Municipal e reivindicado pelos produtores culturais em vários momentos: em 1984, em 1995 e desde o início de 1997. Ainda em 1998, foi formada a Comissão Pró-Conselho de Cultura eleita pelos produtores culturais e realizado o Encontro Municipal de Cultura, ocasião em que o projeto de Lei foi entregue ao vice-prefeito e realizadas reuniões temáticas de artes cênicas e música, artes visuais, audiovisual e mídias eletrônicas, livro e literatura, eventos e atividades

⁹⁶ "(...) Ao abrir o seu governo para a participação popular, não se prepararam esses administradores para lidar com uma sociedade complexa que aprende a se articular e a 'pôr em crise' aqueles que se consideram em posições acima da crítica. Assim parece ser o caso do Sr. Secretário Municipal de Cultura de Santo André quando, ao ter algumas condutas de sua administração criticadas na última plenária temática do chamado 'Orçamento Participativo da Cidade' usou da prerrogativa do que - no seu modo equivocado de pensar - a sua posição supostamente lhe confere, para responder apenas o que lhe interessava. (...) Sob pena de serem transformados em meros ornamentos cooptáveis, os produtores culturais precisam exigir a imediata criação do Conselho Municipal de Cultura, previsto na Lei Orgânica do Município. Somente através de um Conselho deliberativo, com representantes da sociedade organizada, se dará a efetiva participação na política cultural, forma que, convenhamos, vai muito além da mera destinação de verbas. Santo André, 24 de junho de 1998" (VERAS, 2000, p. 87-88).

culturais de rua, e entidades da sociedade civil. Após várias reuniões, assembléias e negociações com o Departamento Jurídico da prefeitura, em 1999 a criação do Conselho de Cultura⁹⁷ foi aprovada pela Câmara de Vereadores, tendo sido regulamentada em março de 2000⁹⁸; o Conselho de Cultura era de caráter consultivo e elegeu sua primeira composição oficial em 26 de setembro de 2000; até então, desde setembro de 1999, as reuniões aconteciam sob a denominação de Conselho Provisório de Cultura, incluindo a participação de representantes da sociedade civil e de representantes da administração municipal, dentre os quais um Agente de Participação Popular (APP).

Os Agentes de Participação Popular eram originários do Núcleo de Participação Popular e, em linhas gerais, possuíam a função de colocar em funcionamento e acompanhar os mecanismos de participação, como os Conselhos e o Orçamento Participativo. O Conselho de Cultura de Santo André era dividido em comissões representativas de artes cênicas (subdividida em dança e teatro), audiovisual, música, artes visuais e artesanato e artes integradas, que se reuniam em periodicidades distintas e levavam, através do conselheiro, propostas para a reunião mensal do Conselho. Algumas comissões eram mais ativas e propunham projetos de interesse coletivo, como a comissão de música, que consolidou o projeto *Canja com Canja*⁹⁹; outras comissões não compreendiam com clareza que a função do Conselho era a de

⁹⁷ SANTO ANDRÉ. Lei nº 7.905, de 13 de outubro de 1999. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1999.

⁹⁸ SANTO ANDRÉ. Decreto nº 14.482, de 09 de março de 2000. Santo André, SP: Câmara Municipal, 2000.

⁹⁹ Apresentações musicais de 15 a 20 minutos em formato solo ou em grupo. O projeto dava preferência a músicos "anônimos", mas procurava sempre levar apresentações de nomes conhecidos na região, proporcionando um "intercâmbio musical": os músicos menos conhecidos interagiam no palco com os mais renomados e alguns grupos e músicos que se conheceram no Canja passam a se apresentar juntos também em outros locais. Durante as apresentações eram servidas porções de canja de galinha ao público, em alusão ao título do evento "Canja com Canja".

pensar a cultura na cidade ao invés de seus projetos pessoais. A leitura do Agente de Participação¹⁰⁰ que acompanhou o Conselho de Cultura a partir de 1999 é a de que os dirigentes da SCEL e do Departamento de Cultura tinham certo receio de perder a “soberania” na propositura de políticas culturais, uma das funções do Conselho¹⁰¹, e que essa postura não contribuiu para o aprendizado da participação.

O Conselho não intervinha no direcionamento do Fundo de Cultura, que mantinha seu próprio Conselho Gestor também paritário. Criado em 1990, a partir de reuniões com a comunidade cultural, o Fundo de Cultura era um mecanismo direto de financiamento com recursos advindos principalmente de porcentagem da bilheteria dos teatros municipais. Apesar de destinado à projetos da produção local inscritos através de edital público, a Lei do Fundo de Cultura¹⁰² também prevê o uso dos recursos para programas do Departamento de Cultura.

¹⁰⁰ Entrevista realizada com Gilmar Santana em 20 de julho de 2011 no Saguão do Teatro Municipal de Santo André

¹⁰¹ Ao Conselho Municipal de Cultura, que constitui órgão consultivo da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, compete: I - propor, acompanhar, avaliar e fiscalizar ações de políticas públicas para o desenvolvimento da Cultura, a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados, sempre na preservação do interesse público; II - promover e incentivar estudos, eventos, atividades permanentes e pesquisas na área da Cultura; III - definir diretrizes para a política cultural a ser implementada pela administração pública municipal; IV - propor e analisar políticas de geração, captação e alocação de recursos para o setor cultural; V - colaborar na articulação das ações entre organismos públicos e privados da área da Cultura; VI - emitir e analisar pareceres sobre questões culturais; VII - estudar e sugerir medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento das atividades e investimentos realizados pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, no que se refere à Cultura; VIII - incentivar a permanente atualização do cadastro das entidades culturais do município; IX - elaborar e aprovar seu Regimento Interno; X - buscar articulação com outros Conselhos e entidades afins, objetivando intercâmbios, acúmulo de experiências e ações conjuntas quando possível; XI - definir critérios para o estabelecimento de convênios entre a administração pública municipal e organizações públicas ou privadas, a serem firmados pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer no âmbito da implementação de políticas culturais. (SANTO ANDRÉ. Lei nº 7.905 de 13 de outubro de 1999: Cria o Conselho Municipal de Cultura - CMC)

¹⁰² SANTO ANDRÉ. Lei nº 6.663, de 28 de junho de 1990. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1990.

Na ocasião de sua implantação, em 1990, houve um acordo com a produção local relacionado a não utilização dos recursos para programas internos, mas a partir de 1998 a Secretaria de Cultura passou a utilizar o Fundo de Cultura para financiar alguns projetos de iniciativa própria, alegando problemas emergenciais¹⁰³.

Alguns dos pressupostos da existência de Conselhos são a partilha do poder, o espaço de explicitação de conflitos e o aprendizado coletivo, no entanto, um dos problemas observados na prática é a disparidade de condições, considerando que representantes do poder público são privilegiados em relação às informações necessárias para o debate (FARIA, MOREIRA E VERSOLATO, 2005). Verificamos nos mecanismos de participação cultural de Santo André o pouco preparo político das duas partes, porém, com peso maior à representação do poder público, considerando sua posição privilegiada, especialmente no Conselho Gestor do Fundo de Cultura, onde o presidente tem o "voto de minerva".

A postura da SCEL nos diversos mecanismos de participação, somada à tímida atuação em intervenções diretas, resultou no descontentamento de alguns segmentos da comunidade cultural que passaram a criticar abertamente a gestão, tornando o diálogo tão tenso que em maio de 1999 o

¹⁰³ "O atual governo, o mesmo de 1991, a despeito do discurso por uma gestão democrática e participativa, passou, estranhamente, a valer-se das mesmas práticas retrógradas que sempre combateu. Após empurrar com a barriga durante dois anos a solução de continuidade do FC, a Secretaria de Cultura anunciou, recentemente, uma destinação de míseros R\$ 100 mil para bolsas-auxílio a projetos culturais da comunidade. Não foram, no entanto, divulgados os critérios para se chegar a esse valor e tampouco qual o montante da atual verba do Fundo, proveniente de 10% das bilheterias dos teatros municipais (calcula-se que ultrapasse R\$ 400 mil). Entretanto, numa atitude típica de quem se limita à mera política de eventos, a Secretaria de Cultura, valendo-se de brecha na lei e reconhecida a inexorabilidade de licitação, passou a usar a verba do FC para pagamento de apresentações artísticas, chegando a retirar, para uma única apresentação, R\$ 94 mil. Dentro de uma política cultural com diretrizes claras, esse tipo de despesa sairia da dotação orçamentária própria. (...) Questionado publicamente sobre o assunto, o senhor secretário justificou-se dizendo tratar-se de um "problema emergencial" (VERAS, 2001, p.93-94).

coordenador de programas Alexandre Takara foi chamado ao gabinete do prefeito numa tentativa de facilitar a reaproximação de alguns segmentos da produção cultural à Secretaria de Cultura (TAKARA, 2001). Tais conflitos resultaram no convite a estes segmentos críticos para participação no grupo coordenador do projeto *Santo André Cidade Futuro*¹⁰⁴, culminando com a substituição do Secretário de Cultura por um integrante destes segmentos críticos na gestão subsequente do PT (2000-2004).

3.3 Agentes ou burocratas?

Conforme mencionado no capítulo 2, para que pudesse cumprir os objetivos do Programa de Governo, oferecendo o direito à cidade, a política cultural da primeira gestão do PT em Santo André apostou na mediação realizada por Agentes Culturais, realizando concursos públicos e contratando Assistentes e Agentes Culturais. As funções desempenhadas por estes funcionários foram de fundamental importância para a retomada dos espaços públicos, privatizados até então, e para a produção de eventos que complementavam o objetivo principal do Departamento de Cultura: a ação cultural. Também vimos que os Agentes e Assistentes possuíam autonomia para o desenvolvimento do trabalho e participavam dos processos de planejamento e avaliação dos projetos em que estavam envolvidos.

As origens e perfis dos Agentes e Assistentes Culturais eram extremamente diversificados, visto que o concurso exigia segundo grau completo para o Agente Cultural

¹⁰⁴ “O grupo identidade cultural foi uma tentativa de envolver as pessoas que estavam sempre contra a gestão: envolvia a intelectualidade e acabava com a crítica: os que tinham voz não iam mais falar mal.” (Entrevista realizada com Silvia Regina Costa em 24 de maio de 2011)

e superior completo em qualquer área para o Assistente Cultural, bem como considerando que se tratava de uma área de atuação profissional ainda embrionária, para a qual ainda não existiam cursos regulares. Na década de 1980, o autodidatismo e o empirismo foi base da constituição profissional, seja no âmbito público ou privado (CUNHA, 2007, p.139) e somente em meados dos anos 90 foi criado, pela Universidade Federal Fluminense, o primeiro curso de graduação em produção cultural do Brasil.

Apesar de haver uma definição oficial, as funções cotidianas dos Agentes e Assistentes Culturais variavam de acordo com os programas: aos Agentes Culturais do Serviço de Programação Especial cabia a função principal de produção de eventos, especialmente de teatro e música; ao Agente Cultural da EMIA cabia a organização de oficinas e eventos, divulgação, além do contato com alunos, pais de alunos e comunidade do entorno; a mais diversificada função cabia aos Agentes Culturais do Serviço de Ação Cultural, que produziam pequenos e médios eventos, exposições, oficinas, ciclos de vídeo, palestras, elaboravam programações em conjunto com a comunidade e realizavam mapeamentos de lideranças e produtores nos bairros.

A primeira gestão do PT em Santo André objetivava a luta pela hegemonia e a quebra das tradições locais, buscando incorporar no imaginário da população identificações além dos ícones da modernidade sobre a qual a cidade se desenvolveu: a indústria metalúrgica e têxtil, os sindicatos, o automóvel. A política cultural teria papel primordial nessa transformação partindo de uma revisão histórica e inserindo elementos contemporâneos no imaginário local. Um trabalho necessariamente capilar para que alcançasse toda a cidade e nesse sentido os Centros Comunitários eram espaços privilegiados.

Segundo TEIXEIRA COELHO (1997), o mediador cultural é "todo aquele que exerce atividades de aproximação entre indivíduos ou grupos de indivíduos e as obras de cultura" (p.249). Para o autor, agentes culturais são espécies de mediadores, mas sua função é a de exercer a ação cultural. Partindo da definição de mediador cultural de Coelho, uma ampla diversidade de profissionais da cultura pode ser considerada mediadora: bibliotecários, monitores de exposições, artistas, dentre outros. A definição de mediação da qual partimos para localizar o Agente Cultural, especificamente os Agentes do Serviço de Ação Cultural, é postulada por VELHO (2001), cuja atuação tem o potencial de alterar fronteiras. Diferente da produção de um evento ou da criação de condições para que um curso seja realizado, o trabalho dos Agentes Culturais de Centros Comunitários era fundamentado em relações pessoais, na negociação, nas relações com o outro. De acordo com DAVALLON (2007), a mediação é definida por três constantes: intersubjetividade, linguagem e política, e é construída "em torno de um ponto de fuga que intervém no processo de comunicação sem que aqueles que nele participam possam ter controle sobre ele" (p.14); nesse sentido, tem a capacidade de alterar fronteiras, conforme a definição de VELHO (2001), e a de criar condições para que as pessoas e grupos inventem seus próprios fins, conforme a definição de agente cultural de TEIXEIRA COELHO (1997)¹⁰⁵.

Não é possível descrever uma única prática da mediação cultural realizada nos Centros Comunitários, visto que dependia do contexto e do mediador. No entanto, alguns depoimentos de Agentes Culturais nos permitem ilustrar tal prática:

¹⁰⁵ "Aquele que, sem ser necessariamente um produtor cultural ele mesmo, envolve-se com a administração das artes e da cultura, criando as condições para que os outros criem ou inventem seus próprios fins culturais"

O contato com a comunidade, ouvir suas expectativas era uma constante.(...) O que mais gostei de fazer foi a peça "A Tempestade". Era com o pessoal do CC Salvador dos Santos. Lembro que foi uma briga com a chefe do Serviço de Ação Cultural, porque ela não queria bancar e eu banquei fazer uma peça numa praça, ao ar livre... E foi bárbaro! As Feiras de Cultura também eram muito legais porque chegava a ter mais de trinta atrações num dia só. Mas, ao mesmo em que a gente decidia muita coisa da programação, muita coisa também era de cima para baixo: alguns nomes, o formato... Outra coisa legal que a gente fazia, eram umas tardes de pães com as mulheres. Aquelas tardes viravam papo, troca de receitas...A partir de fazer pão... Hoje, vejo que aquilo era um ritual...(Agente Cultural [1])

Nesses meus primeiros anos de centros comunitários eu aprendi muito: as comunidades têm diferenças e é difícil lidar com o público. Tem que ter jogo de cintura, cuidado e muita conversa... Trabalhar com cultura em periferia, ainda mais numa época em que a cidade não tinha quase nada! Cada comunidade reage de uma forma e é interessante observar esse tipo de coisa. Você sempre aprende com isso. Depois, eu ainda trabalhei em outros lugares e cada vez mais deu para perceber a diferença de um local pro outro, de uma comunidade pra outra...(...)Acho que o projeto de trabalho da cultura nos centros comunitários foi interessante nessa época de muitas atividades. As feiras culturais, por exemplo, foram impactantes. Mas faltou pra gente maior reflexão sobre o que fazíamos. A gente trabalhava muito naquela época, levando várias atividades para a comunidade, mas não tínhamos um olhar atento, e não pensávamos bastante sobre aquilo tudo. Será que aquele jeito de trabalhar era o ideal? Foi tudo muito corrido e faltou uma avaliação aprofundada. De qualquer forma, acho que as pessoas que freqüentavam os centros comunitários aproveitaram o que foi feito. Penso no público, no espaço lotado... Naquele momento, pelo menos, elas aproveitaram. Não sei se aquilo tudo transformou alguém ou teve alguma consequência, mas me lembro de como as pessoas vivenciaram com prazer o que foi feito (Agente Cultural [2])

Organizei desfiles de moda que foram criticados. Como é que se pode dizer que moda não é cultura? É relativo! Algumas pessoas que desfilaram no centro comunitário seguiram carreira de modelo e hoje fazem comercial do "Abswing". Ou fazem ponta nisso ou naquilo... O Edson Cordeiro virou cantor. Soube que ele freqüentava a Igreja Evangélica do Quadrangular do bairro, que participou de celebração religiosa no centro comunitário. Ele, então, foi freqüentador do local. Nós, agentes culturais, tínhamos que pisar em ovos, tomando cuidado para não discriminar. (...)Tentei descobrir quem eram os formadores de opinião, quais eram as igrejas do bairro... Descobri

que tinha uma ortodoxa... Olhava na lista telefônica, batia de porta em porta... Filava a bóia dos vizinhos... Comecei a fazer um mapeamento cultural. (...)Acredito que todo agente cultural fez esse tipo de negociação com a comunidade, porque senão um conflito se estabelecia e você acabava devorado. É impossível trabalhar com ação cultural em comunidades de bairro levando apenas aquilo que se gosta e acredita ser de qualidade. É antropofágico isso. Você tem que negociar com a comunidade (agente cultural [3])

Na segunda gestão do PT, as novas circunstâncias e prioridades da Secretaria de Cultura resultaram na transferência dos Agentes Culturais para os equipamentos culturais da área central, EMÍAs e Escola Livre de Teatro, minimizando a possibilidade de mediação, considerando que a mesma era realizada em sua plenitude no trabalho anteriormente desenvolvido nos bairros e que os equipamentos centrais e escolas possuíam propostas e especificidades que demandavam necessidades distintas. Em dezembro de 1997, movidos pelo estranhamento de suas novas funções, um grupo de Agentes Culturais redigiu um documento ao Diretor do Departamento de Cultura:

Apesar de definido no edital do concurso, o perfil do Agente Cultural só foi ficando claro ao longo do próprio processo de trabalho, o que nos deu uma experiência única para conseguir realizá-lo. Neste ano, este perfil foi modificado ou vem se modificando. A experiência anterior foi abandonada ou desconsiderada, o que nos leva a questionar os trabalhos burocráticos, operacionais e "tapa-buracos", que é em que se resume atualmente nossa função. Deixamos de ser produtores, executores, questionadores, elo entre a população e a prefeitura, para restringirmo-nos a trabalhos já definidos sem qualquer discussão, elaboração ou participação anterior. Correr atrás de Ordens de Serviço, lavar banheiros, colar etiquetas e fazer café passou a ser nossa função. (AVALIAÇÃO do processo de trabalho do Agente Cultural..., 1997)

Conforme mencionado, os Agentes Culturais possuíam perfis diversificados advindos de experiências anteriores ao seu trabalho no Departamento de Cultura, a

exemplo de ex-professores, bancários, vendedores e mesmo estudantes. A formação destes funcionários ocorreu através da leitura da pouca bibliografia existente na época e do autodidatismo, sempre tendo como pano de fundo as considerações de TEIXEIRA COELHO¹⁰⁶, portanto, o estranhamento à prática da gestão 1997-2000 dificilmente deixaria de acontecer.

Em 1998, visando à elaboração de Plano de Carreira pela Secretaria de Administração, uma empresa realizou entrevistas com Agentes e Assistentes Culturais a fim de redefinir o perfil até então vigente, o que não foi possível devido às especificidades e necessidades de cada local. Para a realização da proposta de Plano de Carreira, os funcionários foram entrevistados e indagados sobre suas atuais atribuições, resultando em proposta de redefinição de perfil (Quadros 5, 6, 7 e 8).

Quadro 5 - Descrição de funções do Agente Cultural - 1990

Agente Cultural - estrutura existente desde 1990
<u>Descrição sumária:</u> Planejar e organizar os eventos culturais; desenvolver e participar de reuniões culturais junto à população; promover e divulgar a difusão dos mesmos. <u>Descrição detalhada:</u> Participar da criação e planejamento de processos culturais diversos coordenados pelos Assistentes Culturais, através de subsídios teóricos obtidos por estudos de textos ou pela colaboração da população; organizar e executar os mesmos, observando os processos necessários para sua viabilização; atuar junto à população, levantando expectativas referentes a atividades culturais, localizando e resgatando a memória e as expressões culturais diversas existentes, a fim de incentivar a criatividade e a participação dos munícipes; participar de reuniões com grupos culturais, pesquisando e discutindo formas de difusão cultural, para atender as necessidades culturais da população; executar outras tarefas afins e correlatas, segundo designação da chefia.

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Relatório do plano de carreiras, 1997.

¹⁰⁶ "O agente cultural será um profissional capaz de entender os mecanismos da atuação em grupo que possibilitem a esse grupo o exercício da criatividade (ao invés de castrá-lo para isso, como ocorre com frequência) e capaz de conhecer a natureza e possibilidades das linguagens e equipamentos culturais de que se servirá - e por isso mesmo terá condições de equacionar sua própria presença e intervenção no grupo, ou junto ao indivíduo, de modo a não perturbar exageradamente a natureza (para não dizer a "autenticidade") do processo. Não pode, porém, deixar de reconhecer a função muito especial que exerce" (TEIXEIRA COELHO, 1989, p.57).

Quadro 6- Proposta de perfil para o Agente Cultural das EMIA's 1997

Agente Cultural da EMIA - Proposta de perfil baseada em entrevistas [1]
<u>Descrição sumária:</u> Responsável pela organização, arrumação e limpeza das salas de aula da EMIA, bem como pela inscrição de alunos interessados nos cursos oferecidos pela escola; organiza e promove shows, feiras e exposições com artistas e alunos da EMIA. <u>Descrição detalhada:</u> Preparar e organizar as salas de aula da EMIA (Escola Municipal de Iniciação Artística), suprimindo a necessidade de material, limpeza e arrumação, buscando assessorar professores e permitir a realização das aulas; realizar a inscrição de alunos interessados na participação de cursos oferecidos pela escola, organizando a agenda de espera por vagas; promover a divulgação dos cursos oferecidos pela EMIA, através da distribuição de filipetas em feiras livres, escolas particulares, municipais e estaduais e afixação de cartazes no comércio da região; efetuar a contratação de shows, através do contato com artistas diversos, negociando valores de cachês; providenciar o pagamento dos artistas contratados pela EMIA para realização de shows; cuidar da produção dos shows realizados pela EMIA, providenciando a organização de camarins dos artistas, transporte, hospedagem e contratação de serviços de som e iluminação; identificar as necessidades dos usuários da EMIA, através do registro de acontecimentos, dados históricos e eventos realizados; viabilizar a participação dos alunos da EMIA em exposições, shows e feiras, ligados à sua área de atuação; preparar e organizar a exposição dos trabalhos dos alunos da EMIA, quando da finalização de seus cursos. Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Relatório do plano de carreiras, 1997.

Quadro 7- Proposta de perfil para o Agente Cultural da Casa do Olhar - 1997

Agente Cultural da Casa do Olhar- Proposta de perfil baseada em entrevistas
<u>Descrição sumária:</u> Organiza e promove eventos ligados às Artes Plásticas, realizando pesquisas em catálogos de exposições e/ou visitas a centros culturais; realiza a montagem e desmontagem de exposições. <u>Descrição detalhada:</u> Organizar e promover eventos ligados às Artes Plásticas, participando juntamente com a coordenadora da Casa do Olhar, da elaboração de projetos e realização de pesquisas em catálogos de exposições e/ou visitas a centros culturais, a fim de obter informações para subsidiar a programação a ser definida; contratar profissionais e adquirir material para a realização de eventos, bem como providenciar a documentação necessária ao pagamento dos mesmos; realizar a montagem e desmontagem de exposições, verificando a necessidade de transporte de obras, reserva e limpeza dos locais; buscar, eventualmente, patrocínio junto a instituições privadas para eventos a serem realizados pela Casa do Olhar; solicitar, quando necessário, os serviços de hidráulica, elétrica, pintura e jardinagem para a manutenção das instalações da Casa do Olhar; redigir, digitar e encaminhar ofícios e correspondências em geral; elaborar o release para divulgação dos eventos e encaminhar à assessoria de comunicação Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Relatório do plano de carreiras, 1997.

**Quadro 8- Proposta de perfil para o Agente Cultural
da Gerência de Ação e Difusão Cultural - 1997**

Agente Cultural da Gerência de Ação e Difusão Cultural - Proposta de perfil baseada em entrevistas
<u>Descrição sumária:</u> Organiza, promove e divulga eventos musicais e a Mostra de Vídeo de Santo André, providenciando infra-estrutura e condições seguras para a realização dos eventos. <u>Descrição detalhada:</u> Manter-se atualizado quanto aos principais acontecimentos ligados à música popular brasileira, a fim de organizar eventos com artistas diversos, conforme o projeto em desenvolvimento pela Gerência de Ação e Difusão Cultural; providenciar a contratação de músicos e artistas para realização de shows, negociando cachês, reserva de passagens, alimentação, hospedagem e transporte; verificar os equipamentos de som e iluminação necessários à realização de shows e contratar empresas especializadas nestes serviços, bem como inspecionar e garantir a qualidade dos produtos e/ou serviços adquiridos; promover a organização da Mostra de Vídeo de Santo André, providenciando a reserva do local necessário, contratação de jurados para julgamento dos trabalhos, palestristas (sic) e numerário para pagamento das premiações; providenciar a divulgação dos eventos, organizando a veiculação de propagandas em jornais, revistas, rádios e a fixação de cartazes em locais estratégicos; solicitar através de ofício, os serviços da Guarda Municipal, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Serviço de Manutenção da PMSA e Ambulância, a fim de garantir a preservação do espaço público e a integridade das pessoas presentes nos eventos organizados pela Gerência de Ação e Difusão Cultural; propiciar condições para realização de eventos culturais conforme necessidades apresentadas por grupos específicos da comunidade, providenciando a contratação de profissionais para assessorar cada tema a ser desenvolvido e disponibilizar infra-estrutura adequada.

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Relatório do plano de carreiras, 1997.

Ainda que na prática, durante a gestão 1989-1992, nem todos os Agentes Culturais realizassem suas funções de acordo com o perfil estabelecido, na ocasião em que o mesmo foi definido havia uma intenção de que o Agente Cultural atuasse como uma “ponte”, um elo entre a população e o Departamento de Cultura. Na prática da gestão 1997-2000, os Agentes Culturais atuavam em tarefas mais administrativas, sem expectativas de uma atuação com a população, salvo os já usuários dos equipamentos, a exemplo dos alunos da EMIA. Mesmo a descrição do Agente Cultural da Gerência de Ação e Difusão Cultural, na qual o Agente deveria “propiciar condições para realização de eventos culturais conforme necessidades apresentadas por grupos específicos da comunidade, providenciando a contratação de profissionais

para assessorar cada tema a ser desenvolvido e disponibilizar infra-estrutura adequada”¹⁰⁷, não indica uma investigação e interação do Agente com a população, mas um atendimento conforme as necessidades apresentadas. Segundo a definição de mediação cultural apresentada por TEIXEIRA COELHO (1997) os Agentes Culturais continuaram sendo mediadores, ao aproximar indivíduos ou grupos de obras de cultura, porém, ao buscarmos outras definições como a de DAVALLON (2007) ou a de VELHO (2001) percebemos que a função dos Agentes na segunda gestão perdeu um componente fundamental, a mediação direta com a população.

Uma das deficiências detectadas na organização da cultura é a ausência de formação profissional. Conforme já mencionado a existência de cursos regulares é incipiente, porém, o investimento em formação de quadros é fundamental para o fortalecimento institucional e para que a gestão da política cultural ultrapasse as boas intenções. A formação profissional estava contemplada no eixo Modernização Administrativa do Programa de Governo, mas não houve esforços para uma formação específica da área cultural. No início de 1997, foram realizados três cursos destinados aos funcionários do Departamento de Cultura: sonorização, iluminação cênica e programação videocinematográfica. Além destes, cursos de informática básica, língua portuguesa e atendimento ao público eram oferecidos pela Secretaria de Administração. Se durante a primeira gestão a bibliografia sobre políticas culturais era escassa, em 1997 já havia recursos e material bibliográfico que permitiriam a implantação de um programa de formação específica aos trabalhadores da área. Privados de autonomia, de orientação e de formação, alguns Agentes Culturais buscaram espaços que proporcionassem “zonas de conforto”, o que também contribuiu

¹⁰⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Relatório do plano de carreiras, 1997.

para a descaracterização do perfil profissional e para a burocratização das relações.

Entre tensões internas e externas, o Departamento de Cultura percebeu seu isolamento e em tentativa de aproximação da produção cultural local e de reverter a situação em que se encontravam os Agentes Culturais, em 1999, a SCEL deu início ao projeto *Redescobrimdo a Cidade*, posteriormente denominado *Censo Cultural de Santo André*.

O interesse dessa proposta é realizar uma pesquisa que permita conhecer trabalhos desenvolvidos por produtores de cultura que tenham envolvimento com a cidade, tanto como moradores ou atividades realizadas nesse espaço urbano. Com este trabalho também pretendemos reverter o quadro atual dos Agentes Culturais (funcionários), que por diversos motivos desviaram-se de sua função básica, assumindo tarefas burocráticas, distanciando-se da produção cultural. Desta forma falta ao Departamento de Cultura o elo que o une com a produção cultural (PROJETO inicial Redescobrimdo a Cidade, s/d)

Para aproximar os Agentes Culturais a direção do Departamento de Cultura realizou uma reunião convidando-os a participar da elaboração e execução do projeto. Consta em relatório que uma das dificuldades enfrentadas para a realização do trabalho foi o descrédito dos produtores culturais, já desconfiados na ocasião do lançamento do projeto¹⁰⁸.

Durante a segunda gestão do PT em Santo André, o quadro de Agentes Culturais da SCEL havia diminuído e os imaginários urbanos já eram perpassados pelos meios eletrônicos de comunicação ainda que incipientes, porém, outras propostas de mediação cultural poderiam ser

¹⁰⁸ "O problema é o que será feito com esses resultados. O cadastramento é muito interessante, mas é difícil saber se o resultado vai modificar de alguma maneira as ações da Prefeitura"; "Já vi muitos projetos, participo de muitas reuniões, mas as coisas acabam não saindo do blá-blá-bla. Falta amor pela cultura local, e acho pouco provável que isso possa mudar alguma coisa" (SANTO André faz Censo Cultural. Diário do Grande ABC. Santo André, SP, 30 set. 1999, Caderno Cultura e Lazer.).

vislumbradas, considerando que a intervenção cultural sempre possui um alto grau de subjetividade política e estética, e por isso seu êxito depende de espaços de diálogo e mediação cujo componente principal é o capital humano (DELGADO, 2003). A minimização da importância do profissional com alguma experiência em mediação presente no quadro funcional e, ao mesmo tempo, o afastamento da produção cultural local - que também exerce a mediação - contribuíram para o enfraquecimento da intenção expressa nos documentos do início da gestão: a criação de ambientes de facilitação de "experiências, interações e visões de mundo pluralistas que desenvolvam capacidades criadoras"¹⁰⁹ e evidenciaram os novos/velhos caminhos a serem percorridos pela atuação cultural do poder público em Santo André.

¹⁰⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Gestão 1997-2000: Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer: Propostas para uma cidade agradável. [1997?]. 12p.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou detectar as interferências do planejamento estratégico de cidades – denominado *Santo André Cidade Futuro* – nas políticas culturais aplicadas pela municipalidade de Santo André durante a segunda gestão do Partido dos Trabalhadores, comparando-as com as políticas implantadas durante a primeira gestão do partido na cidade. Nesse sentido, foi um estudo de caso que procurou trazer subsídios para a compreensão mais ampla dos processos e interferências contextuais que envolvem a implementação das políticas culturais e em particular, das ações de mediação cultural.

A partir da análise do contexto político e das prioridades de governo foi possível verificar que as políticas culturais ocupavam lugar de destaque na agenda governamental durante a primeira gestão (1989-1992), o que permitiu o fortalecimento do Departamento de Cultura. Os Centros Comunitários tiveram papel fundamental para a apropriação dos espaços públicos pela população, bem como o tiveram os Agentes Culturais para a realização do programa de ação cultural descentralizada. Vimos que a política cultural da primeira gestão inovou ao implantar programas inexistentes e ao oferecer uma diversidade de opções culturais de criação, apoio à produção, circulação e fruição sem precedentes na história da cidade; ao mesmo tempo, a variedade e abrangência geográfica dos programas possibilitaram a abertura de fluxos de informação em quase todo o território urbano possibilitando a construção de cidadania crítica.

Durante a segunda gestão (1997-2000), em outro contexto social, econômico e partidário, apesar de ter sua institucionalização mais fortalecida através da separação da Secretaria de Educação, as políticas culturais ocuparam lugar

acessório na agenda governamental no sentido de tornarem-se instrumento para o *marketing* da cidade. Se bem que vários fatores contribuíram para essa “virada” como a escassez de recursos orçamentários municipais e as negociações com a Câmara de Vereadores, verificamos que as ações culturais de maior destaque convergiram com as necessidades do modelo de planejamento estratégico de cidades globais, a saber: revitalização da área central, especialmente dos equipamentos culturais e das marcas impressas na Rua Cel. Oliveira Lima; reprodução de gêneros musicais difundidos pelos meios de comunicação massivos através de eventos nos bairros (*Caravana Cultural* e *Vila Luzita ao Ar Livre*), bem como investimento de recursos humanos em grandes eventos como a micareta *ABC Folia* e o *Réveillon do Milênio*.

A falta de transparência que envolveu os mecanismos de participação foi crucial para o esfacelamento das relações com alguns segmentos culturais, ao mesmo tempo em que a negação do Agente Cultural enquanto mediador fragilizou as relações com a população. A insuficiência de quadros e a ausência de investimento em formação profissional dos quadros existentes, bem como a opção por neutralizar conflitos internos e externos, resultaram na burocratização dos serviços e ações culturais e no isolamento do Departamento de Cultura limitando suas ações e a possibilidade de maior autonomia dentro do conjunto de políticas governamentais.

Não obstante, também foram realizadas ações no sentido de possibilitar a criação e a fruição alternativas às difundidas nos meios de comunicação, porém, ao prescindir da mediação cultural e do Núcleo de Vídeo, a política cultural do período 1997-2000 limitou a possibilidade de ampliação de públicos obstruindo e por vezes interrompendo os fluxos de informações presentes na primeira gestão. Ainda assim, de

acordo com a dimensão analítica sugerida por RUBIM (2007a) ambas as gestões contemplaram os momentos culturais, porém, em escalas diferenciadas.

Analisando o Programa de Governo e documentos produzidos no primeiro ano da gestão 1997-2000, percebemos que havia a intenção de continuidade do projeto cultural aplicado durante a gestão 1989-1992, cuja premissa era: "criar 'ilhas de desordem', para que se cultive o humano no que ele tem de livre e criativo e que se dê a possibilidade de distinguir o oceano das ilhas, dos continentes, do céu e das estrelas"¹¹⁰. No entanto, "ilhas de desordem" seriam incompatíveis com as necessidades do planejamento estratégico de cidades.

Consideramos que a contribuição deste trabalho se localiza na necessária reflexão sobre o papel da mediação cultural como instrumento estratégico para a apropriação da informação por parte dos cidadãos e sobre o papel das políticas culturais no conjunto de políticas públicas: sobre as possibilidades que as políticas culturais podem criar ou estancar; encobrir ou desvelar.

¹¹⁰ FRATESCHI e MOREIRA, 1992, p.70

ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS

ENTREVISTAS

Altair José Moreira: 13 de julho de 2011

Dalila Teles Veras: 15 de julho de 2011

Gilmar Santana: 20 de julho de 2011

Silvia Regina Costa: 24 de maio de 2011

Produtor cultural: 02 de abril de 2007

INFORMAÇÕES CONCEDIDAS POR EMAIL

Silvia Regina Costa: 18 de julho de 2011

Tânia Helena Garcia: 30 de abril de 2011

DEPOIMENTOS

Os depoimentos foram coletados em 2003 e 2004 com orientação do Núcleo de Estudos em História Oral da USP (NEHO) para o projeto *Histórias de Trabalho na Cultura em Santo André* - ALMEIDA, N.M.; RIBEIRO, V.C; ZÁRATE, S.(Orgs.), não publicado.

Agente cultural [1] - 01 de setembro de 2003

Agente cultural [2] - 08 de setembro de 2003

Agente cultural [3] - 29 de setembro de 2003

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE BARRETO, A. de. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: SEADE, v.8, n.4, 1994, p.3-8.

ALVES, L.R. Festas e revitalizações. **Diário do Grande ABC**. Santo André, SP, 05 jul. 1998, Caderno Política ABC, p.5.

ARANTES, O.; VAINNER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO DO AGENTE CULTURAL. [Santo André, SP]. 1997. Não paginado.

AVENIDA dos Estados: o corredor do futuro. **Diário do Grande ABC**. Santo André, SP, 13 abr.1999, Suplemento especial.

BARBALHO, A. **Textos Nômades: política, cultura e mídia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ: 50 anos atuando no cenário cultural. Santo André, SP: Prefeitura Municipal de Santo André: Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer: Departamento de Cultura: Biblioteca Nair Lacerda, 2004.

BITTAR, J. (Org.). **O modo petista de governar**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores: Diretório Regional de São Paulo, 1992.

BORJA J.; CASTELLS M. **Local y global: la gestión de las ciudades em la era de la información**. Madrid: Grupo Santillana, 1997.

BOTELHO, I. Políticas culturais: discutindo pressupostos. In: NUSSBAUMER, G.M. (Org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007. (Coleção Cult 1). p.171-180.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10 ed. Trad. de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P.; DARBEL, A. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: EDUSP: Zouk, 2003.

CAETANO, Paula. **Casa do Olhar: pré-projeto para reocupação inicial**. 1998. Não paginado.

CAILLET, E. Políticas de emprego cultural e o ofício da mediação. In: BARBOSA, A.M; COUTINHO, R. (Orgs.). **Arte/Educação como mediação cultural e social**. São Paulo: UNESP, 2009. p.71-84.

CALDAS, W. **A cultura político-musical brasileira**. São Paulo: Musa, 2005.

CAPELLA, A. C. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p.87-121.

CARÁMBULA, G. **Gestión de proyectos culturales regionales y municipales**. México: Posgrado Virtual en Políticas Culturales y Gestión Cultural, 2003.

CARVALHO, M. de. Cidade global: anotações críticas sobre um conceito. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: SEADE, v.14, n.4, out./dez. 2000, p.70-82.

CARVALHO, M.C.A.A.; FELGUEIRAS, D. **Orçamento participativo no ABC: Mauá, Ribeirão Pires e Santo André**. São Paulo: Pólis, 2000. (Publicações Pólis, 34).

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 5 ed. vol.1 Trad. de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 3 v.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 3 ed. vol.2 Trad. de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 3 v.

CASTELLS, M. La ciudad de la nueva economía. **Papeles de Población**. Toluca, México: Universidad Autónoma del Estado de México, n. 27, enero/marzo 2001, p.207-221. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/112/11202708.pdf>>, acesso em 28/07/2011.

CHAUÍ, M. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COM Capuzzo, novo impulso à cultura em Sto. André. **Diário do Grande ABC**. Santo André, SP, 23 mar. 1983.

COSTA, E.T. **Na rede, pelo lado de fora? Gestão matricial e políticas públicas de lazer na cidade de Santo André**. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, SP.

CULTURA de Sto. André poderá ter 93 milhões. **Diário do Grande ABC**. Santo André, SP, 14 dez. 1983.

CULTURA de Sto. André ganha corredores. **Diário do Grande ABC**. Santo André, SP, 13 nov. 1997, Caderno Cultura e Lazer.

CUNHA, M.H. **Gestão cultural: profissão em formação**. Belo Horizonte: Duo, 2007.

CUNHA FILHO, F.H. **Federalismo cultural e Sistema Nacional de Cultura: contribuição ao debate**. Fortaleza: UFC, 2010.

CURY, C.E. **Políticas culturais no Brasil: subsídios para construções de brasilidade**. 2002. 161 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

DANIEL, C. **As ações do governo andreense: uma releitura**. 1998. 16p.

DANIEL, C. A gestão local no limiar do novo milênio. In: MAGALHÃES, I.; BARRETO, L.; TREVAS, V. (Orgs.). **Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p.182-242.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? Tradução de Maria Rosário Saraiva. **Revista Prisma.Com**, edição 4, jun. 2007. Disponível em <http://prisma.cetac.up.pt/edicao_n4_junho_de_2007/>, acesso em 25/03/2010.

DE CERTEAU, M. Políticas culturais. In: DE CERTEAU, M. de. **A cultura no plural**. 6 ed. Trad. de Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 2010. p.163-251.

DELGADO, E. **Políticas culturales y agentes sociales**. México: Posgrado Virtual en Políticas Culturales y Gestión Cultural, 2003.

DI FELICE, M. **Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar**. São Paulo: Annablume, 2009.

DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO: documento para debate. [199?]. Não paginado.

DO Ipiranguinha ao Paço: corredor cultural. **Santo André em destaque**. Santo André, ano I, n.2, 1989.

DURAND, J.C.G. Profissionalizar a administração da cultura. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.36, n.2, abr./maio/jun. 1996. p. 6-11.

FARIA, H.; MOREIRA, A.J.; VERSOLATO, F. (Orgs.). **Você quer um bom conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural**. São Paulo: Pólis, 2005. (Publicações Pólis, 48).

FERREIRA, J.S.W. **São Paulo: o mito da cidade global**. 2003. 336 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FRATESCHI, C.; MOREIRA, A.J. Não esquecer o rosto nem a partida: cultura e ação cultural em Santo André. In: FARIA, H.; SOUZA, V. de (Orgs.). **Experiências de gestão cultural democrática**. São Paulo: Pólis, 1993. (Publicações Pólis, 12). p.61-75.

FRATESCHI muda estratégia e adia nomeação de sucessor na Cultura. **Diário do Grande ABC**. Santo André, SP, 21 jul.1990. GARCÍA CANCLINI, N. (Ed.). **Políticas culturales en América Latina**. 2 Ed. México:Buenos Aires: Grijalbo, 1987.

GARCÍA CANCLINI, N. **Imaginários urbanos**. Buenos Aires: EUDEBA, 1997.

GARCÍA CANCLINI, N. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2.ed. Trad. de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: EDUSP, 1998.

GARCÍA CANCLINI, N. Definiciones em transición. In: MATO, D. (Comp.). **Cultura, política y sociedad: perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/mato/cultura.htm>, acesso em 27/02/2010. p.57-67.

GARCÍA CANCLINI, N. **Consumidores e cidadãos**. 6.ed. Trad. de Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

GARCÍA CANCLINI, N. Imaginários culturais da cidade: conhecimento/espetáculo/desconhecimento. In: COELHO, T. (Org.). **A cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008. p.15-31.

GARCÍA CANCLINI, N. **Diferentes, desiguais e desconectados**. 3.ed. Trad. de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GUIA CULTURAL DE SANTO ANDRÉ. Santo André, SP: Prefeitura Municipal de Santo André, 2002. 241p.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7 Ed. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Touro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 16 Ed. Trad. De Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2007.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Tradução de Luís Octávio da Silva e Micaela Krumholz. **Espaço e Debates**, n.39, 1996. p.48-64.

HOBSBAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p.9-23.

HOPENHAYN, M. Educar en ciudadanía crítica, multiculturalismo y comunicación democrática. In: BUSTAMANTE, E. (Ed.). **La cooperación cultura-comunicación em Iberoamérica**. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, 2007. p.121-136.

IBGE. Pesquisa **de informações básicas municipais: perfil dos municípios brasileiros: cultura 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

JOAQUIN BRUNNER, J. **La cultura como objeto de políticas**. Santiago de Chile: Flacso, 1985 (Material de discusión. Programa FLACSO - Santiago de Chile, 74).

KINGDON, J. Juntando as coisas. In: SARAVIA, E. e FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas**. vol.1. Brasília: ENAP, 2006. 2 v. p.225-245.

KÖSTER, P.R. (Dir.). Cultura y territorio, una relación para el desarrollo. In: KÖSTER, P.R. (Dir.). **Cultura: estrategia para el desarrollo local**. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, 2007. p.39-80.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Trad. de T.C. Neto. São Paulo: Documentos, 1969.

LINDBLOM, C. E. ***El proceso de elaboración de políticas públicas***. México: Miguel Ángel Porrúa, 1991.

MARCELLINO, N.C. A ação comunitária como estratégia de políticas públicas de lazer. [Conferência de abertura do VIII Encontro Nacional de Recreação e Lazer - ENAREL, Porto Alegre, RS, 30 out.1996]

MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício de cartógrafo: travesias latinoamericanas de la comunicación en la cultura**. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 2002.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2 ed. Trad. de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MARTINS, J.S. **A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário**. São Paulo: Editora 34, 2008.

MARTINELL SEMPERE, A. **Agentes y políticas culturales: los ciclos de las políticas culturales**. 2000. Disponível em <www.consultoresculturales.com/documentos01.pdf>, acesso em 25/02/2007.

MEDICI, A. **Migração, urbanismo e cidadania: a história de Santo André contada por seus personagens**. Santo André, SP: Prefeitura Municipal de Santo André, 1992.

MENEZES, E.D.B. Crítica da noção de identidade cultural. In: BARBALHO, A. (Org.). **Brasil, Brasis: identidades, cultura e mídia**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2008. p.11-44.

MINISTÉRIO DE CULTURA DE COLOMBIA e CONVENIO ANDRÉS BELLO. Las industrias culturales. In: MINISTÉRIO DE CULTURA DE COLOMBIA e CONVENIO ANDRÉS BELLO. **Impacto económico de las industrias culturales en Colombia**. Bogotá, 2003. p.21-24.

MILANESI, L. **A casa da invenção: biblioteca centro de cultura**. 3 ed. São Caetano do Sul, SP: Ateliê Editorial, 1997.

MILLER, T.; YÚDICE, G. **Política cultural**. Barcelona: Gedisa, 2004.

MILLER propõe Centros Populares de Cultura. **Diário do Grande ABC**. Santo André, SP, 21 dez. 1982.

MONTESQUIEU, C.S. **O gosto**. Trad. e posfácio de Teixeira Coelho. São Paulo: Iluminuras, 2009.

NIVON BOLÁN, E. **Políticas culturales en el tránsito de dos siglos**. México: Posgrado Virtual en Políticas Culturales y Gestión Cultural, 2003.

NOSSA CIDADE OU CARTAS PARA PIERINA. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 2000. 2 CDs (CD 1: 54min 52s; CD 2: 56min 41s).

OLIVEIRA, F. de. **Orçamento Participativo ou Saint-Simonismo requentado?** [Seminário da Fundação Rosa Luxemburgo, São Paulo, 2003].

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 4 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Celso Daniel**. Diretório Municipal de Santo André. 2002. 49p.

PESQUISA cultural a partir da periferia. **Diário do Grande ABC**. Santo André, SP, 18 mar. 1983.

PONTUAL, P.; SILVA, C.C.R.A. Participação popular nos governos petistas: trajetória, mecanismos e caráter. In: MAGALHÃES, I.; BARRETO, L.; TREVAS, V. (Orgs.). **Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p.61-70.

PORTO, M. Cultura para a política cultural. In: RUBIM, A.A.C. e BARBALHO, A. (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. (Coleção Cult 2). p.157-179.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Princípios de uma política de ação cultural.** [19??]. Não paginado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **O alfabeto pegou fogo: ensino das artes em Santo André.** [199?]. 103p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Relatório de linhas de atuação do Departamento de Cultura.** [199?]. Não paginado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Casa da Palavra.** [1992?]. Não paginado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Casa do Olhar: histórico.** [1992?]. Não paginado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Projeto do Centro de Formação Artística.** 1991. 21p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Informações solicitadas ao Núcleo de Vídeo do Departamento de Cultura/SECE/PMSA.** 1992. 3p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Gestão 1997-2000: Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer: Propostas para uma cidade agradável.** [1997?]. 12p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Relatório do plano de carreiras.** 1997. Não paginado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer: relatório do seminário de avaliação e definição de prioridades 1998.** 1998. 32p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Projeto inicial Redescobrando a Cidade.** [1999?]. Não paginado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Santo André Cidade Futuro Agenda do Milênio.** [200?]. CD Rom.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Departamento de Desenvolvimento e Projetos Urbanos. **Projeto Eixo Tamanduatehy**. Apresentação de Power Point. [s.d.].

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Santo André: Corredor Cultural**. [s.d.]. Não paginado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Agenda Cultural**, gestão 1989-1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Agenda da Cidade**, gestão 1997-2000.

PROGRAMA DE GOVERNO 1989: Cultura. [198?]. Não paginado.

PROGRAMA DE GOVERNO 1997/2000 Celso Daniel Prefeito, 1996. 82p.

PROJETO andreense quer cultura na periferia. **Diário do Grande ABC**. Santo André, SP, 26 mar. 1998, Caderno Cultura e Lazer.

REALIZAÇÕES GESTÃO CELSO DANIEL 1997/2000. [200?]. 73p.

RELATÓRIO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LAZER. [199?]. Não paginado.

REY, G. Mundo em movimento: política cultural, intercâmbios e cooperação internacional. In: 1º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GESTÃO CULTURAL. **Anais...** Belo Horizonte: DUO Informação e Cultura, 2008. p.67-73.

RIFKIN, J. **La era del acceso: la revolución de la nueva economía**. Barcelona: Paidós, 2000.

RODRIGUES, M.M.A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010. (Folha Explica).

RUBIM, A.A.C. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, G.M.(Org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007a. (Coleção Cult 1).p.139-158.

RUBIM, A.A.C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A.A.C.; BARBALHO, A.(Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007b. (Coleção Cult 2).p.11-36.

RUBIM, A.A.C. Políticas culturais no governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. [III ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, BA, 23-25 mai.2007c]. Disponível em <http://www.cult.ufba.br/biblioteca_enecult_2007.html>, acesso em 20/04/2010.

SANCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Campinas, n.1, p. 115-132, maio. 1999.

SANTO André faz Censo Cultural. **Diário do Grande ABC**. Santo André, SP, 30 set. 1999, Caderno Cultura e Lazer.

SANTO ANDRÉ: DIREITO À CIDADE. Santo André, SP: Prefeitura Municipal de Santo André: Fundação Santo André, 1992. 126p.

SANTO ANDRÉ: PARTICIPAÇÃO POPULAR. Santo André, SP: Prefeitura Municipal de Santo André: Fundação Santo André, 1992. 106p.

SANTO ANDRÉ CIDADE FUTURO: CONFERÊNCIA SANTO ANDRÉ 2020. LivreMercado. [s.d]. Não paginado.

SANTO ANDRÉ. Lei n° 732, de 20 de outubro de 1952. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1952.

SANTO ANDRÉ. Lei n° 929, de 27 de setembro de 1954. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1954.

SANTO ANDRÉ. Lei nº 1.197, de 02 de janeiro de 1957. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1957.

SANTO ANDRÉ. Lei nº 1.208, de 02 de março de 1957. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1957.

SANTO ANDRÉ. Lei nº 1.522, de 15 de dezembro de 1959. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1959.

SANTO ANDRÉ. Lei nº 1.633, de 24 de dezembro de 1960. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1960.

SANTO ANDRÉ. Lei nº 1.643, de 12 de fevereiro de 1961. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1961.

SANTO ANDRÉ. Decreto nº 2.169, de 23 de janeiro de 1963. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1963.

SANTO ANDRÉ. Decreto nº 2.809, de 09 de junho de 1965. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1965.

SANTO ANDRÉ. Lei nº 3.939, de 13 de novembro de 1972. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1972.

SANTO ANDRÉ. Lei nº 4.869, de 02 de julho de 1975. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1975.

SANTO ANDRÉ. Lei nº 5.692, de 22 de abril de 1980. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1980.

SANTO ANDRÉ. Lei nº 5.723, de 11 de julho de 1980. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1980.

SANTO ANDRÉ. Lei nº 5.816, de 29 de abril de 1981. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1981.

SANTO ANDRÉ. Lei nº 5.935, de 13 de julho de 1982. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1982.

SANTO ANDRÉ. Lei n° 5.942, de 03 de agosto de 1982. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1982.

SANTO ANDRÉ. Lei n° 6.381, de 08 de dezembro de 1987. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1987.

SANTO ANDRÉ. Lei n° 6.396, de 30 de dezembro de 1987. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1987.

SANTO ANDRÉ. Lei n° 6.510, de 15 de maio de 1989. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1989.

SANTO ANDRÉ. Lei n° 6.608, de 12 de março de 1990. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1990.

SANTO ANDRÉ. Lei Orgânica do Município, de 02 de abril de 1990. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1990.

SANTO ANDRÉ. Lei 6.673, de 17 de agosto de 1990. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1990.

SANTO ANDRÉ. Lei n° 6.663, de 28 de junho de 1990. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1990.

SANTO ANDRÉ. Lei n° 6.670, de 06 de julho de 1990. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1990.

SANTO ANDRÉ. Lei n° 7.905, de 13 de outubro de 1999. Santo André, SP: Câmara Municipal, 1999.

SANTO ANDRÉ. Decreto n° 14.482, de 09 de março de 2000. Santo André, SP: Câmara Municipal, 2000.

SARLO, B. **Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura**. Trad. de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SARLO, B. **Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina**. 4.ed. Trad. de Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

SILVA, J.A.P. da. **O teatro em Santo André: 1944-1978**. Santo André, SP: Prefeitura Municipal de Santo André, 1991.

SILVA, J.A.P. da. **Província e vanguarda**. Santo André, SP: Fundo de Cultura do Município de Santo André, 2000.

SILVA, J.A.P. da. **A cena brasileira em Santo André**. Santo André, SP: Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, 2001.

SILVA, F.B.; JACCOUD, L.; BEGHIN, N. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. IN: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Governo Federal, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, IPEA, 2005. p.373-407.

SILVERSTONE, R. Mediação. In: SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** 2 ed. Trad. de Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2007. p.33-61.

TAKARA, A. **Além da prosaica realidade**. Santo André, SP: Alpharrabio, 2001.

TEIXEIRA COELHO. **Usos da cultura: políticas de ação cultural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TEIXEIRA COELHO. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Primeiros Passos, 216).

TEIXEIRA COELHO. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

TEIXEIRA COELHO. O direito à cidade revisitado: da política cultural à cultura como política. In: SERRA, M.A. (Org.). **Diversidade cultural e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Iluminuras, 2005. p.213-242.

TEIXEIRA COELHO. **A cultura e seu contrário**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural: 2008.

UNESCO. **Declaración de México sobre las políticas culturales**. 1982. Disponível em <http://www.oei.es/cultura/cultura_desarrollo.htm>, acesso em 10/09/2007.

VELHO, G. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Orgs.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.p.14-28.

VERAS, D.T. **As artes do ofício: um olhar sobre o ABC**. Santo André, SP: Alpharrabio, 2000.

VERAS, D.T. **Minudências**. Santo André, SP: Alpharrabio, 2001.

VIANA quer cultura "de ponta" nos bairros. **Diário do Grande ABC**. Santo André, SP, 29 jul.1997, Caderno Cultura e Lazer.

VISCOVINI, L.F. **A política do Partido dos Trabalhadores em Santo André: da inovação à tradição (1989/1992; 1997/2000; 2001/2004)**. 2005. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, SP.

WILLIAMS, R. Consenso. In: WILLIAMS, R. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. Trad. de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.p.107-108.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Trad. de Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ANEXO 1 - Relatório do GT Identidade Cultural - I
Conferência Santo André 2020





Prefeitura
de Santo André

www.santoandre.sp.gov.br



CONCEITO

Não sabemos para onde estamos indo. Contudo uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente (Eric Hobsbawn).

Uma reflexão sobre o futuro da cidade e as possíveis conseqüências e impactos das atividades humanas no desenvolvimento das culturas locais devem levar em conta a questão dos novos modos de vida que emergem cotidianamente. Mais que tentar estabelecer uma identidade da cidade em relação ao ponto de vista da cultura, é preciso considerar como os fazeres culturais provocam uma relação intercultural no tecido urbano.

Sabe-se que é preciso superar um tipo de identidade universal recolocando-a na realidade sensível local e que as identidades passam pelo viés do mercado, isto é, são produtos de uma cultura econômica que valoriza o virtual, aí se incluindo que o conceito de identidade é reciclado.

No embate com as culturas locais, as "identidades" postas pela mídia entram em contato com energias que se movem no cenário urbano, sendo refuncionalizadas e se desdobrando em finalidades vitalizadoras dos fazeres culturais da cidade. Aí também está presente o fenômeno intercultural relacionado às das culturas híbridas.

Nesse contexto, estão gerados futuros com outros contornos sócio-culturais. É nesse sentido que o presente fornece as raízes das práticas futuras, e um pensamento sobre o futuro necessita de uma âncora não só na materialidade do presente, mas no plano do simbólico.

O nome do projeto "Santo André Cidade Futuro" já indica uma utopia: a (re)invenção da cidade. E utopia é pensar no tempo: é projetar para o futuro estando no presente e, neste sentido, é um fator de transformação social.

Falar em identidade cultural de Santo André é dizer das múltiplas culturas que formam nossa história e participam de sua construção em cada momento da atualidade e do futuro.

Assim, este Grupo de Trabalho buscou refletir as questões que se voltam para as identidades culturais da cidade, visando a construção de um futuro que aponte para a diversidade, pluralidade e alteridade.

Para a construção do futuro é preciso pensar em modos de atuação que dêem o foco de convergência em torno de uma perspectiva comum, das energias, das competências, das experiências e dos desejos de pessoas e instituições. Para isso, as práticas sociais precisam passar por uma refundação transformar profundamente nossa maneira de pensar e de viver.



Prefeitura
de Santo André



DIAGNÓSTICO

As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem uma nem outro bastam para sustentar suas muralhas. De uma cidade não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá a nossas perguntas (Italo Calvino).

Santo André, assim como toda a região ABC, tem uma identidade voltada para o trabalho da indústria reconhecida internacionalmente. O movimento sindical da década de 80 foi fundamental para a difusão desta identidade. Mas, há outras identidades que permanecem no cotidiano dos moradores da cidade ao longo tempo.

Os braços dos trabalhadores, imigrantes e migrantes, que construíram a cidade deixam suas marcas identitárias em diversos bairros e em muitos aspectos do cotidiano (a massa do Domingo, as olimpíadas japonesas, o peças teatrais encenadas em italiano etc.).

Junto à questão do trabalho e da indústria, Santo André, desde a década de 50, teve uma marca forte voltada para as práticas esportivas que se davam em clubes privados e foi assumido pelo poder público com a construção de estádios e centros comunitários, totalmente voltados para a formação e difusão esportiva, com grande participação em eventos regionais e internacionais.

Na década seguinte, durante o governo de exceção, as artes plásticas e o teatro tiveram um papel fundamental de resistência cultural ao regime, fazendo com que Santo André ganhasse destaque no cenário artístico-cultural, justificando a construção do espaço cultural do Paço Municipal - referência no mundo artístico paulistano - e a implementação dos Salões de Arte Contemporânea.

Santo André começa a assistir então ao crescimento de seu setor terciário, tanto no centro da cidade, junto à Cel. Oliveira Lima, como nos centros de bairros. O centro da cidade ganha novo tratamento urbanístico - o calçadão - que atraiu clientes de toda a Região, fortalecendo a centralidade dentro do ABC.

Desde meados da década de 80, a marca da indústria está se perdendo em relação aos grandes locais de comércio, que trazem junto com seus grandes edifícios, espaços de lazer e de gastronomia que atraem diferentes públicos de toda a região.

Por toda a década de 80 e 90, a falta de continuidade das políticas públicas de cultura, esporte e lazer aumentou o distanciamento entre as práticas e a ação pública, reduzindo e enfraquecendo a participação de grupos e entidades no compromisso de uma construção coletiva e com um envolvimento maior com a cidade, bem como as possibilidades da população em fruir e apropriar-se da produção da local e regional.

A cidade de Santo André passa por um processo de mudança coletiva no nível das representações. Este trabalho deve levar a uma mudança das representações sociais e simbólicas da sociedade, pois mudar o nível material pressupõe também transformar as imagens que se fazem sobre a cidade. Mudar na cabeça e na prática.



Prefeitura
de Santo André
www.santoandre.sp.gov.br



SANTO
ANDRÉ
Cidade Futuro
A Santo André que nós queremos
CONFERÊNCIA SANTO ANDRÉ 2014

As práticas culturais se constituem em elementos importantes para colocar em movimento as transformações. Sem o entendimento do papel das culturas e de valores dos diversos grupos sociais, ficaremos restritos a uma visão tecnicista e economicista de mundo: é preciso atuar nesses níveis simbólicos ao mesmo tempo que lidamos com as práticas. Avançaremos para uma vivência mais cooperativa dos grupos e das pessoas assim que reorganizarmos as práticas da cultura e do ensino.

DIRETRIZES

... Se o ensino [...] estimulasse a autonomia do pensamento e a criatividade, após a escola, os indivíduos continuariam esta trajetória, sempre procurando manter uma relação ativa com o conhecimento: saber procurá-lo por conta própria, ter capacidade de avaliar e de formar um estoque permanente que lhe permita entender-se e relacionar-se com o meio em que vive (Luís Milanesi).

- Tornar Santo André pólo regional de entretenimento .
- Estimular a implementação de projetos culturais que valorizem as identidades culturais da Região ABC no cotidiano escolar das instituições da cidade, em todos os níveis de ensino.
- Promover a preservação do patrimônio cultural e ambiental local.
- Envolver as universidades e os cursos isolados de terceiro grau na formação e capacitação de técnicos na área de esporte, cultura e lazer e turismo.
- Estimular formas de democratização da informação e das produções artísticas, no âmbito local e regional, fortalecendo a integração do ABC.
- Descentralizar as atividades na cidade, em espaços qualificados.
- Estimular a formação e difusão cultural e esportiva em espaços de uso público.
- Estimular as parcerias entre o público e o privado e entre os vários grupos sociais envolvidos na produção e financiamento de atividades de cultura, esporte e lazer.

METAS E AÇÕES

... os livros modernos que mais admiramos nascem da confluência e do entrelaçamento de uma multiplicidade de métodos interpretativos, maneiras de pensar, estilos de expressão. Mesmo que o projeto geral tenha sido minuciosamente estudado, o que conta não é o seu encerrar-se numa figura harmoniosa, mas a força centrífuga que dele se liberta, a pluralidade das linguagens como garantia de uma verdade que não seja parcial (Italo Calvino).

3



Prefeitura
de Santo André



- Implantar um pólo de criação e difusão do áudio-visual, com capacitação para as novas linguagens e tecnologias, como vídeo, cinema, informática, e estimulando a experimentação.
- Incentivar a produção, a circulação e a fruição das manifestações culturais proporcionando a sua visibilidade.
- Reciclar e readaptar os edifícios de uso público para sua apropriação para a cultura, esporte e lazer.
- Readequar, com a participação da comunidade no programa, o projeto de intervenção física dos espaços públicos destinados à cultura, esporte e lazer existentes e a construir, diversificando suas atividades com a inclusão de outros serviços públicos nos locais – correio, postos de atendimento ao munícipe, etc. – o que permitirá a criação de novas referências para os espaços no interior dos bairros. Dividir a responsabilidade entre poder público e comunidade, na gestão dos equipamentos.
- Educar para o tempo livre, a fim de assegurar as vocações para liberdade, cooperação, solidariedade e cidadania.
- Garantir uma agenda de eventos culturais e esportivos permanentes durante o ano.
- Descentralizar as atividades de cultura, esporte e lazer pelos bairros, visando democratizar o acesso aos bens culturais.
- Realizar o inventário de bens culturais e ambientais da cidade e garantir mecanismos legais e financeiros para sua preservação, conservação e apropriação.
- Estimular o registro da memória dos espaços urbanos e das práticas sociais, particularmente aqueles em processo de transformação.
- Promover ações de esclarecimento sobre a importância do patrimônio cultural e ambiental e os benefícios decorrentes de sua valorização e preservação.
- Promover ações pedagógicas-culturais que permitam o melhor conhecimento do contexto urbano e histórico de Santo André.
- Criar o Conselho Municipal Educativo-Cultural, comprometendo e envolvendo os setores públicos de educação e cultura e a sociedade civil.
- Promover o intercâmbio de ações e conhecimentos do setor público, iniciativa privada, sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa.
- Implantar o Arquivo Público Municipal, garantindo seu acesso à pesquisa.
- Implantar a Pinacoteca Municipal, com local apropriado para guarda, restauro e divulgação do acervo municipal.
- Criar o Museu do Trabalho.
- Envolver as instituições de ensino e pesquisa para se integrarem no esforço comum de produção e difusão do conhecimento científico e da pesquisa das identidades locais.

- Realizar esforços no sentido da criação do Conselho Regional de Cultura.
- Rever e ampliar o âmbito das leis de incentivo à cultura e esporte e de preservação do patrimônio cultural e ambiental.
- Estimular o turismo cultural envolvendo os aspectos da história local, da memória da indústria e do trabalho.
- Reformular e atualizar os acervos das bibliotecas ramais, tornando-as centros de ação cultural voltadas para a difusão da leitura e pesquisa e formação de leitores.
- Ampliar o intercâmbio entre as áreas de cultura e educação.
- Readequar os espaços dos Centros Comunitários, garantindo a multiplicidade de funções, gestão participativa e descentralização e difusão das informações.
- Garantir a ampliação dos espaços públicos de lazer na área urbana, bem como a adequação e manutenção das áreas de lazer.
- Propiciar a ocupação coletiva dos espaços e equipamentos urbanos de lazer fortalecendo ações que contribuam com a educação para o uso do tempo disponível (o "tempo disponível" é considerado como tempo liberado do trabalho e das obrigações familiares, religiosas, político-partidárias, etc.)
- Garantir uma política de formação esportiva, proporcionando acesso e a difusão do esporte enquanto forma de reconhecimento e socialização do indivíduo.
- Unir esportes tradicionais na cidade, sem deixar de atender as novas manifestações esportivas.
- Estimular a participação de clubes e escolas na formação de atletas, bem como a participação em eventos esportivos locais e regionais, garantindo o fortalecimento da auto-estima do andreense.
- Criar jornal televisivo e programas locais/regionais em TVs abertas e estimular a criação/ampliação das rádios locais AM e FM.
- Estimular o intercâmbio cultural em nível nacional e internacional.

**ANEXO 2 - Relatório geral de metas GT Identidade Cultural -
II Conferência Santo André 2020**



**RELATÓRIO GERAL DE METAS
II Pré Conferência
09/12/2000**

METAS DO GT IDENTIDADE CULTURAL

METAS	PRAZO
O patrimônio cultural e ambiental da cidade está conservado e apropriado pela população até 2020.	Longo
A Cidade dispõe de um Calendário Cultural, esportivo e de lazer permanente que é de conhecimento público e tem a participação da população.	Curto/Médio
A população tem acesso para visitação e/ou pesquisa a um arquivo público devidamente instalado, catalogado, organizado, conservado e atualizado.	Longo
A arte contemporânea é pesquisada e a cidade possui um acervo de arte contemporânea organizado, conservado, restaurado, divulgado e disponível para o acesso público, instalado em lugar adequado.	Médio
Parte das atividades de esporte, cultura e lazer da cidade tem caráter e/ou circulação regional. São estimuladas e difundidas as parcerias públicas e privadas.	Médio
Foi desenvolvido um pólo de criação e difusão do audiovisual, com capacitação para novas linguagens e tecnologias.	Longo
Foi dinamizada a cultura esportiva na cidade, com a ampliação do repertório esportivo e das possibilidades de prática esportiva para toda população.	Longo
Foi ampliada a quantidade e a qualidade e potencializado o uso dos equipamentos de cultura, esporte e lazer, atendendo a diversidade e possibilitando a ampliação do repertório da população.	Longo
30% da população do entorno frequenta pelo menos 20 centros comunitários adequados e qualificados que garantem acesso a portadores de deficiência e tem gestão compartilhada entre o setor público e população.	Médio
A produção cultural local está qualificada e difundida.	Médio
A produção cultural e o acesso à produção e às práticas esportivas e de lazer foram descentralizadas na cidade.	Médio
Concretizadas ações conjuntas com todas as universidades e entidades de pesquisa ao nível regional para intercâmbio.	Longo
Setor público de Educação e Cultura, Esportes e Lazer tem atuado de maneira conjunta e integrada.	Médio
Santo André tornou-se referência nas redes de intercâmbio nacionais e internacionais.	Longo

ANEXO 3- Principais ações do governo em andamento

PRINCIPAIS AÇÕES DO GOVERNO EM ANDAMENTO

AÇÕES	EIXOS TEMÁTICOS CORRELATOS
Ações ligadas à geração de emprego e renda: • Incubadora de Cooperativas: programa de geração de trabalho para grupos de desempregados com alguma identidade coletiva. 15 cooperativas em incubação. • Banco do Povo: instituição de microcrédito que visa o estímulo ao micro e pequeno negócio. Estimadas 4.000 pessoas beneficiadas direta ou indiretamente com 1087 créditos cedidos. • Central de Trabalho e Renda: 100.000 desempregados cadastrados e captou 12.000 vagas entre os empresários da região.	Desenvolvimento Econômico / Inclusão Social
Ações para manutenção e incentivo à instalação da grande indústria e do micro, pequeno e médio empreendimento: • Formada Comissão para a estruturação de um Banco Municipal de dados. • Elaborada a minuta de estruturação da Câmara de Desenvolvimento Econômico.	Desenvolvimento Econômico / Desenvolvimento Urbano
Ações de segurança: • Criação do Conselho Municipal de Segurança. • Câmeras no entorno das escolas em instalação. • Monitoramento Eletrônico na Cei, Oliveira Lima e Parque Duque de Caxias. • 76 pontos de iluminação qualificada (praça, viadutos etc.) e 34.000 pontos de substituição das lâmpadas existentes. • Projeto "Pela Vida Não a Violência", com ações preventivas e ações emergenciais contra a violência nas escolas, inclusive aquelas da Rede Cultural. • Atendimento preliminar às mulheres vítimas de violência doméstica para futuro encaminhamento de medidas judiciais cabíveis, bem como encaminhamento ao Projeto Vem Maria. • Assistência jurídica aos presos condenados que cumprem pena na cadeia pública (desde o começo do trabalho não aconteceram mais rebeliões). Criação de programa alternativo às penas aprisionais (adolescentes, jovens e adultos), através do Comitê Regional de Discussão de Medidas Sócio-Educativas, Núcleo de Cidadania e Solidariedade Juvenil e Jovens Multiplicadores.	Desenvolvimento Econômico / Desenvolvimento Urbano / Educação / Inclusão Social
Ações relativas à gestão do uso e ocupação do solo: • Aprovação da Lei de Desenvolvimento Industrial, permitindo a realização de operações urbanas, regularização de edificações e instalação de indústrias.	Desenvolvimento Econômico / Desenvolvimento Urbano / Qualidade Ambiental

PRINCIPAIS AÇÕES DO GOVERNO EM ANDAMENTO

AÇÕES	EIXOS TEMÁTICOS CORRELATOS
Ações relativas à gestão de uso e ocupação do solo: • Edição de manual (Construa Fácil) de orientação à construção de residências, normas gerais para edificações e residências multifamiliares.	
Ações relativas à recuperação e organização das áreas da cidade: • Programa de requalificação urbana, com implantação de projetos paisagísticos que contribuem para a desimpermeabilização do solo, valorizam a circulação de pedestres e permitem a acessibilidade aos portadores de deficiência (rampas de acesso nas calçadas da Bernardino de Campos e Av. Industrial). • Implementação da Cidade Botânica, com implantação de aproximadamente 210.000 m² de áreas verdes.	Desenvolvimento Urbano / Qualidade Ambiental / Inclusão Social
Ações relativas ao Eixo Tamanduathay, cidade policêntrica e ferrovia: • Contenção dos pontos críticos das margens do rio Tamanduaí, drenagem, construção de três pontilhões, recuperação de guias e sarjetas, recapeamento asfáltico e iluminação. • Realização de parcerias com a iniciativa privada para a reurbanização de trechos na área do Eixo (Cidade Pirelli, Global Shopping, ABC Plaza, UNIABC). • Intervenção em 7 viadutos com pintura e arborização do entorno / 2 passarelas em construção. • Projeto Centros de bairro – revitalização dos centros de V. Luzita e Santa Terezinha. • Revitalização do entorno da Estação Utinga com terminal de ônibus e novo Terminal Rodoviário integrado à Estação Prefeito Saladino.	Desenvolvimento Econômico / Desenvolvimento Urbano
Ações relativas à circulação e transportes: • Cidade acessível – operação de vans adaptadas com elevadores para transporte de portadores de deficiências motoras. • Implantação de duas linhas troncais no corredor exclusivo de transporte coletivo no Guarará: 1 expressa que vai até o Terminal da EMTU (ônibus articulados e mais rápidos) e 1 paradora com ônibus "padron" que vai operar pela D. Pedro e Perimetral até o Paço Municipal. • Campanhas educativas de trânsito: instalação de pontos eletrônicos em 63 EMEIS, 20 creches, 21 escolas estaduais de ensino médio dentro do Programa de Excelência de Trânsito de Santo André.	Desenvolvimento Econômico / Desenvolvimento Urbano / Qualidade Ambiental / Inclusão Social
Ações relativas à moradia: Parceria com CDHU para a urbanização integral de 6 favelas (Missionários, Toledana, Dominicanas, Campineiros, Cruzado II e Lamartine), com cerca de 32.000 pessoas beneficiadas.	Desenvolvimento Urbano / Qualidade Ambiental / Inclusão Social

PRINCIPAIS AÇÕES DO GOVERNO EM ANDAMENTO

AÇÕES	EIXOS TEMÁTICOS CORRELATOS
Ações relativas à moradia (continuação): • 36 núcleos de favela em fase de urbanização, atingindo 67.135 pessoas. Urbanização concluída de 27 núcleos de favela, beneficiando 22.725 pessoas e intervenções pontuais de urbanização em 25 núcleos, atingindo 26.375 pessoas. • Incentivo aos mutirões, beneficiando cerca de 1.900 pessoas e apoio à execução de infra-estrutura básica por 6 associações, atingindo cerca de 4.000 pessoas. Ações de saneamento ambiental: • Elaboração do Plano Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental. • Regularização de redes e ligações de água e esgotos nos núcleos de favelas. • Remanejamento das redes de esgotos danificadas do Parque Miami e Jardim Riviera; fiscalização e educação ambiental. • 4.216 ligações de esgoto (96% do município) / 8.448 ligações de água (98% do município). Ações para o controle de enchentes: • Plano Diretor de Drenagem: obras no córrego Carapetuba e rio Tamanduateí. • Gestão junto a Secretaria de Recursos Hídricos do estado/DAEE para a implantação dos pisciões. • Plano de Defesa Civil, com ações preventivas e de contingência para o controle e remediação de enchentes, escorregamentos e acidentes em geral na cidade. Ações relativas à coleta e disposição de resíduos sólidos: • Programa de coleta seletiva, com coleta porta a porta em 100% do território do município e usinas de triagem na cidade. • Estudos para a modernização do aterro de Santo André, contemplando a ampliação da capacidade e vida útil. Ações para o controle da poluição: • Programa de monitoramento da qualidade do ar, com operações e blitz semanais de controle da poluição de fontes móveis.	Desenvolvimento Urbano / Qualidade Ambiental / Inclusão Social Desenvolvimento Econômico / Desenvolvimento Urbano / Qualidade Ambiental Desenvolvimento Econômico / Qualidade Ambiental / Inclusão Social Desenvolvimento Econômico / Desenvolvimento urbano / Qualidade Ambiental

PRINCIPAIS AÇÕES DO GOVERNO EM ANDAMENTO

AÇÕES	EIXOS TEMÁTICOS CORRELATOS
Ações para o controle da poluição (continuação): - Decreto que regulamenta os tanques de armazenamento de combustíveis, fiscalização programada dos estabelecimentos potencialmente poluidores e aprovação do decreto de cargas perigosas. - Levantamento e zoneamento dos níveis de ruído da cidade e fiscalização dos estabelecimentos geradores de ruídos.	
Ações de Educação Ambiental: - Educação Ambiental em Área de Proteção aos Mananciais e favelas. - Educação Ambiental para a coleta seletiva (casa a casa).	Desenvolvimento Urbano / Qualidade Ambiental / Educação / Inclusão Social
Ações relativas à gestão na Área de Proteção aos Mananciais e Paranapiacaba : - Criação do Conselho Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental (COMUGESAM) a partir de 1998, já com a 2ª gestão em início (dezembro de 2000). - Fiscalização de rotina (terrestre e aérea) e fiscalização integrada com demais prefeituras e órgãos estaduais. - Elaboração de proposta de lei específica e Plano de Desenvolvimento de Proteção Ambiental (Consórcio Intermunicipal do Grande ABC). - Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Vila de Paranapiacaba. - Implantação do Centro de Informações Turísticas, com atendimento turístico inclusive em finais de semana.	Desenvolvimento Econômico / Desenvolvimento urbano / Qualidade Ambiental / Inclusão Social / Identidade Cultural
Ações relativas à educação e formação profissional: - Inclusão dos alunos deficientes em salas regulares da rede municipal de educação, de conformidade com a política de educação inclusiva que preceitua o respeito à diversidade e com a retaguarda do Centro de Atenção ao Desenvolvimento Educacional - CADE, que oferece apoio pedagógico e clínico aos alunos com dificuldades de aprendizagem, aos seus pais e educadores. - Conclusão da criação da rede municipal de ensino fundamental com a implantação do 4º ano em 2001, totalizando 12.000 alunos. - Ampliação de cerca de 1.000 vagas para atendimento de crianças de 0 a 6 anos em creches de entidades com caráter sócio-educativas, mediante convênio. - Conclusão da instalação dos laboratórios de informática na rede municipal de ensino.	Desenvolvimento Econômico / Educação / Inclusão Social / Identidade Cultural

PRINCIPAIS AÇÕES DO GOVERNO EM ANDAMENTO

AÇÕES	EIXOS TEMÁTICOS CORRELATOS
Ações relacionadas à educação e formação profissional (continuação): • Ampliação dos Centros Públicos de Formação Profissional e das parcerias. • Elaboração do Plano Municipal de Qualificação Profissional. • Consolidação do Plano Municipal de Educação aprovado no IV COMED. • Consolidação do Projeto Rede Cultural através da abertura das escolas para que alunos e comunidade desenvolvam atividades culturais e de lazer, possibilitando o acesso destes a espetáculos, bem como a livros, revistas, jornais e cd's. • Formação permanente aos professores da rede municipal de ensino subsidiando-os para o constante aperfeiçoamento da praxis educacional, dos planos escolares, da avaliação e dos ciclos. • Concretização da criação do Centro Universitário da Fundação Santo André - construção do prédio da Faculdade de Engenharia e do Centro Tecnológico, visando o funcionamento dos cursos em 2001. Ações relativas à saúde: • Organização de um sistema de referência e contra-referência: o município é referenciado da sua unidade de origem ao ser encaminhado para outra unidade se necessário (referência) e retorna à sua unidade de origem, após o tratamento, para acompanhamento (contra-referência). • Reorganização das ações e serviços de saúde a partir dos perfis epidemiológico e demográfico. • Implementação do programa de Assistência Farmacêutica. • Implantação dos Conselhos Diretores de Unidades de Saúde. • Centro de reabilitação municipal (CREM): dedicado à prevenção, detecção precoce (odonto-bebê), diagnóstico, reabilitação e integração social de portadores de deficiência. • Serviço de acolhimento à mulher, funcionando em várias unidades de saúde, com atendimento diferenciado e dirigido às especificidades da mulher. Ações relativas à cidade inclusiva, gestão e participação cidadã: • Programas de inclusão social e ampliação de direitos de cidadania, voltados para: famílias / infância / adolescência / juventude / idosos / pessoas portadoras de deficiências / população adulta moradora de rua e mulheres e crianças em situação de violência. • Programa Integrado de Inclusão Social, desenvolvido em 4 áreas de favelas, envolvendo 18.500 pessoas e que articula um conjunto de programas como: urbanização, Renda Mínima, Incubadora de Cooperativas, Banco do Povo, Saúde da Família, MOVA, SEJA, Ciranda Comunitária, Criança Cidadã e programas culturais e educativos.	Inclusão Social / Reforma do Estado
	Desenvolvimento Econômico / Desenvolvimento Urbano / Educação / Inclusão Social / Reforma do Estado

PRINCIPAIS AÇÕES DO GOVERNO EM ANDAMENTO

AÇÕES	EIXOS TEMÁTICOS CORRELATOS
Ações relativas à cidade inclusiva, gestão e participação cidadã (continuação): • Montagem de diagnósticos e pesquisas sobre as situações de exclusão / inclusão social na cidade. • Realização de parcerias para a viabilização de políticas de inclusão social com ONG's, empresas e organismos internacionais. • Implantação do Banco de Alimentos. • Consolidação do Orçamento Participativo, que garante a participação da população e diferentes segmentos do poder público na elaboração da proposta orçamentária municipal. • Atividades de acompanhamento e estímulo ao fortalecimento dos conselhos e fóruns municipais, com ênfase nas atividades de formação, como cursos realizados para os conselhos de Saúde, Assistência Social, Criança e Adolescente, Pessoas com Deficiência, Conselho Municipal de Orçamento, Gestão Ambiental. • Consolidação do sistema de gestão democrática nas áreas da Educação e Saúde a partir da criação dos Conselhos de Unidades de Serviços (Unidades de Saúde e Escolas). • Utilização de novas linguagens como por exemplo a teatral para estimular a participação cidadã. • Consolidação da Ouvidoria através da sua divulgação para os canais de participação popular e do acompanhamento de suas ações pelo colegiado de representantes da sociedade civil.	
Ações relativas ao financiamento da cidade: • Racionalização das despesas, combinada com a otimização dos serviços públicos postos à disposição da população e intensificação da fiscalização.	Desenvolvimento Econômico / Reforma do Estado
Ações de modernização administrativa: • Quanto à melhoria do Atendimento ao Município: ▪ Rede fácil – Praça de Atendimento, Postos SIM – Serviço Integrado Municipal, via Internet, e via Fone Fácil, com ampliação contínua na disponibilização de serviços e informações; ▪ Guia Fácil – informações e prazos de realização de 500 serviços essenciais da Prefeitura; ▪ Projeto Expresso – parecer ou aprovação de plantas residenciais (unifamiliar ou multifamiliar de pequeno porte) em 5 dias; ▪ GIS – Sistema de Informações Geográficas - mapas digitais com informações sobre o município. • Quanto à melhoria da Qualidade do Trabalho: ▪ Rede de computadores Intranet – Internet (mais de 1000 computadores e 1.100 usuários; 600 com acesso à Intranet e à Internet);	Inclusão Social / Reforma do Estado

PRINCIPAIS AÇÕES DO GOVERNO EM ANDAMENTO

AÇÕES	EIXOS TEMÁTICOS CORRELATOS
Ações de modernização administrativa (continuação): ▪ Sistema de controle das solicitações de serviço; ▪ BDM – Banco de Dados Municipal - com informações da cidade (cadastro de imóveis, equipamentos, logradouros, etc); ▪ Programas de formação, capacitação, lazer, esporte e cultura e de reflexão sobre os aspectos comportamentais para o funcionalismo; ▪ Descentralização de compras e de contratações de serviços.	
Ações relativas ao resgate e à conservação da memória e dos patrimônios cultural e ambiental da cidade: • Trabalho contínuo de recuperação e conservação da memória da cidade, que é frequentemente, consolidado através de exposições no Museu de Santo André e vem recebendo uma série de prêmios e reconhecimento nacional como uma experiência museológica singular. • Recuperação da memória da literatura, da política, da cultura, da comunicação, das Artes Plásticas e da Música na cidade através da edição de livros, revistas e um CD, financiado pelo Fundo de Cultura.	Educação / Identidade Cultural
Ações para o incentivo à produção e difusão da cultura, esporte e lazer na cidade de forma descentralizada: • Acesso às modalidades esportivas (futebol de campo, futebol de salão, basquetebol, handebol, fitness e natação, dentre outras) oferecido de forma descentralizada. • Natação e Ginástica respiratória adaptada para portadores de necessidades especiais. • Através do projeto Descentralização Cultural são oferecidos shows, espetáculos e diversas oficinas culturais em vários pontos da cidade (Vila Palmares, Vila Sá, Vila Floresta, Jd. Santo Alberto, Vila Linda, Jd. Santo André, Pq. Erasmo, Pq. Capuava, Cata Preta, Vila Humaitá, Vila Luzita, Pq. Miami, Campestre e Sta. Terezinha.	Educação / Inclusão Social / Identidade Cultural